

JUVENTUDES, *JUSTIÇA RACIAL* E DE GÊNERO

CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE ACESSO E
PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR





JUVENTUDES, *JUSTIÇA RACIAL* E DE GÊNERO

**CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE ACESSO E
PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Juventudes, justiça racial e de gênero [livro eletrônico] : caminhos para o fortalecimento das políticas de acesso e permanência no ensino superior. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : OXFAM Brasil, 2024.

PDF

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-54804-01-5

1. Direito à educação 2. Direitos humanos
3. Ensino superior 4. Gênero e sexualidade 5.
Identidade de gênero - Brasil 6. Relações
étnico-raciais.

24-206104

CDD-378

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino superior : Educação 378

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio

Reitor – Prof. Dr. José da Costa Filho

Vice-Reitora – Prof. Dra. Bruna Silva do Nascimento

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – Prof. Dr. Gustavo Naves Franco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura – Prof. Dr. Vicente Nepomuceno

Pró-Reitora de Graduação – Prof. Dra. Luana Azevedo de Aquino

Pró-Reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação – Prof. Dra. Cleonice Alves de Melo Bento

Pró-Reitor de Planejamento – Prof. Dr. Sidney Cunha de Lucena

Pró-Reitor de Administração – Márcio Mendes da Cunha

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas – Prof. Ms. Paola Orcades Meirelles

Chefe de gabinete: Prof. Dr. Vinícius Israel

Organização:

Eliane Ribeiro

Diógenes Pinheiro

Regina Novaes

Revisão: Prof. Miguel Farah Neto

EQUIPE ACADÊMICA – Grupo de pesquisa Juventude: políticas públicas, processos sociais e educação (POPE/CNPq) – Projeto “Justiça racial e de gênero na Universidade” e Projeto 4ª Conferência Nacional de Juventude - UNIRIO

Regina Novaes – Professora Visitante Emérita (Faperj) do Programa de Pós-graduação em Educação/PPGEdu – UniRio, professora aposentada do IFCS/UFRJ, Bolsista. Produtividade Senior (CNPq).

Eliane Ribeiro – Professora da Escola de Educação, da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Educação/PPGEdu – UniRio

Diógenes Pinheiro – Professor da Escola de Educação, da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Educação/PPGEdu – UniRio

Rosilaine Gonçalves da Fonseca – Pesquisadora bolsista de pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEdu – UniRio.

Evelyn de Souza Lima – Pesquisadora bolsista do doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEdu – UniRio.

Conselho Editorial:

Claudia Miranda – Pós-doutorado em Psicossociologia de Comunidades (Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ) e Consultora Ad hoc do CNPq. Professora da Escola de Educação e do Mestrado e Doutorado e em Educação (PPGEdu) da UNIRIO. Professora da Especialização e Curso Internacional Estudios afrolatinoamericanos y Caribeños (CLACSO). Professora e investigadora do Black and Indigenous Liberation Movement (BILM) Membro do Grupo de Trabalho CLACSO Afrodescendência e propostas contra hegemônicas Suas pesquisas incluem Movimentos pedagógicos em rede na América Latina, Pensamento Decolonial Latino-americano, Crítica Pós-colonial, Perspectiva Intercultural de Educação, Narrativas subalternas, Descolonização do conhecimento, Estudos críticos da branquitude, afrolatinidade e diálogos educacionais na diáspora africana.

Jane Santos da Silva – Professora Dra. da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Historiadora, mestre em Política Social e Trabalho e doutora em Serviço Social. Atua no Mestrado Profissional em Ensino de História da UNIRIO – ProfHistória, com ênfase nos estudos de história da educação pública, formação de professores e difusão científica, Impactos do Movimento Negro na Educação.

Núbia Regina Moreira – Professora Dra. Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) do curso de Educação e do Mestrado em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Oju Obinrin Observatório de Mulheres Negras (Uesb), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Curriculares e Educativas (GEPPCE-Uesb), Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Principais temas: produção cultura de mulheres negras, rede de mulheres negras, teoria e política feminista, teorias e políticas curriculares.

SUMÁRIO

Introdução - pg 8

1 - Sociedade e Universidade em busca de Justiça racial e de gênero - pg 11

Para começo de conversa - Regina Novaes

Contribuições de Sonia Correa, Andrea Lopes e Kelly Araújo

Entrevista com Hélio Santos, por Micoli Cerqueira

2 - Universidade e Territorialidade: conexões entre justiça climática, gênero e raça - pg 29

Para começo de conversa - Diógenes Pinheiro

Contribuições de Celso Sanchez, Gabrielle Abreu e Renato Almeida

3 - Diversidade e acolhimento: trajetórias entre passado e presente - pg 45

Para começo de conversa - Barbara Barboza

Contribuições de André Lázaro, Marcone Ribeiro e Sabrina Santos

Notícias de “Helipa na Ciência” - Sabrina Santos

4 - Justiça racial e de gênero, avanços e obstáculos: o que dizem as pesquisas? - pg 63

Para começo de conversa - Tauá Pires

Contribuições de Rosana Hering, Adriano Senkevics, Evelyn Lima

Maternidade e Educação: nota de pesquisa - Rosilaine G. da Fonseca

5 - Insubmissas: Trajetórias e Lutas de Mulheres Negras na Pós-graduação - pg 75

Para começo de conversa - Aquilles C Silva

Contribuições de Ana Cristina dos Santos Araújo, Rita Maria da Silva Passos e Silvia Regina Nunes Batista

Sobre o Coletivo Maria José Justino - Ana Araújo

6 - Experiências e expectativas de jovens ativistas - pg 89

Entrevistas com participantes do Seminário Justiça Racial e de Gênero.

Desafios para a Universidade Brasileira (OXFAM BRASIL/UNIRIO), por Micoli Cerqueira

Contribuições de Kelly Araújo, Gabriel Medeiros, Raphael Santos, Amanda Mendes de Lima, Miguel Hauer

No ano de 2022, celebramos uma década da promulgação da Lei de Cotas (Lei no 12.711, de 29/08/2012), uma das mais importantes políticas afirmativas implementadas no Brasil, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”, regulando o acesso ao ensino superior público. Em um ano eleitoral de eleições presidenciais, com suas disputas e polarizações, surgiram diferentes propostas para a revisão da Lei, muitas delas representando indiscutíveis retrocessos no processo de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro

Naquele ano, tornou-se urgente ampliar e qualificar o debate público sobre o tema, o que significava ir além da necessidade de garantia de ampliação do acesso. Significava, também, refletir sobre a permanência de jovens pobres nas Universidades, considerando, sobretudo, marcadores de desigualdades sociais resultantes de discriminações de gênero e raça. Pouco se sabe ainda sobre as experiências desses/as novos/as habitantes das Universidades. Pouco se sabe sobre como a própria Universidade pública se transforma a partir de sua nova composição.

É verdade que o quadro do ensino superior no Brasil ainda revela históricas desigualdades sociais e expressa fortemente o racismo estrutural constitutivo de nossa sociedade. Contudo, ainda assim, não há como negar certas mudanças no cenário universitário. Segundo informações disponíveis até 1998, em cada 100 alunos de 18 a 24 anos em cursos superiores, 75 pertenciam ao segmento dos 20% mais ricos da população. Em 2019, eram 40 jovens de cada 100 que vinham desse segmento. A mudança na composição das universidades brasileiras também se evidencia nos seguintes dados oficiais (INEP-MEC): em 1999, 15% dos estudantes universitários eram pretos, pardos e indígenas. Já em 2019, correspondiam a 40%.

Contudo, a dificuldade, hoje, não é somente chegar ao ensino universitário, indo além disso: é, também, não precisar interromper o curso por motivos financeiros, por dificuldades pedagógicas, emocionais e de adaptação ao meio universitário. É, ainda, poder chegar ao mestrado ou ao doutorado, conseguir uma bolsa de estudos, conseguir defender dissertação e/ou tese. Por fim, é terminar um curso e não conseguir se empregar, seja por restrições gerais do mercado de trabalho, seja pelo racismo e patriarcado estruturais presentes no mundo do trabalho. De fato, boa parte dos estudantes entrelaça estudo e trabalho e faz grande esforço pessoal para se adaptar ao meio universitário.

Porém, apesar desses desafios, no ambiente universitário também há espaço para o nascimento de novos vínculos e pertencimentos a Coletivos e a Grupos de Pesquisa que favorecem processos de desnaturalização da exclusão social, gerando posicionamentos críticos e reações ao racismo, ao machismo e à LGBTQIA+fobia.

O objetivo deste livro é, justamente, o de contribuir para a reflexão sobre processos de exclusão/inclusão de gênero e raça na universidade brasileira. Com a participação de estudiosos de diferentes gerações, os aportes aqui reunidos descrevem experiências e analisam os efeitos de políticas públicas voltadas para o reconhecimento da diversidade das juventudes das classes populares, de suas conquistas e para a identificação de suas dificuldades.

Sua publicação se torna possível graças a um programa de cooperação entre a Oxfam Brasil e o Grupo de Pesquisa “Juventude: políticas públicas, processos sociais e educação”, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Por essa oportunidade – nas pessoas de Tauá Pires e Bárbara Barboza –, manifestamos nossos agradecimentos a toda a equipe da OXFAM Brasil que esteve conosco na realização das cinco Rodas de Conversa e do Seminário que deram origem a este livro.

A equipe da Unirio foi coordenada pelos Professores Eliane Ribeiro, Regina Novaes e Diógenes Pinheiro, sendo composta também pelas pesquisadoras Dra. Rosilaine Gonçalves da Fonseca e doutoranda Evelyn Lima (UNIRIO). Contou, ainda, com a contribuição da equipe responsável pelo Projeto “4ª Conferência Nacional de Juventude: organização, produção de documentos, formação, sistematização e monitoramento das resoluções”-Unirio.

Graças à professora Andréa Fetzner, diretora da Escola de Educação, e à doutoranda Jéssica Silva, tivemos acesso ao estúdio da Universidade, para transmitir as Rodas de Conversa ao vivo. As contribuições, na íntegra e em cores, permanecem disponíveis para consultas.

Para a presente publicação, as contribuições foram editadas de maneira a destacar conteúdos e suprimir algumas digressões próprias da comunicação oral, mas buscando não perder a coloquialidade característica das Rodas de Conversa. Agradecemos a confiança de todos/as que contribuíram participando das Rodas. Pelo trabalho de revisão final, agradecemos especialmente a cooperação do Prof. Miguel Farah Neto.

As conversas aqui registradas revelam tensões, sofrimentos e dificuldades, mas também trazem experiências inovadoras e esperanças renovadas. Não esgotam o tema, mas, certamente, qualificam o debate. Boa leitura!

Eliane Ribeiro
Diógenes Pinheiro
Regina Novaes



1. Sociedade e Universidade em busca de Justiça racial e de gênero

Regina Novaes, Sonia Correa, Andrea Lopes e Kelly Araújo.

Regina Novaes - Nas últimas décadas, no Brasil, marcos legais respaldaram um conjunto de políticas públicas e ações afirmativas para o enfrentamento à violência de raça e gênero. Inseridas nesse cenário de mudanças, as universidades públicas têm espelhado e amplificado mudanças em curso, não apenas realizando pesquisas qualificadas sobre essas temáticas e dialogando diretamente com os movimentos e atores sociais envolvidos, mas, também – e, sobretudo, a partir de 2012, com a implementação da Lei no 12.711 –, garantindo a reserva de 50% das vagas para alunos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Hoje, a universidade pública é mais feminina, mais popular e mais negra. Mas isso não significa que a instituição, como um todo, se democratizou. Nos cursos de maior prestígio social, o perfil dos estudantes ainda reproduz as persistentes barreiras de raça e classe. E, mesmo nos cursos onde houve maior inclusão, ainda se fazem presentes certas hierarquias naturalizadas e reprodutoras de desigualdades que produzem sofrimento e doenças entre aqueles estudantes que conseguiram, recentemente, chegar patamar universitário.

Muito se avançou, sabemos disso. Porém, ainda é preciso muita inovação e aperfeiçoamento para a construção de uma política integral de acolhimento no ensino superior. Considerando esse cenário e com o objetivo de ampliar e qualificar o debate público, se torna urgente ouvir experiências de vários atores envolvidos nesse processo.

Com tal objetivo, registramos, aqui, uma rica conversa entre três mulheres estudiosas e comprometidas com as causas feministas e antirracista. Representando gerações consecutivas, elas refletem sobre suas experiências e seus aprendizados e nos ajudam tanto a recuperar fios de uma história de lutas quanto a identificar tensões e demandas que estão a exigir novas conquistas.

Conhecer a trajetória de lutas passadas e refletir sobre o que se passa no presente parece ser, esse, o melhor caminho para projetar um futuro em direção a uma universidade menos excludente, mais acolhedora e renovada em termos administrativos e pedagógicos. Com a palavra, Sonia Corrêa, Andréa Lopes e Kelly Araújo.

Primeira Rodada: Em que momento da vida vocês se depararam com questões de desigualdades de gênero e raça?

Sonia Corrêa – Primeiramente, quero reiterar o quanto eu acho importante essa conversa. Vivemos em um contexto em que gênero está sob ataque, no mundo inteiro, mas no Brasil foi particularmente agudo. Gênero tem sido objeto de uma fúria das forças ultraconservadoras, das forças da ultradireita. E não só gênero, como também as teorias críticas de raça. A contestação do racismo também tem sido objeto dessas ofensivas, dessa hidra das ofensivas antigênero.

No caso do Brasil, em especial, o campo da educação foi onde essas ofensivas se iniciaram. Há quase dez anos, foi exatamente em 2013, em um ataque coordenado por forças ultracatólicas e evangélicas fundamentalistas, com setores ditos seculares, ao Plano Nacional de Educação (2014-2024). E a essa ofensiva, ao seu tempo, não se deu muita atenção. Só os professores, as professoras, atores e atrizes do campo educacional e as ONGs envolvidas com os debates educacionais se deram conta do que estava acontecendo, em vários aspectos. Alterou-se o ambiente escolar, fez-se desse espaço um ambiente atravessado por temores, por autocensura, por climas de denúncia. Acho que é o campo mais afetado pelas ofensivas antigênero na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular. Estou mencionando isso porque esta conversa é superimportante neste momento de reconstrução das ruínas que foram deixadas como legado. É vital

revisitar tais trajetórias e resgatar não só o sentido original, o sentido primordial do conceito de gênero, mas, sobretudo, a sua complexidade e o seu caráter, desde sempre interseccional.

Um dos efeitos mais nefastos da ofensiva desses espantalhos antigênero é o fato de que eles transformaram o conceito, a teoria, a produção do conhecimento de gênero em uma coisa absolutamente esquemática e primária. É um campo heteróclito, no sentido de que não é heterogêneo, no qual há dificuldades internas de interpretação... E, se a gente pensa no Brasil, é um campo que, desde sempre, foi muito interseccional. Eu estou lembrando, aqui, da Lélia González, que já falava da intersecção entre sexo e raça, quando nós apenas começávamos a incorporar o conceito de gênero, há vinte anos. Acho importante fazer essa demarcação dos marcos histórico e conceitual nesta conversa.

Quanto à minha trajetória, vou dizer como o Facebook me definiu quando eu entrei nele, em 2009. Definiu assim: “Trabalha na empresa Feminista”. Eu brinco que eu já trabalho há tempo suficiente para ter me aposentado, só que este é o ofício do qual não se aposenta. Então, eu continuo nele, apesar de ter iniciado a minha carreira na “empresa feminista” há quase cinquenta anos. Eu fui mordida pela mosca azul do feminismo nos tempos duros.

É curioso isso, é um outro ciclo, parecido com o que a gente está vivendo ou acaba de viver, o ciclo duro da ditadura militar. Foi nas lutas contra a ditadura militar, foi nas ruas, foi na conversa com outras mulheres, minhas companheiras estudantes. Eu sou da geração de 1968 e foram os influxos das ideias que viajavam, que vinham do mundo, sobre a revolução sexual e a revolução cultural, que eram a marca daquele tempo. Então, essa é a minha formação feminista. Eu fui feminista antes de ser uma pesquisadora, uma acadêmica, uma ativista. Fui feminista pessoalmente. O feminismo me deu lentes para compreender o porquê, apesar de ser uma mulher jovem, de classe média, com acesso à educação (eu já era universitária), com muita informação. A minha família era liberal em relação a esses temas, o meu pai especialmente, mas, ainda assim, eu tinha um mal-estar, era estranho estar no mundo. O que era aquilo? De onde vinham aquelas situações de desconforto, de estranheza? O que eu estou fazendo aqui? Por que me tratam assim? Que limites são esses?

O feminismo me deu as lentes para entender que o meu mal-estar não era meu, não era privado, não era exclusivamente pessoal, ele era compartilhado com muitas outras mulheres. E, nessa trajetória, eu vivi dois anos e meio fora do país, na década de setenta. A minha passagem pela França foi um momento muito especial desse entrar no universo do feminismo... Porque eu estava em Paris quando o feminismo estava por todas as partes, respirava-se feminismo em qualquer lugar. Na universidade, as jovens feministas eram umas guerrilheiras, não deixavam passar nada, era uma guerra campal mesmo. Qualquer coisa que um professor dissesse, que lhes parecesse patriarcal, elas voavam na sua jugular, eram batalhas, realmente. E, além disso, no plano mais macro, eu fui testemunha da reforma legal do aborto na França, com as marchas, com a decisão, assistindo na televisão o político conservador esclarecendo que estava sancionando a lei em nome da liberdade e da livre consciência.

São experiências muito marcantes. Foi assim que eu comecei a minha trajetória, que é bastante longa... E eu não posso me estender muito sobre ela, mas queria marcar duas coisas. A primeira é sobre a parceria com a Oxfam. Quando eu vivia no Recife, onde havia fundado, com outras mulheres, uma das primeiras ONGs feministas, a SOS Corpo, que existe até hoje, em parceria com a Oxfam Recife, nós escrevemos um livro (que deve estar nos arquivos da Oxfam) chamado “Por que trabalhar com mulheres?”. O sentido era persuadir a instituição, essa agência de financiamento, sobre a importância de se trabalhar com mulheres. Isso era no tempo que nós estávamos apenas absorvendo o conceito de gênero, tanto que o termo ainda não é usado nessa publicação. Isso foi em 1989/1990. A segunda é sobre o privilégio que tive de acompanhar as Conferências das Nações Unidas ao longo dos anos noventa, que é o chamado ciclo social da Organização das Nações Unidas (ONU), uma época muito especial. Era o fim da Guerra Fria, aquilo parecia ser uma janela de oportunidade para o complexo de governança global e as conferências significaram uma abertura sem precedentes da ONU para a sociedade civil. E todas

essas conferências trataram da questão dos direitos das mulheres e, mais especialmente, do conceito de gênero, que, é claro, já circulava havia pelo menos quinze ou vinte anos no campo acadêmico.

Entretanto, foi nos anos noventa, no ciclo dessas conferências, que o termo adentrou a linguagem dos estados. Passou a ser incorporado na gramática dos estados, de maneira mais sistemática. E não sem razão, foi aí também que se rompeu o que eu chamo de problema de gênero do Vaticano. A erupção de uma fúria antigênero na passagem da Conferência do Cairo para Beijing, que está na origem, não é o único ponto de origem, mas um dos momentos muito cruciais da genealogia das ofensivas antigênero do presente.

Então, eu fui testemunha ocular desse momento e quero terminar dizendo que, embora até 2015/2016 tenha me dedicado muito a estudar gênero mesmo, desigualdade de gênero, especialmente na intersecção com sexualidade – porque esse é o meu campo de trabalho, ou seja, fazer pesquisa sobre gênero, pesquisas transnacionais, sobre as políticas sexuais –, desde 2017 eu tenho me dirigido a outra tarefa instigante, mas não tão encantadora, porque voltada a pesquisar as ofensivas antigênero. Tenho trabalhado, nos últimos cinco anos, olhando quem são os atores, quem são as redes, quais são as narrativas, qual é a genealogia dessas formações e, sobretudo, quais têm sido seus efeitos. Nós completamos já dois ciclos de pesquisa sobre ofensivas antigênero na América Latina e é isso que eu tenho feito ultimamente.

Andrea Lopes – Eu não estava esperando essa pergunta biográfica. E eu fiquei aqui pensando. Primeiro, fiquei muito emocionada com Sonia falando e fiquei pensando na sua trajetória. Quero agradecer as gerações anteriores, porque o caminho foi aberto antes. Existe uma tendência a valorizar o novo, o agora, como se tudo tivesse sido construído agora, como se um longo caminho não tivesse sido traçado antes, muitas pessoas lutando, muito antes. Eu falo especialmente com relação às cotas raciais, que são ações afirmativas. Falo que muitos militantes negros batalharam pelas ações afirmativas, por algo que eles não conseguiam utilizar. Foi uma política que eles não conseguiram acessar, porque já tinham passado dessa época, enfim. Então agradecer a quem veio antes é uma obrigação, sempre. Obrigada, Regina Novaes, obrigada, Sonia Correa, muito obrigada por ter isso. O caminho está aí e nós continuamos fazendo o caminho.

Enquanto Sonia falava, eu fiquei fazendo uma retrospectiva com relação à minha trajetória. Acho que talvez três níveis de respostas podem ser produzidos aqui. Primeiramente, quem eu sou? Eu sou Andrea, uma mulher negra, de uma família evidentemente negra, que entendeu a educação como um caminho de ascensão social. Então, acho que isso é muito importante e talvez me coloque nesse lugar em que continuo agora. Foi uma família que sempre entendeu educação como a possibilidade e eu, de certa forma, reproduzi isso para os meus filhos. Assim, isso me atravessou e isso me constituiu. Lembrando-me da minha mãe, que dizia: “nós fizemos um cálculo e não temos como pagar uma universidade, então você tem que ir para uma universidade pública, você vai investir na escola, para conseguir acessar uma universidade pública”. Eram pais trabalhadores, pais que não acessaram o ensino superior na idade que se imagina que os jovens acessem. Minha mãe se formou depois. Eu já era professora universitária e ela foi para a universidade depois. Então, a educação sempre foi algo que norteou.

E o interessante é que a percepção de classe sempre apareceu muito fortemente na minha formação, assim como a questão racial. Vou repetir algo que eu sempre falo quando oriento os meus alunos e dou aula. **Uma coisa é a percepção de ser socialmente negra, outra coisa é a percepção política de ser negra.** Eu sempre fui criada me entendendo como uma mulher negra, mas a potência política do ser negro, só entendi na universidade. Fiz Ciências Sociais, fui aluna da Regina Novaes e foi nesse momento que a discussão política sobre relações raciais me atravessou, porque foi aí que eu entendi a lógica do fascismo, os discursos produzidos – um discurso de apaziguamento que eu via o tempo inteiro. Foi aí que eu entendi a minha experiência e muitas vivências de preconceitos pelas quais havia passado no colégio, na minha vida. Então, uma coisa é se entender socialmente como negra, outra coisa é produzir uma reflexão política.

Foi aí que eu politizei a minha vivência.

Entro agora no meu segundo ponto, que é o geracional. **Eu pertencço a uma geração que acessa a universidade a partir das reformas universitárias, um momento em que muitos jovens periféricos começam a acessar a universidade. Anos oitenta, anos noventa, um momento no qual se vivencia o início da produção de um discurso mais heterogêneo na universidade.** Eu via muitos amigos pertencentes à elite, a grupos mais intelectualizados, com capital cultural e econômico mais elevado, e via alguns outros que compartilhavam o mesmo capital econômico e cultural que eu tinha.

E é interessante o fato de que, quando essa geração entra na universidade – e eu acho que isso é muito importante, no caso das relações raciais – ocorre algo muito fundamental, porque é uma geração que vai acessar, posteriormente, a universidade pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Essa que tem sido formada nos anos oitenta, noventa e que ajuda a discutir cotas na universidade. Então, tem um papel geracional daqueles que entram nos anos noventa. E o que significa ser uma jovem intelectual e negra? Eu fiz parte dessa geração que hoje somos intelectuais negros, que acessam a universidade nos anos noventa, mas com uma perspectiva muito individualizada. Nós não nos víamos como coletivos, nós nos víamos como estudantes que tinham que se enquadrar no sistema. Então, a gente lidou muito com o mito da democracia racial, com a desconstrução dele, mas ao mesmo tempo da meritocracia, em uma sociedade cada vez mais vinculada, entrando no campo neoliberal. Então, o que se discutia muito era meritocracia. **Nós éramos quase símbolos da meritocracia: “basta estudar que você entra, basta empreender que você acessa”. Então, nós lutamos contra a democracia racial e, ao mesmo tempo, contra a falácia da meritocracia.**

Fomos uma geração que foi formada pelos clássicos. Então, os períodos clássicos das relações raciais nos formaram. Fomos a primeira geração de intelectuais negros, que de fato se vincula a um projeto acadêmico, a um projeto de produção intelectual e produção acadêmica. O interessante é que, para a nossa geração, raça chegou antes: como nós falamos em “raça/ gênero”. Eu tenho conversado com algumas amigas, a nossa luta inicial é uma luta para a igualdade racial. Nós nos aproximamos muito da discussão do feminismo negro, da questão de mulheres negras, mais recentemente. Então, a primeira luta que nos constituiu voltou-se para avanços no campo das relações raciais. É nessa geração que eu estou localizada, nessa geração que se entende como um campo um pouco intermediário, mas profundamente importante para o que nós temos hoje. É a geração que pensou, problematizou, discutiu. E é a partir daí que vem o terceiro nível da minha resposta.

Depois de “quem eu sou?” e “de onde eu venho e como eu me insiro na universidade?”, agora vou falar sobre minha aproximação com o campo da ação afirmativa e das políticas de inclusão. Eu sempre pensei em não trabalhar com relações raciais, porque eu dizia que não queria ser uma pessoa produzindo no nicho. Eu quero ser uma intelectual negra produzindo políticas públicas, políticas sociais. Então, eu pensava que a minha função como uma mulher negra era estar em outro campo, produzindo em outro campo e – ali, sim – produzir algum tipo de transformação. Mas, quando eu chego, em 1997, fui convidada a integrar uma ONG chamada IERÊ. Éramos eu, Rosana Heringer... Éramos cinco pesquisadoras e nós fizemos essa primeira pesquisa sobre ação afirmativa no Brasil, quando não existia ação afirmativa no Brasil. Era um mapeamento do início das ações afirmativas, ainda eram iniciativas da sociedade civil. Então, foi nesse momento que fui para o campo das relações raciais e integrei essa pesquisa. Depois, a minha tese de doutorado foi sobre ação afirmativa. Eu fico brincando que eu pesquisei a ação afirmativa mesmo antes de existir, porque tenho uma tese dos anos 2000, quando não tinha nenhuma política ainda.

E o orientador dizia: “mas não existe isso, como é que vai ser?” Então, eu também agradeço ao Luiz Antônio Machado, em memória, um querido orientador. E foi quando eu analisei o Programa Nacional de Direitos Humanos, o primeiro documento do governo brasileiro a inserir ação afirmativa. Eu venho discutindo inclusão, venho discutindo ação afirmativa, venho discutindo

mecanismos de promoção de igualdade racial e, agora, de gênero, desde a década de 1990, de maneira muito sistemática. E é nesse ponto que eu me encontro, como uma pesquisadora muito comprometida cientificamente, tecnicamente falando, mas também ideologicamente, com esse projeto, que foi um projeto de transformação, de produção de igualdade social.

Talvez eu tenha que falar uma última coisa, que foi justamente essa trajetória que me coloca como coordenadora de políticas estudantis. A professora Carmem Irene, que antes de ser a minha chefe já era minha amiga, me convoca dizendo: “Está na hora, não é Andrea?”. Então, como é que a gente consegue colocar isso tudo em prática? Eu encontrei na Carmem uma super parceira, uma pessoa que me permitiu, me desafiou para ir além da pesquisadora, da intelectual. Então, essa é a minha trajetória, que começa me entendendo como uma mulher negra, de uma família de trabalhadores, e termina aqui na universidade, tentando não só pesquisar, mas também produzir algum tipo de transformação prática sobre a realidade social. Eu agradeço mais uma vez, de verdade!

Kelly Araújo – Eu fiz um malabarismo gigante para estar com vocês, porque aqui no Maranhão está chovendo muito e a gente está tendo um pouco de dificuldade com a internet. Mas eu não poderia deixar de participar de um momento que é tão especial para mim. Porque a minha trajetória acadêmica caminha com o acesso a infinitas oportunidades. De onde eu vim? Isso era algo que sempre batia na minha cabeça quando eu era criança. Porque, quando você convive com o racismo constantemente e você abre o livro didático, assiste as novelas, os programas de TV e você vê que as pessoas sabem de onde vieram, sabem o sobrenome, citam um parente alemão, “veio de Portugal”... Na minha região tem muitos indígenas, então eles sabem que sempre estiveram aqui... Eu não sabia.

E, aí, eu ficava sendo uma criança de oito, nove anos com várias questões existenciais, de me questionar sobre de onde minha família tinha vindo, de quais eram as minhas origens... Isso é muito fruto do racismo mesmo, que nos coloca como se a gente fosse sujeito sem identidade. Eu costumo dizer que **a impressão que eu tinha é que alguém pegava meu corpo e riscava o que ele quisesse no meu corpo, como se eu não tivesse capacidade de trilhar meu próprio destino**. Era a escrita do outro que estava sobre mim, era o sobrenome que o outro quis, que estava sobre a minha família.

E, em 2012, minha família descobriu que a gente se enquadrava enquanto quilombola... e eu tinha doze anos de idade. Então, eu sempre uso isso como um marco, porque **eu fui me entender enquanto intelectual e militante aos doze anos de idade, quando eu vi a minha avó e os meus tios discutindo sobre como a gente ia reaver a nossa terra, que havia sido tomada por grileiros e fazendeiros na década de setenta**. Quando a gente começa a discutir a titulação de terras, autodeclaração quilombola, em 2003/2005, eu acompanhei isso de perto, através da minha avó, que era uma matriarca e era presidente da associação. E, aí, tudo ficou mais nítido para mim. É um sentimento de libertação, porque você entende de onde você é. Você não é reduzida apenas a um futuro incerto e um passado de inseguranças. Você passa a ver possibilidades.

Eu sou Kelly Araújo, sou de Grajaú - Maranhão, sou filha da Sofia e neta da Dona Ana.

Essa é a minha biografia para tudo, porque elas foram as minhas grandes referências. A minha comunidade quilombola foi criada por uma mulher e grande parte das lideranças que ocupam o espaço são mulheres. Eu vi a minha mãe, que é uma mãe solo, trabalhando como zeladora, e ela conseguiu entrar na universidade quando todos os filhos já estavam criados. E eu sou fruto disso, sabe? Eu sou fruto da trajetória da minha mãe e da minha avó, eu sempre demarco isso, porque eu vejo que muitos de nós, às vezes pelos títulos que conseguimos, que a academia nos proporciona, colocamos os títulos em primeiro lugar, mas eu sempre gosto de colocar que eu sou a Kelly de Grajaú, que sou fruto de um processo. E eu costumo dizer que a minha entrada na **universidade não parte de um processo individual, foi um processo coletivo**, porque eu tinha duas opções: ou eu entrava nas estatísticas e nos estigmas que as pessoas sempre coloca

vam para mim e para minha família (porque minha mãe era mãe solo, não tinha casado com o pai de nenhum dos filhos dela, sofria várias opressões de gênero e raça por ser uma mãe solo negra e as pessoas já tinham criado uma trajetória para mim, que eu ia casar cedo e engravidar), ou eu reconstruía a minha trajetória, e foi o caminho que eu encontrei, principalmente porque eu vi, na universidade, uma maneira de contar a história da minha família.

Minha família faz parte de um único quilombo reconhecido na região e, para nós, sempre foi muito difícil o acesso a direitos. Eu tinha dezessete anos de idade e já sabia o que eu ia estudar na universidade no meu TCC, porque eu queria contar a história da minha família, para ela finalmente ser vista como gente. Para que as pessoas pudessem ler a nossa história, através da academia, **como uma história de possibilidades.** E foi nisso que eu entrei na graduação, fiz parte da segunda turma do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, onde a gente tinha universidade pública e gratuita na minha cidade. Eu também entrei no mestrado, sendo a primeira mestra quilombola da minha família e da minha cidade. Desde que eu me entendo por gente, tudo o que eu publico e que eu faço gira em torno de dar visibilidade para a minha comunidade, porque eu entendo que a universidade, como a Andrea Lopes bem colocou, é um acesso a possibilidades, mas ela não deve ser um acesso solitário. A gente tem que trazer mais pessoas. E eu sempre tive muito problema em ser a exceção, a única quilombola da turma, a única mestra quilombola.

Eu quero que eu seja alguém que puxe outras “Kellys” para estar nesses espaços também. Por isso é que eu achei a ideia da mesa, desse debate, tão fundamental. Nós, pessoas negras, que sempre convivemos com opressão, às vezes a gente se sabota, por achar que a nossa história é só uma história, mas ela pode ter sentido para muita gente. Para eu poder estar aqui, a minha mãe, a minha avó, a minha bisavó, a minha tataravó tiveram que passar por vários processos, por dores que eu nunca vou ter a dimensão de como elas são, e hoje eu posso recontar a história da minha Iaiá, recontar a história da minha avó, recontar a história da minha mãe e dizer “a gente existe, a gente resiste!”. As pessoas, muitas vezes, nos limitam a estatísticas, mas não, nós somos pessoas reais e eu tenho muita alegria em dizer.

Eu tive a oportunidade de participar do GT da Juventude (governo de Transição, 2022) e fui a única quilombola que fez parte desse GT, uma experiência maravilhosa. Às vezes, as pessoas me perguntavam “por que você foi escolhida?” Existia muita especulação. Eu lembro que o momento mais importante, para mim, nesse GT, foi quando a minha família, mesmo com todas as dificuldades financeiras, fez um jantar em minha homenagem, chamou meus professores do fundamental, meus professores do ensino médio, chamou meus amigos, porque, para eles, era uma vitória muito grande. Eu sempre me emociono, porque, às vezes, as pessoas acham que é só um nome sendo nomeado e anunciado. Não! Para aquele nome ser anunciado, foi muita luta. E, para mim o meu maior momento de glória foi quando a minha família disse: “Nossa, a gente venceu!”. E foi lindo, as pessoas compartilhando o quanto viram a minha vitória e o meu progresso e o quanto eu era um orgulho para elas.

Então, **o melhor retorno que a gente pode dar para a universidade é sempre trazer os nossos para dentro dela, é sempre colocar a universidade não como obrigatoriedade, mas como a possibilidade.** Porque tem muita gente que não quer estar dentro da universidade, que tem suas limitações, mas a gente tem que fazer com que o conhecimento seja palpável, era uma coisa que eu sempre cobrava de mim. Eu lembro que, às vezes, os pesquisadores iam na minha comunidade e eles ficavam falando termos muito confusos para pessoas que não tinham nem o ensino fundamental completo. Aí, os meus tios me chamavam e diziam: “Kelly, o que esse povo está dizendo?” Aí, eu ia explicar com exemplos reais da comunidade.

Segunda Rodada: Kelly, Andrea e Sonia, nesse processo todo, o que vocês consideram conquista? Que marcos poderiam citar, para dizer que a questão de gênero e a questão racial estão, hoje, em outro patamar?

Kelly Araújo – Está sendo um momento bem bacana essa partilha. Eu considero que esse processo das demandas foi muito significativo, porque deu uma nova cara para a universidade pública e para os institutos federais também. Quando a gente percebe esse trânsito, ele também envolveu o ensino técnico, o ensino superior e a pós-graduação. Hoje, o presidente Lula falou uma coisa que sintetiza muito isso: é para **abrir as portas das universidades e deixar o povo entrar**. Para mim, isso é muito significativo, poder mostrar de fato que existe um projeto e que ele tem que incluir as várias caras do povo brasileiro.

A grande questão que eu coloco envolve, principalmente a questão quilombola no Brasil, que, a nível universitário, tem muito que avançar. Muitas universidades ainda se recusam a debater políticas de ações afirmativas voltadas para quilombolas, ciganos, indígenas, povos tradicionais. Às vezes, eu tocava nesse assunto em alguns espaços e parecia que estava falando algo extremamente criminoso, mas temos que entender que essas pessoas possuem especificidades, inclusive no que se refere ao processo de educação formal. Então, eu trago como exemplo o Maranhão: nós somos o terceiro estado em comunidades quilombolas do Brasil e ainda não temos nenhuma política específica para o acesso à universidade dessa população, seja nas universidades estaduais, seja na universidade federal, o que, para mim, é uma grande perda.. Então, teremos uma subnotificação dessa população, é uma falsa ideia a de que você só é quilombola se você estiver morando no seu território.

A gente tem que analisar, por exemplo, que muitos quilombolas foram expulsos das suas terras, que muitos quilombolas têm dificuldade de estar nos seus territórios pelo acesso e, principalmente, pelos constantes conflitos. Então, se tira o direito à territorialidade da pessoa, de se autodeclarar como quilombola, e se cria uma subnotificação. É a primeira vez que nós estamos, enquanto categoria, dentro do censo, mas eu me preocupo muito sobre como a gente vai ter esses dados para as políticas públicas.

Outra questão que eu coloco é – pelo menos na minha geração – **a dificuldade de algumas pessoas entenderem que a lei de cotas, as políticas de ações afirmativas, a própria assistência estudantil são direitos.** Eu ouvia as pessoas falando de maneira pejorativa que estavam tentando colorir a universidade, como se a gente fosse um lápis de cor, como se a gente estivesse lá só botando um enfeitezinho bonito, mas não, a gente está construindo ciência e trazendo conhecimentos. Eu acredito que a grande questão envolvida, muitas vezes, é a narrativa em torno da nossa presença. **Emicida coloca que a gente é tema de faculdade, mas não pode meter os pés nela** e eu concordo plenamente. É muito difícil ser uma pesquisadora quilombola.

Andrea Lopes – Eu acho que essa pergunta é central, porque, no ano passado nós comemoramos, ou se pretendeu comemorar, dez anos de lei de cotas, mas na verdade **temos vinte anos de ações afirmativas no ensino superior**, considerando as referências da UERJ e nós temos muito mais, temos ação afirmativa no Brasil desde os anos oitenta, quando recordamos que o primeiro grande espaço de luta do movimento negro se deu no campo da memória, a patrimonialização da Serra da Barriga, o reconhecimento de territórios quilombolas, territorialização da Casa Branca, vários programas que nós tínhamos, o programa do livro didático. Essa é uma coisa muito importante, porque **o movimento negro conseguiu produzir um grande capital político, se pensamos em igualdade e práticas de ação afirmativa**, embora a mais referenciada tenha sido, de fato, a lei de cotas, que remonta dez anos, parecendo ser algo muito recente. **É uma longa trajetória do movimento negro pautando esse debate e obtendo conquistas.**

Na verdade, atualmente, ao mesmo tempo em que tentamos avançar, temos que garantir o que já foi conquistado, porque a possibilidade de retrocesso é sempre uma possibilidade que paira no horizonte. Então, como nós conseguimos manter o que temos e, ao mesmo tempo, ter uma frente de progresso, uma frente de ampliação? Nesse sentido, acho que a primeira coisa a se fazer é entender o que nós temos de fato. Então, a primeira coisa é que a lei de cotas, ao mesmo tempo que é um grande avanço, também levou à padronização do acesso.

Até então, as várias universidades que tinham produzido, nos seus conselhos universitários,

mecanismos de inclusão e de ação afirmativa faziam isso orientadas pelo perfil demográfico e geográfico. **A lei de cotas estabeleceu a padronização para todo o território nacional. Se, por um lado, nós ganhamos, à medida que as instituições federais que ainda não tinham aderido a essa proposta, foram obrigadas a aderir, por outro, perdemos nessa especificação típica do contexto regional do Brasil.** Assim, quando Kelly se refere à dificuldade de pensar questões quilombolas, ela nos faz pensar em ampliação, em reformulação, em melhorar a lei de cotas.

Outro aspecto também diz respeito ao fato de que nós ganhamos perdendo. O que nós ganhamos? Ganhamos as cotas raciais, ganhamos propostas de inclusão. Mas, ao mesmo tempo, tivemos uma alteração da pauta original dos movimentos sociais, que era organizada por cotas raciais. Nossas cotas são todas socioeconômicas, uma vez que se tem entrada ou pela condição familiar, pela renda per capita familiar ou por se ter estudado em escolas públicas.

Na verdade, nós temos uma grande política, menos de reconhecimento e mais de redistribuição. Como poderíamos nos aproximar mais das pautas identitárias dos movimentos sociais, das questões quilombolas, das questões indígenas? De certa forma, nós confundimos muito democratização com inclusão.

Democratizar a universidade é um processo longo, não é só colocar alunos efetivamente nas carteiras universitárias, mas produzir uma reformulação, inclusive no conteúdo, na discussão, naquele conhecimento que nós produzimos por dentro da universidade. A pergunta sempre é: como é que a ação afirmativa impactou a sociedade? Na verdade, nós temos aqui a compreensão de um ciclo, porque foram as discussões da sociedade que impactaram a universidade e, agora, nós voltamos a produzir algum tipo de impacto. É um processo.

A universidade, ao ser impactada por uma demanda, uma reivindicação social, acaba também produzindo um tipo de processo mais revolucionário, que leva também à própria revisão da sociedade. Nesse sentido, quais são as potencialidades que nós temos? Nós podemos inserir no debate público uma dimensão racial e de gênero. Até então, a sociedade tinha se constituído no silenciamento da raça, porque a ideia de “democracia racial” nada mais é do que o silêncio sobre a raça. Você fala em raça, mas dizendo que não é um componente fundamental para se pensar a própria sociedade. Então, se retira a raça como um componente fundamental, dizendo-se que aqui há uma igualdade, há um equilíbrio.

Em uma sociedade, cujo pacto de constituição foi o de silenciamento, a ação afirmativa permite que se volte a trazer raça como um ponto fundamental na reflexão sobre processos de igualdade, processos de desigualdade e na organização da própria sociedade. E não só pensando a pauta do debate público, mas também as políticas sociais. Não é mais possível pensar política pública no Brasil sem que o componente racial ou o componente de gênero estejam presentes.

E pensando especificamente agora a universidade, o aumento de alunos negros e carentes nas instituições de ensino superior é um dado da realidade. Não temos cotas fundamentalmente raciais, mas, ainda assim, conseguimos uma inclusão muito expressiva de alunos negros e alunos de origem popular no ensino superior. E conseguimos avançar para o campo da pós-graduação. A pós-graduação acaba sendo um indício da formação de uma nova geração, da formação de intelectuais. E, com isso, surge uma resistência da meritocracia e do discurso individualista, que acabam sendo também impactados por essa compreensão sobre a necessidade de produção de maior inclusão, de maior igualdade social.

Acho também que uma potencialidade das ações afirmativas está na produção de uma nova geração. Essa geração - ao contrário das anteriores - é uma geração que consegue conciliar uma prática militante, ativista, uma inserção política e uma inserção acadêmica. A nossa geração foi orientada a fazer uma escolha, você não pode ser ativista, você não pode botar o coração, você tem que ser racional. Essa geração que chega agora ajuda a transformar a própria universidade, produzindo uma rediscussão sobre os conteúdos programáticos e sobre o que significa estar na universidade. A reflexão sobre a universidade é uma das maiores potencialidades dessa nova

geração de cientistas sociais. Mas temos alguns desafios, que vou pontuar a seguir:

(1) Nós discutimos muito pouco a universidade privada. O Programa Universidade para Todos - PROUNI foi uma ação afirmativa para a universidade privada. As universidades privadas não só passam à margem das discussões, como elas recebem uma quantidade imensa de alunos negros e de origem popular. A discussão sobre essa combinação entre universidade pública e privada é profundamente relevante.

(2) Permanência e evasão, questões a discutir. Nos últimos anos, fomos impactados por redução de recursos, por cortes orçamentários. E eu pego um pouco a fala da Kelly, quando faz um lamento com relação à dificuldade de pensar questões quilombolas quando nós projetamos ação afirmativa. As várias condições de permanência, por um lado, se constituem como um dos grandes problemas das políticas de inclusão no ensino superior. Falar de permanência é falar sobre a condição material, mas também sobre apoio psicológico e nutricional, há questões mais subjetivas que aparecem. Por outro lado, a evasão envolve uma das questões mais difíceis de serem pesquisadas e respondidas. Isso porque, ao passo que os dados de inclusão e os dados de conclusão são dados públicos e nacionais, os dados de evasão são institucionais. De fato, **são vários os tipos de evasão.** Nós temos a evasão do curso: eu começo em um curso e descubro que quero ir para outro curso. Eu evadi de um curso, mas eu continuo no sistema, não tem uma evasão da instituição. Por exemplo: “o aluno está na Unirio, vai para uma universidade que fica na Praia Vermelha, sai da Praia Vermelha e quer estudar no centro da cidade, na UFRJ”. Está evadindo de uma instituição porque a outra é mais perto da casa. Isso não é um problema. Agora, e a evasão do sistema? O aluno que diz: “eu não quero mais! Eu não consigo mais! Eu não dou conta! Algo me atravessou!”. Então, a evasão é de difícil mensuração. Já existem pesquisas internacionais que tratam disso, mas nós começamos a discutir isso agora no Brasil, porque são dados que precisam ser produzidos e analisados.

(3) A questão da autoidentificação é outra tensão a discutir. Eu não vou falar “fraude”, porque fraude é uma categoria jurídica que aparece no código penal. Mas nós temos que entender o que vem acontecendo, naquilo que vem sendo apresentado pelos movimentos negros como fraudes. Nós também precisamos de mais dados sobre isso. É o sistema de classificação que está voltando a ser discutido, que parecia que tinha sido superado no campo das ciências sociais, mas o nosso sistema de classificação voltou a ser colocado sob avaliação.

(4) A articulação entre ensino básico, ensino médio e ensino superior é outro ponto a discutir. Eu venho pesquisando justamente sobre isso, agora. Uma das pesquisas que eu faço se refere ao quanto o ensino básico, o ensino médio e o ensino superior aparecem como instâncias totalmente diferentes, não interligadas. Mas **pensar em exclusão e pensar no contingente de jovens com acesso ao ensino superior não é só pensar naqueles que não passam pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, mas naqueles que são retratados desde o ensino médio, aqueles que são atravessados por questões de violência ou pela entrada no mercado de trabalho, enfim, questões sociais que atravessam esses jovens e que fazem com que eles nem pensem no ensino superior.** Então, pensar na universidade é pensar também na potencialidade que perdemos, quando alguns jovens não conseguem sequer se projetar numa universidade. E, aí, é pensar em todo o processo de educação interligado.

(5) Avançar com ação afirmativa para o mercado de trabalho, por fim, é outro desafio. Como podemos expandir para outros campos da sociedade, para o mundo do trabalho, processos também de inclusão e processos de ação afirmativa?

Sonia Corrêa – Ouvindo a Kelly e a Andrea e pensando um pouco aqui na minha trajetória, nos meus cinquenta anos na “empresa feminista”, os ganhos são inequívocos. **É impossível falar hoje no Brasil – e no mundo – sobre igualdade, democracia e justiça sem considerar a transversalidade de gênero e raça, seja onde você estiver.** Eu estou falando dos ganhos em termos do ethos, de um pensar o Brasil ou mesmo o mundo.

Temos sempre que romper também essa ideia desse nacional impenetrável: nós somos atra

vessados, nós atravessamos o mundo. Essa ideia de fronteiras porosas é muito importante, sobretudo quando a figura da nação, do patriotismo se tornou o que se tornou nesse momento da história brasileira. Repensar a ideia da nação, da soberania é muito importante também. Estou pensando aqui, na América Latina, onde, certamente, a dimensão racial tem muito mais relevância em alguns contextos regionais do que em outros, mas está sempre presente, mesmo que não seja a questão da negritude em todos os países, a questão das populações indígenas, a questão étnica, a fratura, a hierarquia e a assimetria.

Então, é impossível pensar as nossas sociedades sem considerar que essas são dimensões sistêmicas, não são temas laterais. Um desafio que ainda temos no Brasil, no campo progressista – ou mesmo que não seja o campo da esquerda, mesmo o campo mais de centro liberal – é uma tendência ainda, uma percepção ou uma forma de pensar, que considera essas questões como laterais, secundárias, não sistêmicas.

Você não pode pensar igualdade e desigualdade no Brasil sem considerar esse legado brutal da hierarquia e da assimetria colonial, que não é só um fantasma, ele está traduzido no ordenamento da sociedade hoje. E que se combina, como diz a Rita Segato, com essa outra herança da experiência colonial, da colonização e da conquista, o termo dela é muito bom, o “duenismo”, ela não fala de capitalismo. Uma sociedade que tem os donos das coisas, os donos das pessoas, os donos das instituições. Então, a gente não consegue pensar o Brasil de forma crítica e projetar uma sociedade mais democrática e justa, sem considerar essas dimensões estruturais.

A virulência, o furor, a fúria, o brutalismo das forças da ultradireita com relação a essas questões de raça e gênero são o melhor indicador de que nós começamos a mover as camadas profundas geológicas da formação social brasileira e de outros países. É uma reação a essa mutação geológica, queremos botar tudo no lugar de novo, é um retorno ao que era, é uma geologia profunda. São camadas que começaram a se mexer e provocam essa reação, vem essa lava lá do fundo dizendo “não pode!”. No plano geral, isso é um elemento que devemos reter.

Já com relação à educação, eu quero fazer um relato, que também é pessoal. A minha geração já foi beneficiária do que foi **a primeira luta do feminismo brasileiro desde o século XIX, que foi a luta pelo acesso à educação.** Temos que lembrar de Nísia Floresta e de outras que vieram depois dela. Se a gente pega o dicionário das mulheres que a Schuma¹ fez, está lá cheio de professoras, diretoras de escola, bibliotecárias, mulheres que dedicaram a sua vida a não só educar outros, mas a fazer do campo da educação um campo de reivindicação pela presença das mulheres. Então, pertencemos à geração que se beneficiou dessa herança do passado, porque fomos nós, nos anos sessenta, a primeira geração em que as mulheres chegaram massivamente à universidade. Quando eu entrei, em 1967, já estavam as mulheres, isso se vê nas fotos das manifestações de rua, nas recuperações do que foi o movimento estudantil, as lideranças de esquerda, da luta armada, isso está presente nessa memória.

Agora, **era uma entrada massiva seletiva, segregada, porque as mulheres não estavam em todos os lugares da universidade.** Eu sou formada em arquitetura, ninguém sabe disso, mas eu sou arquiteta em urbanismo. E era engraçadíssimo, no Fundão, porque a faculdade de arquitetura era uma faculdade das mulheres. Nós éramos quase 80% dos alunos nas turmas mais novas. E a faculdade de engenharia era a faculdade dos homens. Tinha uma divisão sexual de trabalho, em um certo sentido, e uma segregação por gênero que se dava no campus. Lá era o lugar dos rapazes e aqui era o lugar das moças e é claro que os rapazes vinham todos da engenharia para tomar café e comer sanduíche no bar da arquitetura, porque era onde estavam as meninas.

Eu só fui me dar conta disso muito mais tarde, depois de passar por esse **feminismo brasileiro que sempre foi interseccional.** As tensões e conversações com as feministas negras desde os anos oitenta, nos encontros feministas, os aprendizados com Sueli Carneiro, **os debates sobre “Não deixe sua cor passar em branco”.**

1 *SCHUMAHER, Schuma; VIDAL, Érico (Org.). Dicionário Mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.*

Eu não estava trabalhando no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE ainda, mas eu interagia muito com o IBASE, eu interagi muito com a equipe do “Não deixe a sua cor passar em branco”. Doutora Elza Berquó, que foi a minha parceira de trabalho, demógrafa exemplar e comprometida desde sempre com a desigualdade e com a superação da desigualdade racial no Brasil. Então, depois que eu passei por tudo isso, na festa de 25 anos da minha turma de arquitetura, foi que eu me dei conta de que nós éramos muitas mulheres, em certas turmas mais da metade, mas nós éramos fundamentalmente pessoas brancas. Porém, havia, na minha turma, quatro pessoas negras, coisa que não acontecia, por exemplo, na faculdade de engenharia, que era composta fundamentalmente por homens brancos, com raríssimas exceções.

O movimento que levou as mulheres para a educação - e para a educação superior - arrastava consigo esse problema da simetria interna no universo das mulheres. Quem ascendeu e quem se beneficiou da primeira luta pelo acesso à educação no Brasil foram as mulheres brancas como eu. E o que veio depois junto com a democratização, com as lutas do movimento negro, também com as lutas feministas interseccionais, foi a ruptura dessa desigualdade interna na universidade. É isso, **a universidade hoje é mais negra, começa a ser mais indígena, começa a ser mais quilombola, mas é um processo – se a gente considera o que está para trás, a sedimentação geológica é um processo de curto prazo.**

Então, por um lado, os ganhos foram muitos, mas eles estão ameaçados. Hoje, o tema do racismo, a fantasmagoria do racismo reverso são questões recorrentes entre as forças e mobilizações de direita que tenho estudado no Brasil, assim como nos Estados Unidos, hoje. A ideia de que o racismo, assim como o feminismo, divide a nação supostamente coesa e homogênea e a questão das cotas estão no coração do racismo reverso. É, no conjunto, a questão que mais incomoda, que mais mexe com privilégios, com prerrogativas supostamente essenciais e naturalizadas. E isso produz afeto, raiva e violência.

Por outro lado, estudos que fiz com José Eustáquio (nas bases de dados, nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio – PNADs) mostram que as mulheres brasileiras, em geral (e nas últimas duas décadas, gradativamente, também as mulheres negras), têm ganhos educacionais crescentemente maiores do que os homens. As meninas têm menores taxas de evasão, elas têm melhores notas, elas progridem melhor no sistema escolar e elas estão ascendendo muito mais rapidamente ao sistema universitário. Se tivermos uma perspectiva instrumental estrita de igualdade de gênero iremos dizer: isso é bom, as mulheres estão se empoderando. Mas, se a gente tem uma perspectiva efetiva de justiça de gênero, isso não é bom. Por que isso não é bom? Porque tem um efeito sobre a cognição, as emoções e a capacidade comunicativa dos homens. **A nossa hipótese é a de que esse hiato é um dos fatores que podem explicar a dificilmente superável violência de gênero no Brasil. A incapacidade de resolver conflitos por uma outra maneira que não seja a violência física.** Temos o desafio de pensar o quanto esse hiato de gênero não está botando água no moinho da masculinidade tóxica, que é um traço muito forte do sistema de sexo no Brasil, que tem esse elemento da masculinidade tóxica.

Então, eu acho que esse é um desafio. **Quando a gente pensa nas mudanças no campo da educação, é importante começar a pensar justiça de gênero, não apenas em maior acesso das mulheres, porque elas já têm maior acesso, mas pensar nos conteúdos educacionais.** Quer dizer, **trazer um tema da desigualdade de gênero de fato no currículo escolar** e superar gradativamente esse alijamento, porque isso está marginalizado, hoje é amaldiçoado, inclusive. De maneira geral, houve avanços, mas, de diferentes formas, persiste a segregação por gênero e por raça. Isso não está superado. Há mais mulheres na engenharia? Há, mas ainda tem uma dominância masculina. Há muitas mulheres em medicina? Há, mas as áreas duras ou as áreas nobres, as áreas mais respeitadas na medicina ainda são dominadas por homens. Isso ainda tem que ser muito alterado como uma perspectiva para a democratização.

Mas, como a Andrea Lopes estava abordando, não é só acesso e também não é só conteúdo. É preciso transformar as instituições para que elas estejam abertas e criem mecanismos internos

onde questões de gênero e raça possam ser discutidas quando elas produzem conflitos. Isso existe em instituições universitárias em outros lugares do mundo, onde, se acontecer um caso de violência de gênero, de assédio sexual, de racismo, de injúria racial, de racismo institucionalizado, você tem a quem recorrer institucionalmente. Aqui no Brasil, não. A gente ainda continua caso a caso, tende a ser judicializado, o que nem sempre é o melhor caminho. Há casos que têm que ser judicializados, mas nem todos. Então, é necessário pensar em estruturas, olhar a experiência internacional para pensar estruturas que possam lidar com conflitos.

Terceira Rodada: O que fazer? Quais caminhos percorrer daqui para a frente, para não perder o que foi acumulado?

Andrea Lopes – A primeira questão é um processo de transformação e até de revolução. Não é mais possível não pensar gênero e raça. Eu concordo 100% com você, Sonia. E não é meramente uma questão de intersecção. Gênero e raça estruturam as relações sociais. Nós estamos disputando um projeto de nação. Quando nós acionamos elementos raciais e de gênero, criamos uma forma de produzir sentido sobre a realidade, porque ela sempre esteve aqui, só que ela nunca foi considerada.

Nós sempre minimizamos os impactos de gênero e de raça, porque achávamos que, fundamentalmente, tínhamos que pensar na condição da simetria econômica e, igualmente, na lógica de classes, quando não são excludentes. A organização por classe, a grande discussão por classes, que nos orientou e orientou o mundo durante muito tempo, não é uma alternativa à discussão de identidades. Na verdade, temos que conjugar as percepções de classe, gênero e raça, porque é assim que o Brasil se organizou e é assim que o Brasil se constituiu numa lógica obviamente colonial.

Eu não quero falar colonial de forma panfletária, pensando a discussão decolonial, mas eu quero defender que nós não vamos superar os nossos nós, se não nos entendermos como país que ainda vivencia a experiência colonial. **O melhor exemplo é o da empregada doméstica, quando ali existe um atravessamento de classe, de gênero e de raça que remonta à lógica hierárquica de um Brasil que ainda respira a colonialidade. Porque não se trata só da desqualificação de uma trabalhadora, mas da não percepção de uma pessoa como trabalhadora e nem como humana, na verdade. A forma como as empregadas domésticas são tratadas no Brasil é, de fato, desumana. “São coisas”. O racismo se vale da desumanização e ele se sustenta na desumanização, seja pela hipersexualização, seja pela visão de um trabalhador como peças.**

Eu encontrei uma querida ex-aluna, ainda quando dava aula na universidade privada, a Amanda Lemos, que fazia um trabalho sobre empregadas domésticas. Contando alguns casos, falou: “Eu encontrei uma senhora que começou a trabalhar com oito anos de idade em uma família e com treze anos foi ‘doada’ para a filha dessa senhora, que teve um filho. E ela, desde treze anos nessa casa, agora está em uma instituição de cuidados, porque está com cem anos. A pessoa viveu mais de oitenta anos da sua vida como empregada doméstica e aqueles antigos empregadores – pretensos empregadores – contam isso tomando um chope e não se dão conta do processo desumano que essa pessoa passou, de privação de tudo, de possibilidades, inclusive, de realização”. Então, **pensar o Brasil hoje é, fundamentalmente, pensar nessa indissociável articulação entre componentes econômicos de classe, gênero e raça.**

Agora, voltando ao tema da inclusão no ensino superior na perspectiva de gênero e de raça, pensando na permanência especificamente, pergunta-se: que ambiente nós temos hoje na universidade? Que demandas existem hoje? Por um lado, temos os mesmos problemas que existiam nas décadas anteriores. Por exemplo, temos jovens mães que ficam grávidas na universidade, pessoas que têm dificuldades econômicas. No entanto, hoje temos um contingente maior e a universidade não mais pode pretender que o aluno resolva de forma individualizada.

Em outros momentos, as respostas eram individualizadas, você tinha que acionar uma rede

familiar ou responder de uma forma individual. Então, jovens, amigas que ficaram grávidas na universidade, tinham rede de apoio, meninas de classe média, que conseguiam o mínimo de manutenção de permanência, apesar de isso ser visto como obstáculo. Hoje, a universidade se coloca nesse local de resolução, até mesmo porque não há políticas públicas mais amplas. Por exemplo, muitas alunas demandam creche na universidade, na medida em que não se tem uma creche pública que possa dar o suporte. Ou seja, **pensar permanência na universidade, pensar potencialização da universidade, pensar esses novos sujeitos e sujeitas na universidade evoca uma reflexão profunda sobre políticas públicas.**

A associação entre espaço universitário e política pública é importante quando queremos pensar em transformação. A universidade é lugar de produção de conhecimento científico e lugar de formação profissional. Pensando em termos macro e meso institucionais e, também, em aspectos mais subjetivos, eu defendo que a universidade tem que se repensar. Hoje, nós vivemos um momento no qual temos alunos com realidades sociais muito distintas daquelas com as quais alguns professores lidavam. Então, nós estamos em um momento de mudança, talvez um momento de crise no processo de produção de conhecimento, crise no processo de validação do que significa conhecimento. Crise não é algo negativo, crise é transformação.

Nós temos que avançar também internamente na universidade, na compreensão do que significa acolhimento. O que significa uma universidade que, de fato, recepciona esses novos alunos? E não são só esses novos alunos de que eu falo, de origem popular ou negros ou LGBTQIA+ ou mulheres, mas o que significa uma universidade menos hermética? Porque também temos que assumir que a universidade, durante muito tempo, ficou hermética. Nós nos entendemos como produtores de conhecimento com um discurso muito progressista, mas somos pouco progressistas, porque estávamos discutindo entre os mesmos. Eram grupos mais elitizados, com alto capital cultural discutindo com jovens também com alto capital cultural e, lidando com grupos socialmente subalternizados como “os outros”.

Então, o que significa agora uma universidade na qual esses grupos, que até então eram retratados, eram afastados, compõem agora o corpo da universidade, se impõem como corpos na universidade? Eles se impõem como “me entendam, as minhas questões estão aqui” e essa é uma realidade também. Não só como objeto a ser investigado, mas como uma realidade também que a compõe. Esse é um desafio quando nós pensamos a permanência, pensamos no que vem adiante em termos de política, mas também de organização da universidade.

Sonia Corrêa – Sobre desafios concretos, práticos, de implementação de política pública, eu queria propor alguns desafios. Lembremos que, na minha geração, éramos 1% da sociedade brasileira que tinha chegado na universidade. Hoje, segundo um censo universitário do IBGE realizado em 2021, a população universitária é de seis milhões e quinhentas mil pessoas, o que corresponde a 3% da população brasileira. Quer dizer, em cinquenta anos nós conseguimos multiplicar por três. É muito pouco. Então, **apesar desses avanços importantíssimos de inclusão, de pluralização, democratização das últimas duas décadas, nós estamos ainda no nível de baixo. A gente teria que estabelecer uma meta**, assim como tem uma meta agora do governo Lula de que em 2030 nós vamos zerar o desmatamento da Amazônia. Ter uma meta que vai ser medida, que vai ser avaliada a cada ano, se está acontecendo ou não. É claro que essa meta tem que ser de mais longo prazo, mas tem que ser estabelecida.

O protagonismo, a imagem, a política representacional são muito importantes, mas tudo isso tem que ser traduzido em recursos, em compromissos firmes, tem que ter metas sólidas.

A outra questão – Andrea Lopes já falou bastante sobre isso – é pensar a universidade como parte da sociedade e não como essa coisa estamental. Embora reflita a sociedade, sendo um reflexo da mesma, a instituição é percebida de fora, em grande medida dentro de uma redoma e isso é uma herança estamental colonial. Assim eram as universidades, assim era Coimbra entre os séculos XV, XVI, XVII e XVIII, aquele tabernáculo do conhecimento fechado em si próprio.

Então, romper com isso é muito importante e, nesse sentido, um dos projetos que a gente fez recentemente, nesse esforço de cartografia das ofensivas antigênero, foi um pequeno dicionário¹ dos termos ambíguos usados pelas forças de direita para fazer a sua fustigação contra os processos de democratização, de inclusão dessas últimas décadas. E ele está disponível, eu posso passar para vocês, mas a ideia foi constituída com o Departamento de Linguística da UFRJ, em um trabalho de parceria nosso com eles. E a proposta do dicionário é exatamente isso: tirar de dentro da redoma da universidade todo o conhecimento que já existe sobre essas forças e torná-lo mais acessível para as pessoas e os grupos que estão sendo diretamente atingidos pelos disparos de WhatsApp, pelas conversações das salas de família, pelos discursos de autoridades públicas. Tudo isso tem o sentido de normalizar esses espantinhos. Então, é importante que as pessoas saibam de onde vêm, para que servem, quais são os seus efeitos. É um pouco esse exercício. E tem duas versões, uma versão de duas mil palavras e outra versão simplificada de oitocentas palavras.

Além disso, a melhor articulação entre os vários níveis da educação no Brasil é absolutamente urgente: que o sistema educacional seja pensado realmente de uma maneira integral. Educação fundamental e educação básica não podem ser dissociadas do terceiro grau e da política para a educação universitária. Tem que haver muito mais interação. Não se trata apenas de formar professores, isso também é urgente, mas deve existir muito mais interação horizontal. Isso não vai acontecer de uma vez para outra, mas eu acho que **projetos-piloto de interação universidade / ambiente escolar / escola são algo muito urgente**.

E o meu último ponto é conceitual. Falamos muito de gênero, de conceito de gênero, do ataque ao campo de conhecimento e eu queria dizer que é absolutamente fundamental, nesse momento, **reconhecer a complexidade da produção de conhecimento em gênero**. Como eu disse, destacar o seu caráter desde sempre interseccional, especialmente no Brasil, mas também compreender e interrogar as interpretações esquemáticas do gênero, como mulher e, sobretudo, apenas no seu significado binário da diferença sexual.

A produção acadêmica em gênero, a teoria de gênero abre o conceito de gênero. Tem uma plasticidade que precisa ser mais reconhecida, tanto no campo universitário quanto para além dele, inclusive porque essa plasticidade é o que mais mobiliza, incomoda e fustiga as forças conservadoras. É exatamente essa abertura do gênero, a interrogação do suposto binarismo natural dos sexos, que tem uma parença com as teses de supremacia racial do século XIX. A ideia de poligenia racial, de que as raças são quase espécies diferentes. Podemos fazer uma analogia e pensar, junto, essa questão do gênero aberto, para além do binarismo, com a crítica que já está feita e consolidada, sobre as concepções essencialistas e supremacistas do século XIX. Do ponto de vista teórico-político, isso é um desafio enorme.

Kelly Araújo – Para aproximar sociedade e universidade, temos que trazer para nós um quadrupé: pesquisa, ensino, extensão e assistência estudantil. E essa assistência estudantil deve ser pautada não apenas com condições de acesso e permanência dos estudantes, ela deve ser também agraciada com estratégias de acolhimento. Nesse sentido, eu trago um exemplo do estado vizinho ao nosso, que é a Universidade Federal do Pará, que tem uma reserva específica para estudantes indígenas e quilombolas. Essa reserva é para cursos considerados de elite – como direito, engenharia, medicina – e os estudantes indígenas e quilombolas fazem o processo seletivo especial, mas, mesmo assim, eles também passam por estratégias de acolhimento. Como Andrea Lopes pontua, em relação à acolhida das mães que fazem a universidade, é im

1 *CORRÊA, Sonia (Coord.). Termos ambíguos do debate político atual: pequeno dicionário que você não sabia que existia Rio de Janeiro: Observatório de Sexualidade e Política (SPW) e Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UFRJ, 2022. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/ebooks-termos-ambiguos-do-debate-politico-atual-o-pequeno-dicionario-que-voce-nao-sabia-que-existia/12620>*

portante destacar que o acolhimento também é parte dessa política de assistência estudantil. Precisamos debater, de fato, a implementação dessa política de assistência estudantil, ela tem que fazer parte do cotidiano da universidade. E pensar **uma política de assistência estudantil que seja plural e que leve em consideração as especificidades dos sujeitos que constroem a universidade.**

Aqui no Maranhão, temos experiências em alguns institutos federais, onde os alunos quilombolas vindos do interior sentiam falta dos tambores, das cantigas. Foi colocada roda de tambor dentro dos institutos, para que eles se sentissem mais parte daquele local. E é importante a gente trazer um pouco disso para a universidade, que precisa se pintar de povo. Quando eu falo de “se pintar de povo” é possibilitar à gente se sentir seguro e acolhido pela universidade.

Mas, temos que compreender, também, que a universidade ainda não conseguiu romper completamente com alguns estigmas. Temos ainda professores com pensamento extremamente ultrapassado, elitista, que acham um absurdo as políticas de cotas, que acham um absurdo ver pretos e pretas nas universidades. Acredita-se que pessoas que não têm instrução é que são racistas em potencial ou preconceituosas em potencial, mas nós temos muitos doutores e pós-doutores nas universidades extremamente racistas. Essas pessoas são criminosas e elas se utilizam do espaço da universidade para promover ataques aos estudantes cotistas.

Eu já tive acesso a relatos muito ruins de professores que diziam que, na prova deles, estudante de cotas tinha que se esforçar mesmo, que eles não iam dar sete de graça, como se a gente estivesse lá sem produzir. Já passei por situações de entrar em uma sala e o professor apontar para mim, um professor branco, e dizer: “Essa daí entrou por cota”. Como se o fato de entrar por cotas fosse algo ruim. Assim, a gente acaba criando e tornando a universidade um ambiente extremamente hostil.

Para pensar nesse acolhimento, a gente também tem que pensar na questão da saúde mental. Os nossos estudantes estão adoecidos. Quando formos analisar os efeitos da pandemia sobre eles, vamos compreender, de fato, o quanto que isso foi perverso, porque a pandemia mudou as nossas formas de relação entre professor e aluno, universidade e aluno e criou um sistema de sociabilidade entre as pessoas através da tela. Eu considero que a pandemia não foi avaliada pelas universidades dentro desse aspecto da saúde mental. Nossos estudantes tiveram perdas significativas, adoeceram fisicamente pela Covid. Eu falo por mim, enquanto eu estava lutando pela minha família, porque a nossa família estava sendo atacada por grileiros na nossa comunidade, eu tinha que escrever uma dissertação de mestrado, eu tinha que produzir e eu tinha que fazer com que a minha comunidade não fosse contaminada pela Covid, porque, como eu estudava em São Luís e tinha que ir para Grajaú, esse era um dos meus maiores medos e, para a academia, isso não importava. Eu tinha que cumprir um prazo para entregar a minha dissertação, mesmo que para isso eu tivesse que colocar as pessoas em risco. Eu tinha esse debate moral muito grande e essa problemática de viver em contexto de conflito.

Muitos estudantes nossos convivem em contexto de conflito. E quando eu falo de conflito, não é somente conflito agrário. Precisamos falar, por exemplo, das favelas, da opressão que esses estudantes sofrem nas favelas. A bala perdida sempre tem um alvo e esses estudantes estão nas universidades, estão nos institutos. **A questão da saúde mental, a meu ver, é primordial para pensarmos o acolhimento. A assistência estudantil não pode ser meramente resumida a dar bolsas permanência e o acolhimento deve ser uma prática cotidiana na universidade.**

RECADOS PARA REFLETIR

“O que os feminismos negros trouxeram para nós, as feministas brancas, lá nos anos oitenta e noventa, é exatamente a lembrança constante para a assimetria profunda da sociedade brasileira e suas marcas raciais imbricadas com a questão de classe.” - Sonia Corrêa

“São as mulheres negras que mais acessam, que mais utilizam a saúde pública. São as mulheres negras que vivenciam a experiência da segurança pública, sobretudo com seus filhos jovens negros, que sofrem o genocídio, que constantemente são mortos por policiais, são mortos nas periferias. Então, falar na reflexão sobre saúde e segurança pública não é algo que diz respeito à identidade, a mulheres negras, mas sim a um projeto de sociedade, de nação.” - Andrea Lopes

“A juventude é o presente da política brasileira. Precisamos fazer essa intervenção geracional e permitir que a juventude esteja ocupando os espaços de poder. E os movimentos sociais vão ter que continuar resistindo. E essa questão do feminismo decolonial e a própria premissa do mulherismo me trazem muito esse alerta. A gente não vai parar, a gente não pode parar!” - Kelly Araújo

ENTREVISTA COM HÉLIO SANTOS, PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA OXFAM BRASIL

Micoli Cerqueira¹

Qual é o papel das políticas públicas no acesso e permanência dos jovens nas universidades?

Hélio Santos: Quando se fala em reformular a política de cotas, eu penso em **dois aspectos: não só no ingresso, como também na permanência.**

Sobre o ingresso, eu não concordo com os percentuais de vinte por cento, a população negra no Brasil é de cinquenta e seis por cento. **Nós somos um país tardio nesse campo, se nós desejarmos causar impacto, eu acho que precisamos ampliar esses percentuais.**

Como as políticas de ação afirmativa foram tardias, nós aceitamos apenas a flexibilização do acesso, mas a permanência é fundamental. E eu não quero cuidar apenas de transporte e comida, eu também me refiro a **apoio pedagógico e psicológico.** É fundamental que o aluno cotista, com todo o déficit histórico - que tem a ver com trezentos e cinquenta e quatro anos de escravidão, tenha uma forma de reparo para que, efetivamente, possa cumprir os cursos como os demais. Necessário também é o **monitoramento desses alunos, não só no desempenho como no pós-curso. Hoje nós abandonamos o cotista quando ele conclui o curso.** E, após a conclusão dos cursos, é fundamental que este aluno seja acompanhado. Não se sabe até hoje como cotistas formados conseguem oportunidades, porque, ao entrar nos cursos, eles não têm uma espécie de registro virtual (“cota.com”) para que eles sejam acompanhados. Isso não só para avaliar as políticas, como também para apoiá-los na continuação das suas vidas. Não é apenas na conclusão do curso que esse afrodescendente está ressarcido.

Estas são mudanças que esperamos fazer, mas isso só será possível mediante recursos financeiros para políticas públicas bem engendradas, que discutam os percentuais, o tempo de duração e que não percam de vista o aluno cotista durante e após o curso.

Qual a importância de se discutir, hoje, a permanência da juventude negra e cotista nas universidades?

¹ Entrevista realizada durante o Seminário Justiça Racial e de Gênero. Desafios para a Universidade Brasileira, ocorrido em 26 e 27 de abril de 2023, na Escola de Educação da UNIRIO.

Helio Santos: Eu penso que esse debate não poderia ocorrer em um momento melhor. É exatamente agora que nós estamos discutindo a reformulação das políticas de cotas, que é preciso afirmar que **tão importante quanto flexibilizar o acesso é discutir a manutenção das alunas e dos alunos, bem como é importante discutir o acesso às diversas carreiras e especializações, de forma que negros e negras não fiquem apenas em determinados cursos. O recorte de raça e gênero também me parece importante para compreender esse momento.**



2. Universidade e territorialidade: conexões entre ambiente, gênero e raça

Diógenes Pinheiro, Celso Sanchez; Gabrielle Abreu e Renato Almeida.

Diógenes Pinheiro - O território sempre foi uma variável-chave na composição da desigualdade social no Brasil. Historicamente, a oposição centro x periferia indicava o lugar de subalternidade do Brasil na comunidade mundial, quando o país era classificado como terceiro mundo ou subdesenvolvido. Atualmente, mesmo entre os dez países mais ricos do mundo, não atingimos um nível de desenvolvimento aceitável nem alcançamos plena maturidade democrática. Nossa jovem democracia ainda é olhada com preocupação e expectativa por países vizinhos e parceiros em relações internacionais. As grandes disparidades regionais sempre mostraram o tamanho dessa desigualdade. Mesmo assim, naturalizamos a existência de um centro-sul próspero e moderno diante de um norte-nordeste pobre e arcaico.

A exploração predatória de recursos naturais pelo complexo agro-hidromineral tem resultado em sucessivas violações, como as ocorridas em Mariana e Brumadinho (Minas Gerais). Além de mudanças climáticas, como tempestades que devastam as encostas ocupadas pela população mais pobre e desassistida pelo Estado, que trazem à tona o debate sobre racismo ambiental. Em todo o país, convivem ilhas de prosperidade e riqueza dos bairros de classe média e alta e a pobreza do entorno, o que leva a que o genocídio da juventude negra não ocorra em qualquer lugar indistintamente, mas, sim, nas periferias, favelas e quebradas das grandes metrópoles brasileiras. No território, se cruzam e tomam forma as desigualdades de renda, raça e gênero, configurando uma experiência muito distinta e desigual no que é ser cidadão em um país atravessado por essas diferenças, que se tornam desvantagens sociais e determinantes nas trajetórias dos indivíduos.

Porém, a grande novidade, no que se refere à vida universitária, é a maior presença de estudantes de origem popular na universidade, negros, moradores de favelas e periferias, os primeiros do seu grupo familiar no ensino superior, principalmente a partir da implementação da Lei no 12.711, de 2012, a Lei de cotas.

Nas duas últimas décadas, a universidade pública se expandiu por meio de programas como o REUNI. Entretanto, apesar de ter havido alguma interiorização, grande parte da rede universitária ainda se encontra nas capitais e boa parte dos estudantes vem das periferias. Nesse cenário, a discriminação por endereço é mais um fator gerador de estigmas e preconceitos, que comprometem a experiência de uma universidade mais plena. Em seu conjunto, antigas e novas exclusões têm trazido com força a necessidade de se discutir políticas de acolhimento, que incorporem também os fatores considerados subjetivos, sem sofrimento e sem evasão. Por outro lado, e essa é a boa notícia, cresceram os movimentos, organizações sociais e coletivos nas favelas, periferias e nas universidades pelo país afora, mostrando a potência desses sujeitos e territórios em todos os aspectos: da cultura a novas formas de convivência. Hoje, podemos dizer que muito do que há de mais inovador flui das periferias para o centro.

E, já que a gente está falando em território, eu não poderia deixar de falar do nosso grande geógrafo brasileiro e referência no debate mundial, Milton Santos. Ele, Milton Santos, falava da importância de se pensar em um “território usado”. Ou seja, de um território que é o resultado de múltiplas relações econômicas, sociais e afetivas que atravessam esse campo. É um lugar onde a vida acontece na sua plenitude.

Nessa roda de conversa, vamos ouvir as histórias e conhecer as trajetórias de pesquisadores que têm se debruçado sobre esse debate, seja por interesse de pesquisa, seja por ter sua história de vida ligada à periferia. Com a palavra, Gabrielle Abreu, Renato Souza de Almeida e Celso Sanchez.

PRIMEIRA RODADA: A partir de suas experiências, como vocês analisam a percepção do território - “onde acontece a vida” - como uma variável-chave na luta social?

Celso Sanchez – Na área de debates em torno da questão ambiental, percebemos uma grande mudança a partir dos anos oitenta. Nos anos sessenta, quando do surgimento da discussão ambiental, era basicamente centrada na poluição, sobre a quantidade de poluição, sobre os danos, os efeitos dessa poluição nos ambientes naturais.

Demorou quase vinte anos, até que houvesse um alerta de que não havia natureza sem pessoas. O grande mestre, Milton Santos, um dos pioneiros dessa discussão socioambiental no mundo, nos trouxe toda uma discussão em torno do que ele chamou de uma “outra globalização”. Perguntou-se acerca de quais eram os limites do impacto ambiental, socioambiental em particular, e apontou a fratura dessa ideia de seres humanos separados, apartados da natureza. É justamente nesse ponto que Chico Mendes destaca a existência desses corpos, que reivindicariam não apenas a cidadania, mas a *florestania*.

Hoje, observando-se os movimentos nos territórios e, sobretudo, os movimentos por justiça ambiental que eclodem no final dos anos oitenta, início dos anos noventa, há um marco bastante importante, que é a guerra da água na Bolívia... A partir daí, das organizações indígenas e também dos movimentos de favela aqui no Rio de Janeiro e de outras periferias ao Brasil afora, a gente vai ver o que o Marcelo Aranda Stortti chamou de “territoriania” na sua tese de doutorado (defendida, na Educação, no PPGEduc/Unirio)¹, que é a percepção de que os territórios produzem uma sociabilidade ambiental que amplifica a noção de meio ambiente.

Ontem, ouvindo a Mônica Francisco, nossa querida ex-deputada e grande intelectual da discussão da periferia e do território, ela chamava atenção sobre o que eram as reivindicações de “bem viver” nas favelas do Rio de Janeiro. O bem viver dos povos da floresta é uma coisa. O bem viver do Morro da Formiga, do Borel, do Salgueiro é outra. O Bem Viver na Maré, no Complexo do Alemão é outra coisa. Então, hoje a gente está diante da necessidade de olhar de forma contextualizada territórios que se movem e produzem territorialidade. Só para aproveitar aqui a sequência do pensamento do Milton Santos, lembro os geógrafos contemporâneos, como Carlos Walter Porto-Gonçalves e Rogerio Haesbaert, que seguem essa discussão em torno do que são as territorialidades, que vão se constituindo nessa rede de relações complexas que se dão nos territórios.

Portanto, para nós, da área ambiental, **pensar a partir do território nos obriga a perceber os recortes de raça, gênero, muito presentes na desigualdade distributiva dos danos ambientais, mas também dos benefícios ambientais.** Daí surgirem, nos trabalhos acadêmicos recentes, noções como “racismo ambiental”, “branquitude ambiental”, “justiça ambiental”, “racismo climático”, “justiça climática”. **No final das contas, é a partir do direito de existir que essas pessoas reivindicam suas territorialidades.**

Gabrielle Abreu – Essa primeira fala do professor Celso já fez a minha cabeça ficar aqui borbulhando. Mas a minha fala vai estar muito mais ancorada na minha experiência – individual e coletiva – de uma jovem negra de vinte e sete anos que adentrou a universidade nesse *boom* recente, digamos assim, de jovens negros chegando a esse espaço. Enfim, mais sobre uma experiência e menos uma leitura analítica dos fatos.

Eu sou uma jovem mulher preta de vinte e sete anos, nascida e criada (e até muito pouco tempo residente) na Zona Norte do Rio de Janeiro, no subúrbio do Rio de Janeiro. Vivi em diversos bairros dessa região, que, como vocês devem saber, guarda muitas complexidades. É uma região muito rica culturalmente – a gente tem samba, tem pagode, tem baile charme, tem um

1 *STORTTI, MARCELO ARANDA. Aprender a resistir e resistir para aprender: Pedagogia dos Afetados e as lutas socioambientais na América Latina. Tese de Doutorado. PPGEduc/ UNIRIO, 2019.*

visual muito característico, as pessoas têm personalidades muito características. É, de fato, uma região muito rica do ponto de vista até mesmo religioso: eu fiz, hoje, um exercício de rememoração e lembrei muito o quanto a minha infância e a minha adolescência foram atravessadas por diversas expressões religiosas.

Embora houvesse ali uma matriz católica, nessa parte em específico do Rio de Janeiro, naquela região, sempre foi muito marcante o sincretismo religioso. Essa é uma marca de todo o Brasil, mas, no subúrbio do Rio de Janeiro, eu vivi isso de uma maneira muito forte. Eu estava domingo na missa, na semana seguinte pegando um doce no terreiro e fazendo parte da escolinha bíblica da “Deus é amor”. Aprendi a importância da dimensão religiosa nas nossas relações humanas, sociais, quando fui pesquisadora no ISER (Instituto de Estudos da Religião).

Ao mesmo tempo, ao lado de toda essa efervescência cultural e religiosa, na minha infância e na minha adolescência e também no início da minha juventude, precisei lidar com todos os conflitos armados muito característicos dessa parte da cidade, onde são constantes as disputas em torno do tráfico e, mais recentemente, incorporando a milícia como parte de uma nova estrutura. Ou seja, eu usufruí, ao longo de vinte e seis anos da minha vida, das riquezas e também das mazelas do subúrbio. Eu aproveitei muito cultura e do estilo de vida, mas, por vezes, me vi prejudicada, me vi lesada pela escassez de serviços públicos. O transporte no Rio de Janeiro, a gente sabe, é extremamente precário. A saúde também vive uma situação igualmente deploável. A oferta de aparelhos culturais, de bens culturais também é muito restrita nessa região em que eu nasci. Enfim, eu nasci e cresci nesse caldeirão de potencialidades e de precariedade. Hoje, eu vivo em São Paulo, hoje eu atuo no Instituto Vladimir Herzog, coordenado a área de memória, verdade e justiça, que é uma das frentes programáticas da entidade. A minha formação é em história, me formei na UFRJ, fiz o mestrado em história comparada também na UFRJ. Sou uma super cria da universidade pública, um aspecto que eu gosto muito de enaltecer também. Mas eu não acessei a universidade exatamente a partir da política de cotas, embora tenha feito parte e me coloque como parte desse movimento, porque muitos dos meus amigos, dos meus colegas entraram na universidade através desse mecanismo.

Não foi o meu caso, porque, a minha vida quase inteira, eu estudei em escolas públicas, mas no ensino médio eu conquistei, consegui uma bolsa integral para estudar numa escola particular e - em razão disso - eu já não pude usufruir do sistema de cotas, mesmo sendo uma jovem negra, de baixa renda. Por ter estudado numa escola particular, não pude pleitear uma vaga enquanto candidata cotista. Eu adentrei a universidade a partir da ampla concorrência.

Hoje, eu estou em São Paulo, o que é uma experiência muito nova, inclusive em relação ao território, porque tenho sentido muito fortemente os impactos das diferenças dos dois lugares. São dinâmicas realmente muito distintas para cidades tão próximas. A própria definição de “periferia” fica um pouco deslocada no Rio, essa coisa de ter o centro e ter uma região em volta, periférica. Na cidade do Rio de Janeiro, isso não se aplica... Existem áreas que carregam as mesmas problemáticas, as mesmas questões, as mesmas carências que a periferia de São Paulo, mas não necessariamente estão na periferia, podem estar, inclusive, nas regiões mais nobres da cidade. Até mesmo essa concepção, essa definição de periferia é algo que eu já percebi logo que cheguei à capital paulista. Eu diria que São Paulo talvez siga à risca essa definição, enquanto o Rio, mesmo sendo uma cidade extremamente partida, lida diferentemente com isso.

Eu vivi e tenho vivido muitas coisas aqui em São Paulo. Tem mais ou menos um ano que eu cheguei. E testemunhei, nesse tempo, mais violências de cunho racial do que eu vivi em vinte e seis anos morando no Rio, no subúrbio do Rio de Janeiro. Assim, a partir das minhas experiências, eu vejo o quanto a territorialidade e a sociabilidade têm um papel importante. Primeiro de tudo, pelo fato de que a minha sociabilidade, no Rio, era muito mais negra, era muito mais preta. E eu queria trazer essa dimensão, porque tenho percebido que isso é muito comum na vida de jovens negros que, como eu, tiveram uma alguma oportunidade de usufruir de uma certa ascensão social e passaram por um processo de mobilidade territorial, o que também está fortemente relacionado ao nosso acesso à universidade, esse acesso mais massivo nos últimos

vinte anos, pelo menos.

Sendo assim, **ainda que não tenha acessado a universidade através das cotas, eu me vejo compondo uma geração de jovens pretos e pardos que são oriundos das periferias, das favelas, dos subúrbios brasileiros e que acessaram a universidade pública, primordialmente, através da política de cotas.** Alguns tiveram oportunidades de ascender socialmente e se direcionaram para regiões que são mais assistidas pelo poder público e que, não à toa, são regiões mais embranquecidas. Então, regiões da cidade, bairros da cidade, que são mais conservados, que são mais arborizados...

E aí, finalmente, entra a discussão sobre o “racismo ambiental”. As regiões periféricas, faveladas, pretas essencialmente, estão sob riscos ambientais constantes: desabamentos, condicionamento inapropriado de lixo, poluição sonora... E a gente não percebe. No subúrbio do Rio, lugar em que vivi durante vinte e seis anos, eu não identificava. Lá eu não pude observar, nesse período, nenhum tipo de política que amenizasse os efeitos do aquecimento global, por exemplo. Nem ações de mitigação, por parte da gestão pública. Nem tentativas de amenizar todos esses riscos ambientais para a população negra que está nas regiões mais afetadas.

Do ponto de vista muito pessoal, vejo mudanças acontecendo através da educação, vejo possibilidades de mobilidade, de ascensão. Mas isso tudo nos confere uma certa crise de identidade, de pertencimento... Em um momento, nós estamos em nossos territórios, vivendo as potencialidades e as limitações desses espaços. Depois, a gente sofre um processo de mobilidade, a gente passa a ter condições, ao menos financeiras, de viver nos territórios brancos, que, invariavelmente, são territórios mais ricos e mais estruturados do ponto de vista ambiental. **Depois da Universidade, a gente passa a ter um desafio novo, que é o de exercer a nossa profissão, exercer o nosso ativismo, sem nos deslocarmos dessas origens e sem nos deslocarmos das necessidades dessas origens.**

Eu acho que a gente tem um desafio, eu tenho um desafio: **a gente tem de retornar aos nossos territórios com o acúmulo da academia e dessas outras instituições que a gente está podendo ocupar, que a gente está podendo adentrar.** O acesso à universidade é impactante e ele muda a nossa vida e a vida da nossa família, a vida, enfim, da nossa sociabilidade. Por isso, é quase um movimento natural se deslocar dos nossos territórios de origem. Eu acho que o exercício que a gente deve fazer - que eu gostaria de fazer - é sempre retornar a nossos lugares com todos os novos aprendizados. Com nossos acúmulos, com o objetivo de romper, de vez, com todas essas desigualdades, que perpassam por tantos marcadores - de gênero, de sexualidade, de raça.

Temos que incluir a questão ambiental, que precisamos absorver mesmo, aprender sobre ela... De uns tempos para cá, tenho percebido que o movimento negro, o movimento de mulheres negras, ambos estão, cada vez mais, pautando a questão ambiental. Mas ainda é uma novidade também para alguns grupos, para mim... Eu tenho muito que aprender e fico muito feliz com essa conversa aqui.

Renato Almeida – Gostei demais das contribuições do Celso e da Gabrielle. E gostei muito de falar após a Gabrielle, pois ela fez uma série de conexões com aquilo que eu tinha imaginado falar aqui. Eu venho de uma experiência exatamente de morador da periferia da cidade de São Paulo. Eu morei por mais de quarenta anos na periferia de São Paulo. Nasci na zona leste, em Itaquera, depois fui pra Guaianases, mais para o fundão ainda. Sou filho das comunidades Eclesiais de Base. Fui da Pastoral da Juventude, família de igreja católica, mas de um catolicismo também bastante sincrético, como a Gabrielle comentou. Minha avó era benzedeira. A gente foi crescendo nesse contexto, nesse território.

Tudo aquilo que eu trago aqui para vocês, hoje, tem a ver com essa experiência, obviamente depois misturada com reflexões que a gente foi fazendo para entender as nossas trajetórias, individuais e coletivas, enquanto morador de periferia. É um pouco desse lugar que eu falo.

Quero começar lembrando a pergunta, “Como é que você analisa as mudanças na percepção do território?” De fato, houve uma mudança muito grande nessa percepção do território, se compararmos a vinte, trinta anos atrás. Os moradores, tanto os de dentro como os de fora, empregavam inclusive a palavra “periferia” de maneira diferente do uso que se faz hoje. Do ponto de vista simbólico, do imaginário, nós tivemos uma alteração muito grande. Eu me lembro sempre que, quando trabalhei como office boy, no início dos anos noventa, a imensa maioria dos trabalhadores eram aqueles meninos, eram jovens trabalhadores, eram todos, quase todos, oriundos da periferia, mas havia toda uma coisa de negação dos nossos lugares de moradia. Então, se você morava em Guaianases, você dizia “eu moro em Itaquera”; se você morava em Itaquera, dizia “eu moro na Penha”; se morava na Penha, “moro no Tatuapé”. É sempre uma coisa de você se associar com um bairro mais próximo ao centro, porque falar de um bairro distante era sempre algo que vinha carregado de muito estereótipo, de muita negatividade.

Hoje, ao contrário, temos os jovens moradores dos bairros de periferia afirmando com muita firmeza, mesmo os adolescentes, que “moro em Guaianases”, “eu moro em Itaquera”. Esses bairros, de algum modo, hoje, são menos carregados de estereótipos. A noção de periferia deixou de ser uma noção geográfica, meramente geográfica, de falar de uma distância em relação a algum centro, para se tornar, de fato, uma categoria política. Então, “ser da periferia” tornou-se uma espécie de afirmação política, identitária. Isso não aconteceu do nada.

Isso aconteceu por meio de um processo de disputa simbólica, inclusive entre os próprios movimentos de igreja: **Dom Paulo Evaristo Arns, lá na década de setenta, cria a “operação periferia”, vende lá o palácio episcopal e vai desenvolver trabalho nas regiões mais distantes do centro.**

Além disso, tinha o movimento hip-hop, na década de noventa, falando o tempo todo dos bairros da periferia, afirmando, dizendo, denunciando uma série de aspectos. Você está escutando a rádio e, de repente, você vê na rádio um cara falando do seu bairro. Isso dava um sentimento. Por mais que estivessem denunciando um monte de mazelas, um monte de problemas, aquilo dava uma autoestima, uma positividade muito grande.

Então, de fato, houve uma mudança nessa percepção, de você pertencer àquele território. **Os Racionais vão cantar “Eu quero que meu filho nem se lembre daqui”, que eles sumam, porque aqui é tudo de ruim, “um pedaço do inferno aqui é onde eu estou...”. Contraditoriamente, os próprios Racionais ajudaram a gente a enxergar esses lugares como nossos lugares, e isso mudou. Mudou, inclusive, na forma como a gente luta por políticas públicas, na forma como a gente fala desses locais. A gente fala dos desafios, dos problemas, mas também fala das coisas boas que tem, fala do povo, fala de tudo aquilo... das formas de resistência, de a gente estar vivo, ao contrário do que muita gente queria.** A gente está vivo contrariando estatísticas e mostrando a força. Isso, de fato, criou uma nova percepção. Mas, ainda que tenha havido uma alteração simbólica e de autoestima, essa noção de que a “periferia venceu”, a “favela venceu”, precisa ser vista com muitas reticências.

No CEP, Centro de Estudos Periféricos, a gente analisa essa afirmação, mostrando que ela é muito complicada. O que a gente percebe, na prática, é que você tem uma autoestima presente. No entanto, do ponto de vista material, a gente pode dizer, inclusive, que a periferia vem andando para trás. A vida das pessoas vem passando por uma série de desafios. Do ponto de vista do trabalho, por exemplo, essas novas gerações têm enfrentado dilemas muito maiores até do que as gerações anteriores. Meus irmãos, com vinte e cinco, vinte e seis anos, estavam empregados com um mínimo de estabilidade, carteira assinada e tudo mais. Meus sobrinhos, hoje com vinte e cinco, quase trinta, estão enfrentando dilemas absurdos para conseguir.

Meu pai é migrante, quando chega no fim da década de sessenta, em Itaquera, consegue comprar um terreninho ali e tal, obviamente loteamento popular, consegue comprar, enfim... Hoje, eu, por exemplo, quando fui comprar casa, tive que comprar em Guaianases, que é mais distante. Meus sobrinhos, hoje, possivelmente, se conseguirem comprar alguma coisa, vai ser fora da cidade, na região metropolitana, talvez em Ferraz, Suzano ou qualquer outro lugar mais distan

te, porque o preço da terra na periferia aumentou absurdamente, inclusive expulsando os moradores, muitos antigos e os das novas gerações também.

Quando você está lá na periferia, a forma como você se percebe, como morador periférico, alterou. Mas, **quando sai da periferia, você enfrenta uma série de dilemas, os estereótipos continuam presentes, sobretudo com pessoas negras, tendo a ver com a questão do cabelo, da pele mais escura. Estar em espaços de classe média e classe alta - que são majoritariamente espaços brancos - isso ainda está muito longe de ser superado.**

Mas, mesmo assim, são muito importantes as mudanças de percepção: elas alimentam novas lutas. Hoje, eu faço parte de um coletivo cultural chamado Jongo dos Guaianases e que se define como “coletivo de periferia”, e isso é muito importante. Eu acho que essa noção de periferia tem criado um certo sentimento coletivo muito importante.

No Rio de Janeiro, a categoria favela era muito mais usada do que a categoria periferia. Porém, nos últimos tempos, a gente vai percebendo, com as novas gerações, como essa categoria periferia também está forte no Rio: mesmo o morador da favela usa “periferia”. Isso demonstra como essa palavra remete a uma categoria política em vários lugares, como no Rio, em Pernambuco, em Porto Velho, em Manaus, em vários outros lugares. Eu acho que isso é uma sinalização importante para a formação de um sujeito coletivo. A gente faz luta conjunta quando a gente tem noção de que pertence a alguma coisa mais ampla, a uma classe trabalhadora, a um movimento, a um povo de Deus.

Essa noção mais ampla é muito importante para a gente travar lutas menos fragmentadas. Por isso, **essa mudança na percepção do território pode mesmo ser um indicador fundamental, tanto para as lutas presentes como as lutas futuras das novas gerações.**

SEGUNDA RODADA: Até que ponto podemos dizer que a presença de novos temas e novos sujeitos na Universidade contribui para uma nova intercessão entre periferia, território, sustentabilidade ambiental, sobretudo se considerarmos as questões de classe, gênero, raça?

Celso Sanchez – Vou começar falando de uma ONG, “As mulheres do Salgueiro”, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, onde um coletivo de mulheres se organiza em torno de práticas sustentáveis, buscando fazer uma educação ambiental de base comunitária. Essas mulheres solicitaram a nós, da universidade, que fôssemos fazer um curso com elas. Mas não era para irmos dar um curso, era para construirmos com elas o curso. Então, a professora Francine Pinhão, Amanda Martins e Tatiana Galita, lá da UERJ/FFP, de São Gonçalo, organizaram uma série de atividades. A Francine Pinhão, junto com a Amanda, estudando questões mais específicas da ideia de articular a UERJ com as mulheres do Salgueiro, pensou conosco, com apoio aqui do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur, o GEASur, nosso grupo de pesquisa, o projeto de um curso chamado “políticas de reexistência em educação ambiental de base comunitária”.

Esse nome foi dado por essas mulheres numa roda de debates bastante freiriana - círculo de cultura, como diria Paulo Freire –, quando elas decidiram construir uma política que não fosse só de resistência, fosse de reexistência. Na opinião delas, as demandas giravam em torno da questão ambiental, em uma discussão contextualizada na realidade do Salgueiro. Fizeram uma horta comunitária, organizaram uma série de iniciativas e queriam difundi-las pela favela, pelo Complexo Salgueiro, através de um curso. Ou seja, isso mostra, em síntese, que as principais demandas que surgem e se organizam em torno das organizações populares, coletivos populares, são demandas pedagógicas. E é isso que a universidade vem aprendendo, muito.

O ingresso dessa população na universidade trouxe uma melhora da qualidade da nossa pesquisa, é uma pesquisa de resistência. E nós, aqui, temos esse interesse. Nós, aqui na Unirio, temos o projeto *Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária*, apoiado pelo CNPq, e uma das iniciativas que a nós já recolhemos são as de sociedades de água que várias favelas

aqui do Rio de Janeiro têm, mas, em particular, o Morro da Formiga, que é uma comunidade muito íngreme e que já há quase oitenta anos – vejam bem! – há quase oitenta anos organiza, de forma comunitária, um sistema de gestão ambiental da água, de acesso à água, e organiza a distribuição desta água captada na floresta da Tijuca, que faz fronteira com essa favela, para que a sua parte mais alta, que nunca teve acesso à água efetivamente, à água pública, à água do estado, seja abastecida.

Então, essa é uma outra experiência de reexistência, que mostra um sistema de gestão ambiental de base comunitária popular ancorado em milhares de saberes da floresta, saberes de imigrantes do norte de Minas, saberes afrodiaspóricos, conectados com as ancestralidades das religiões afro-brasileiras, e saberes indígenas também, que são uma espécie de biblioteca de relação com a natureza que essa favela e outras desenvolvem aqui no Rio de Janeiro, por exemplo.

De fato, a questão climática não é novidade para nós. A gente vê nessas favelas, seja no Morro da Formiga, seja no Complexo do Salgueiro, uma experiência já antiga de falta d'água, por exemplo. Essas pessoas são, efetivamente, migrantes climáticos, muitas das vezes retirantes da condição de seca, de estiagem em outras partes do Brasil, do Nordeste, do norte de Minas, do interior de São Paulo também. Diversos lugares que sofrem com questões climáticas aqui no Brasil já promoveram migrações efetivas e em grande escala. Muitas comunidades são formadas por esses migrantes, que trazem seus saberes rurais, seus conhecimentos rurais, mas, sobretudo, seu conhecimento sobre a escassez, sobre como lidar com questões climáticas extremas.

Então, a gente tem um problema com o debate ambiental e, aqui, isso é bastante interessante, salta aos olhos e evidencia que esse debate está descolado das nossas particularidades periféricas e, muito particularmente, aqui nas cidades do Brasil, e o Rio de Janeiro é um desses exemplos. A diáspora africana, o contingente de pessoas negras nessas regiões, são um evidente reservatório de experiências de relações com a natureza que ficam muito explícitas nas práticas das religiões de matriz africana e que são também experiências de uma certa educação ambiental, de um contato com a natureza, de aprender a respeitar a natureza.

Assim, tudo isso, hoje em dia, vem encharcando o nosso olhar da educação ambiental, a ponto de a gente dizer que a educação ambiental que nós estamos tentando trazer, que toda a discussão climática que nós estamos tentando construir aqui se pauta nas discussões, nos territórios e no direito, na questão do direito à defesa diante das vulnerabilidades climáticas, da justiça climática, entendendo a desigualdade distributiva dos danos ambientais e entendendo também que nós já temos experiências de resistência, de saber conviver com a escassez e que temos muito a aprender com esses contingentes populacionais, seja de imigrantes, seja de reservatórios de experiências ancestrais, da diáspora africana ou indígenas também.

Outra coisa muito interessante é que a gente estava falando, aqui, em periferias... E eu observo que **muitas periferias nos atravessam. Mas há um atravessamento invisível na questão periférica. que é a presença indígena nas periferias. Há cerca de oitenta etnias – oitenta etnias! – de indígenas morando nas periferias do Rio de Janeiro, em favelas. Moram em favelas.**

O observatório da presença indígena do estado do Rio de Janeiro, o OPIERJ, da professora Kelly Russo, está tentando, pela primeira vez, mapear esse processo, a partir da obra extensa e bastante profunda do professor José Ribamar Bessa Freire, que tentou identificar a presença indígena na constituição do Rio de Janeiro e do Brasil. Então, obviamente, essas presenças, que passam muitas vezes invisibilizadas, são, pra nós, na discussão ambiental, **reservatórios muito potentes de experiências de uma educação ambiental de base comunitária, que produzem políticas de reexistência que se evidenciam em coisas como hortas comunitárias, projetos de reflorestamento comunitário, coleta e abastecimento comunitários de água, formas de contenção de encostas, de construção, de arquitetura.**

Então, sem querer romantizar, como disse muito bem o Renato, sem dúvida, as periferias também podem ser lugares de muito sofrimento. Mas a gente também identifica, aqui, um elemento pedagógico na discussão sobre a necessidade de se construir um projeto de universidade popu

lar. O que nos obriga a ter uma postura de escuta em relação a essas experiências que não estão formalizadas – muitas das vezes não estão sequer sistematizadas –, mas que estão acumuladas em práticas sociais periféricas. São práticas extremamente potentes, importantes e enriquecedoras das nossas formas de entender e praticar o mundo, em coabitar o mundo colonial sobre o insistente trauma e a violência colonial.

É por isso que também esse assunto ajuda a gente a descolonizar o discurso em torno do clima, para não aceitar o debate climático de norte a sul, de cima pra baixo, como se fosse uma coisa em que todos nós estamos submetidos às mesmas vulnerabilidades socioambientais. Não estamos. Nós passamos quatro anos vendo Brumadinho sofrer com um crime ambiental e é preciso dizer que a maior parte das vítimas de Brumadinho, quase oitenta por cento das vítimas de Brumadinho, são pessoas negras, de origem quilombola e de uma aldeia indígena pataxó.

Então, isso é muito importante que a gente diga: **quando a gente olha para o panorama do colapso ambiental – para a crise ambiental que a gente vive no país –, a desigualdade distributiva do dano ambiental está racialmente visível.** É esse fenômeno que a gente chama de racismo ambiental, perceptível em todas as Américas, não apenas na América Latina, mas em todas as Américas. E, num contexto geopolítico global, se percebe muito nitidamente isso no hemisfério sul, no sul global, na ideia do sul global que não é só o hemisfério sul, essa ideia de periferia do mundo, do Sul como periferia do mundo. A gente vê isso na Indonésia, em populações tradicionais chinesas, em populações de pescadores tradicionais japoneses, vemos isso no Timor Leste, vemos isso na Austrália, vemos isso em diversos lugares do mundo, não é exclusividade nossa. **O racismo ambiental é um problema para o mundo no século vinte e um. A gente realmente precisa pensar a questão climática a partir da justiça climática, isto é: a partir da superação das desigualdades distributivas dos danos climáticos e das vulnerabilidades socioambientais.** É um pouco por aí que a gente tem feito esse diálogo.

Gabrielle Abreu – A gente, principalmente enquanto movimento negro, concentrou as nossas reivindicações em torno do acesso de pessoas negras, pessoas pretas e pardas às universidades. Hoje, a gente até avançou e não tem falado só em acesso à graduação, mas também à pós-graduação, ao mestrado e ao doutorado, que, a gente sabe, são instâncias ainda mais difíceis para as pessoas negras acessarem. Há toda uma discussão também sobre os espaços públicos, cotas na gestão pública, tema também superimportante, cotas na iniciativa privada... Claro que **o acesso à universidade é absolutamente importante, porém, mais do que o acesso, precisa se garantir a permanência desses estudantes na universidade e é necessário garantir também uma inserção no mercado de trabalho, quando essas pessoas concluem o ensino superior.** Eu tenho achado que esse debate da permanência e da inserção no mercado de trabalho precisa avançar. De novo, vou partir de experiências pessoais. Eu lembro que a turma em que entrei em 2014, na UFRJ, para fazer minha graduação em História, no Instituto de História, que fica ali no centro da cidade, no Largo de São Francisco, era uma turma noturna. Todo o nosso curso, todas as nossas aulas, naquele primeiro semestre, foram realizadas à noite (eu sempre estudei à noite, porque já trabalhava ao longo do dia). A turma era muito negra e muito diversa, do ponto de vista territorial também. Pessoas oriundas de diversas periferias, diversas favelas e diversos subúrbios (porque o subúrbio também não é um só... mesmo no Rio, cada partezinha, ali, também tem características muito próprias).

Mesmo com a política de cotas já estabelecida, a UFRJ ainda levou um tempo para, de fato, implementar esse sistema, acho que só foi implementar, salvo esteja enganada, em 2011 ou 2013. Então, a minha turma, em 2014, era uma das pioneiras e, como já pontuei, eu lembro de ser uma turma muito negra, metade da turma era preta ou parda. Eu me incluía nesse grupo e, conforme avançava na graduação, fui percebendo que os meus outros colegas negros não seguiam a graduação, não concluíam a graduação cem por cento... e isso esbarra, muito, num debate sobre permanência. **Como é que a gente garante que essas pessoas não vão apenas entrar na universidade, que já é absolutamente importante, mas que elas vão permanecer? Então, uma**

discussão importante é sobre transporte, sobre alimentação, sobre ajuda de custos a esses alunos, sobre como é que eles vivem a universidade.

Tem muitos cursos que são integrais, que duram o dia inteiro, tem a turma de manhã e à tarde. Como essas pessoas garantem a subsistência, garantem a própria sobrevivência? A política de cotas na UFRJ chega muito junto com o SISU, com esse sistema unificado de acesso à universidade, que traz pessoas de lugares absolutamente diferentes do Rio de Janeiro e distantes até mesmo no Rio de Janeiro... Vem gente do Pará, vem gente de Mato Grosso, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de tudo que é canto para a universidade, especialmente a UFRJ, que adota o SISU. Eu nunca vivi na USP. Nunca vivi a USP enquanto universidade, fui pontualmente a atividades da USP, eu não sei se essa cara é um pouco diferente, porque o acesso se dá via FUVEST. Mas, na UFRJ, isso era muito forte, o quanto de pessoas negras, pretas, pardas de diversas localidades, diversos territórios do Brasil que estavam chegando na universidade e se viam numa estrutura muito precarizada de transporte, alimentação.

Existem cursos que exigem um custo com materiais muito grande, como odontologia, medicina, arquitetura... Então, como é que essas pessoas de baixa renda, oriundas das periferias, das favelas, dos subúrbios, do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo, usufruem a universidade, vivem a universidade em sua totalidade? Porque a universidade ela não é só a aula...

Eu estou um pouquinho afastada da universidade, desde que eu concluí o mestrado, mas uma das coisas de que eu mais sinto falta é a interação com os demais alunos, com os professores, ter um tempo ali vago e poder assistir uma palestra, poder participar de um cineclube. A aula, em si, é muito importante, mas existem interações ainda mais fundamentais que nos constituem universitários, para além desse convívio dentro da sala. Como é que essas pessoas que existem, que têm carências muito específicas, vivem essa realidade acadêmica?

E outra dimensão que eu considero importante também é a **urgência do reajuste das bolsas direcionadas aos pós-graduandos, esses valores precisam de reajustes. É muito difícil viver nos grandes centros brasileiros com as bolsas nesses valores e isso também é sobre sustentabilidade, isso é também sobre permanência.** Como garantir uma permanência adequada desses estudantes ao longo da pós-graduação? Eu estou bastante esperançosa com a nova composição do Governo Federal, sobretudo a nova composição do Ministério da Ciência e Tecnologia, capitaneada por uma mulher negra a partir de agora, a Luciana Santos... Eu estou com uma expectativa muito boa, pois ela já colocou isso como uma prioridade, o reajuste das bolsas¹.

Além disso, penso que as políticas de cuidado com as cidades e o meio ambiente devem andar, cada vez mais, de mãos dadas com essa pasta de Ciência e Tecnologia. A gente está falando sobre meio ambiente, sobre sustentabilidade, está falando sobre universidade e sobre esses novos grupos que adentraram nas últimas duas décadas, pelo menos, e essas necessidades específicas esbarram numa questão financeira também muito grave. O poder público deveria tomar para si a resolução dessas carências, dessas ausências.

Renato Almeida – Quero completar as reflexões do Celso e da Gabrielle, sobre a relação entre os moradores da periferia e a universidade. Historicamente, a periferia era vista, muito por pesquisadores, como um campo de estudo, como um objeto de estudo. Quando esses “objetos” chegam na universidade, você cria um dilema que se diferencia de acordo com os distintos tipos de estabelecimentos de ensino.

Eu tive experiência com universidade particular, eu estudei na Unicastelo, uma universidade particular bastante precarizada, que, inclusive, fica no bairro de Itaquera. Depois, eu fui para a PUC São Paulo. Hoje, estou experimentando o que é estar numa universidade pública, a Uni

1 *Em fevereiro de 2023 o governo federal anunciou o reajuste de bolsas de mestrado e doutorado, que passaram de R\$ 1.500 para R\$ 2.100 e de R\$ 2.200 para R\$ 3.100, respectivamente.*

versidade Federal do ABC. Essa relação de “ser periférico” e estar nesses espaços também varia em diferentes tipos de universidade... não é algo homogêneo.

Há uma diferença muito grande entre a gente estar numa universidade particular – uma universidade particular como, por exemplo, a que citei aqui, a Unicastelo e as muitas “UNIS” da vida... – e estar na PUC, que é particular, mas uma universidade de outro nível. E, em um outro patamar, é diferente estar em uma universidade pública. Você tem uma série de distinções e a forma como essa relação se estabelece é muito diversa. **Nas “unis” da vida é onde está a maior parte dos estudantes que vêm de periferia. Lá não se fazem os debates que a gente faz na universidade pública, que fazíamos na PUC... sobre o sujeito do conhecimento, sobre decolonização do conhecimento...** Quando o debate acontece nessas universidades particulares, acontece de forma totalmente precarizada. Essas universidades cresceram, ampliaram o seu trabalho por meio do acesso dos moradores de periferia, em sua maioria pretos e pardos. Mas, a vivência universitária, é completamente diferente da universidade pública.

Certamente, ainda é uma parcela muito pequena de jovens da periferia que acessa a universidade pública. Mas, de todo modo, essa pequena parcela faz barulho. Ela provoca muita reflexão. Faz a universidade “se virar nos trinta”. Coloca em situações bastante vexatórias uma série de professores. Aponta para ausências: “olha, essa mesa só tem gente branca, não tem mulher aqui pra fazer reflexão, não tem gente preta aqui nessa universidade”. Esse tipo de constrangimento tem sido fundamental para fazer a universidade se repensar. Por mais que seja um grupo pequeno, é um grupo barulhento e porreta. Provocou. Acho que provoca, deu uma abalada.

Chegou um momento em que os periféricos querem contar a sua história. A tese do Tiaraju Pablo, um amigo e professor da UNIFESP, trata exatamente sobre isso. Historicamente, quem contou a história da periferia foram outros, foram os “não moradores da periferia”, certamente muita gente séria, comprometida... Hoje, os moradores da periferia querem contar a sua história. Isso, inclusive, desencadeou toda aquela discussão sobre “lugar de fala”. Quem fala, quem pode falar? Acompanhei muito desse diálogo, desse debate: todo mundo pode falar e todo mundo deve falar. **Obviamente, é preciso olhar e observar quais são os lugares de onde se fala. Todo mundo fala de um lugar, inclusive quando se fala da periferia. É importante que a gente escute todos os lugares, porque conhecimento é isso, ele é dado pela troca de muitos saberes.**

Para mim, para eu entender a minha dimensão enquanto periférico, foi fundamental ler pessoas que não eram da periferia e que estavam olhando... **A gente também não é só o que a gente fala que a gente é. A gente é também o que os outros falam que a gente é, a forma como olham para a gente.** O conhecimento, ele deve ser produzido a partir dos múltiplos saberes e dos múltiplos olhares.

“Só a periferia é que pode falar da periferia”? Só os negros é podem falar de negritude ou da questão racial no Brasil? Ao contrário, o racismo atravessa a sociedade inteira, ele é estrutural, tem que ser discutido em tudo quanto é lugar e por todas as pessoas. Assim como as questões que envolvem sexualidade, gênero e territórios. **O território é um espaço de disputa... Ou seja, não é para ficar idealizando aquilo que eu estou falando, dizendo que “olha, então o que e quando um periférico fala, aí é que está certo, já os outros, de fora, são todos só perfumaria”.** Acho que a gente deve travar o debate sincero e bastante reflexivo, crítico.

Mas a gente precisa considerar o seguinte: **nada sobre nós sem nós. Nós queremos estar presentes, nós temos condições de estar presentes.** Talvez em outros momentos fosse difícil, porque a gente nem acessava. Agora, a gente está acessando e a gente diz: **nós temos muito o que dizer. Temos muito o que aprender, mas também temos muito o que dizer.** Essa experiência da universidade nos recoloca no território. Não dá para a gente dizer assim “ah, eu fui pra universidade e, depois, eu volto lá pra minha comunidade, pro meu bairro, pra minha quebrada e eu sou o mesmo”, não sou. Eu sou um cara atravessado por várias coisas. Eu tive experiência disso, mesmo estudando na Unicastelo, em Itaquera, a dois quilômetros de casa.

Quando você volta, você volta trazendo um monte de questões. Você começa a olhar para as coisas de um jeito diferente. Então, a experiência é muito rica, mesmo com todos os traumas que ela gera... Não dá mais para dar um passo atrás.

Quando a gente fala da entrada desses novos atores, **não dá para discutir a universidade sem falar sobre o conjunto da sociedade. Não dá para discutir a universidade em si. Não dá para discutir universidade sem discutir o transporte público, não dá para discutir universidade sem tratar do tema da moradia.** A gente tem que aterrissar a universidade no mundo da vida, aqui, e dizer: ela só vai fazer sentido para a gente se ela estiver conectada com tudo isso.

Hoje, a gente fala para os jovens de periferia “você tem que entrar na universidade”. Mas sabemos que é um trampo danado. Você sai do trabalho, você vai para a escola, você dorme na mesa. O final de semana inteiro você está lendo, estudando e tudo mais. Você se afasta do convívio social: não tem mais o pagode que você curtia. E aí, para quê? Para eu trabalhar em algo como UBER? Então, **tem que conectar com o mundo do trabalho, senão a universidade deixa de fazer sentido para frações da classe trabalhadora** que passaram a acessá-la.

Por um lado, que bom que nós temos esses dilemas para discutir, pois, na década de noventa, não tínhamos! Mas, por outro, a gente tem que caminhar e a universidade precisa aterrissar... reconhecer quem está entrando, percebendo que ela está aqui, que é um pedaço da sociedade, não está fora dela, distante dela, é um pedaço dela... Caso contrário, para esses trabalhadores, ela não tem sentido.

TERCEIRA RODADA: O que mais podemos dizer sobre as relações entre justiça ambiental, território e desigualdades de gênero e raça? Como a Universidade analisa e vivencia essas novas relações?

Celso Sanchez – Fazendo uma pesquisa comparada no Brasil e na Colômbia, em 2014 e 2015, sobre situações de vulnerabilidade socioambiental, nos chamou atenção o fato de que eram mulheres e mulheres negras as lideranças de movimentos ambientalistas. Por que esse corpo-território, como diria Beatriz Nascimento, surge como esse corpo que se coloca de frente nesse território? Essa é uma pergunta que a gente tem feito, ainda não temos uma resposta definitiva, mas algumas hipóteses: esse é o corpo da reexistência. Esse é o corpo que decide, essas são as mulheres que decidem. Nessa relação do corpo com o território, do corpo-território, fica marcado esse recorte de gênero. Nas periferias do Rio de Janeiro, as mulheres negras são as que primeiro se organizam em defesa da vida, pelas questões de violência urbana que a gente vive aqui. Quero aproveitar pra saudar a companheira Mônica Rocha, que está à frente dessa luta atualmente aqui no Rio... Também as mães de Acari, as mães da Maré, mulheres que se organizam há muito tempo e que vêm atravessando outras questões numa perspectiva que obriga a gente a entender o debate ambiental como um debate interseccional. Então, a interseccionalidade também está presente na discussão ambiental.

As pesquisas nas Universidades nos ajudam a compreender esses processos. Por exemplo, o trabalho da tese da Carolina Alves, defendida na Educação (Programa de Pós-graduação em Educação/UNIRIO) sobre as mulheres em Magé, no fundo da Baía de Guanabara, que evidencia pra gente esses territórios hoje expostos a vulnerabilidades socioambientais, entre elas as vulnerabilidades climáticas. São o que professor Henri Acselrad, do Ipur/UFRJ, chama de “zonas de sacrifício”: territórios destinados ao sacrifício ao Deus do capital, em suas palavras. Os estudos de Natália Rios, professora do CAP da UFRJ, com a professora Vera Candau, reafirmam a ideia de que há populações de sacrifício, corpos que restam nos territórios, enquanto o contingente populacional que mais migra são jovens homens. Também uma discussão no campo da psiquiatria mostra uma quantidade de adoecimento mental masculino por alcoolismo (na fase juvenil ou na primeira fase adulta) e isso repercute na importância do corpo-território e da luta das mulheres nos territórios.

O assunto também mobilizou o PACS (Políticas de Alternativas para o Cone Sul), uma pesquisa muito interessante organizada com redes de mulheres da zona oeste aqui do Rio de Janeiro, atuando em áreas de milícia, que produziram um mapeamento social das estratégias de reexistência nos territórios. Essa pesquisa mostrou que eram noventa por cento mulheres que estavam nos debates sobre soberania alimentar, agroecologia, mudanças climáticas. Ou seja, corpos-territórios, invisibilizados historicamente, nos dizem muitas outras coisas sobre vulnerabilidade socioambiental e climática. Portanto, reivindicar a justiça climática é desenvolver uma postura de escuta com esses corpos-território, com essas pessoas, entendendo a luta das mulheres historicamente como uma luta pelo direito à vida, pelo direito ao existir, direito ao território, portanto, direito à água, ao habitar, ao alimentar-se, no sentido complexo e ampliado de meio ambiente, que está para muito além de preservar a árvore, o bichinho, a plantinha... Nada contra a ararinha azul! Preservemos a ararinha azul, mas é mais do que isso.

Enfim, há uma série de elementos que atravessam as problemáticas de vulnerabilidade no território, que se constitui em um panorama complexo, dinâmico, que obriga a pesquisa universitária a entender.

Gabrielle Abreu – São as populações negras, as populações indígenas e as pessoas já vulneráveis na sociedade brasileira que são mais atingidas pelas mudanças climáticas. Também é muito notório o quanto as pessoas negras, sobretudo as mulheres negras, estão na vanguarda, estão na dianteira das reivindicações em torno da questão ambiental. Sobre isso, o professor Celso nos deu um super panorama, explicou exemplarmente essa questão.

No mesmo sentido, eu queria lembrar também a resistência do ponto de vista da institucionalidade. Por exemplo, precisamos estar com a atenção voltada à atuação legislativa da Áurea Carolina, que, infelizmente – por conta de toda a violência política, de raça e de gênero que viveu nos últimos quatro anos –, optou por não dar continuidade ao seu mandato. Destaco muito a sua participação, a sua presença, uma parlamentar negra, mineira, progressista, de esquerda, que balançou o Congresso, no sentido de trazer demandas relativas ao meio ambiente e às mudanças climáticas. Acho que há uma dimensão que explica a grande dedicação dessas mulheres a esses temas, que é o fato de serem tão atingidas por essas mudanças. Mas acho que também há uma dimensão religiosa a ser considerada. Penso que a forma com que pretos e pardos, com que as pessoas negras e, igualmente, as pessoas indígenas enxergam a natureza, o meio ambiente também conta. Porque é uma outra cosmovisão, uma outra forma de compreender o território, de compreender a terra.

Junto com minhas companheiras do *Mulheres Negras Decidem*, fizemos em 2020 uma pesquisa chamada “Para onde vamos”. A gente mapeou mais de duzentas ativistas negras que estavam atuando com vistas a mitigar danos, riscos durante a pandemia. No auge da pandemia, em 2020 (entre abril, maio e junho), nós acessamos mulheres negras do Brasil inteiro que estavam, ali nos seus territórios, encaminhando ações que tentavam diminuir os danos da pandemia. Perguntamos sobre religião para essas mulheres, queríamos saber qual era a expressão religiosa dessas mulheres. E, em sua maioria esmagadora, essas mulheres eram macumbeiras, eram afro-religiosas. Então, elas tinham, nutriam um outro tipo de relação com o meio ambiente, com a terra, com o território. Embora tenha tido Regina Novaes como uma das minhas mestras no Iser, onde eu pude aprender muito, eu não sou uma especialista no tema, mas trago essa dimensão religiosa que, de certa forma, aproxima essas mulheres da pauta da defesa do meio ambiente, da luta contra as mudanças climáticas. Acho que esse é um componente importante, quando a gente pensa a resistência das mulheres negras em relação ao meio ambiente e às mudanças climáticas.

Renato Almeida – Lembro que, em minha militância periférica dos anos noventa, eu enxergava esse tema do meio ambiente como algo muito distante, como algo que estava muito longe. As pessoas geralmente falavam do aquecimento global, falava-se da defesa das tartarugas, da arara azul e tal... Mas falava-se muito pouco da nossa realidade. Ao contrário, muitas vezes a

forma como alguns ativistas, ambientalistas se colocavam era sempre em confronto com pautas concretas que a gente estava vivendo ali na periferia, como, por exemplo, a questão da moradia. **O tema do meio ambiente era visto como um tema que pertencia a uma classe média, branca, universitária.**

Mas a gente foi aprendendo a lidar com o tema, aprendendo a estabelecer outros diálogos. E **hoje, de fato, esse é um tema que marca demais as novas gerações. Eu vejo muitas meninas jovens, negras, bastante envolvidas nesse debate.** Quando a gente fala das mulheres mais velhas, eu já não vejo isso com tanta força, a não ser aquelas que estão, de fato, em um debate bastante elevado.

Uma das coisas que o Celso trouxe e é bem fundamental é a observação de que **não tem como desvincular a questão ambiental dos interesses do capital e que – na sociedade capitalista – os mais pobres sempre acabam pagando a conta.** Isso diz respeito ao lugar onde você vai morar, ao rio que está mais poluído, ao ambiente que está mais inadequado, onde as condições estão mais desfavoráveis... Isso é da condição da sociedade capitalista e, no caso do Brasil – e de muitas outras sociedades, obviamente –, da nossa situação de desigualdade, muito marcada pela composição racial das pessoas que integram os grupos mais ricos ou mais pobres.

No Brasil, a gente tem um degradê: quanto mais rico, mais branco, quanto mais pobre, mais preto. Então, quando a gente olha para essa totalidade, percebendo a relação entre meio ambiente e capitalismo, a gente vai ver que **são as mulheres negras as que mais se afetam, que mais sofrem, inclusive com as mudanças, com as transformações climáticas, porque elas estão na base da sociedade. Por isso, é importante a gente entender o racismo como uma dimensão estrutural e, por isso, também o tema do racismo ambiental.** Ele nos conecta a uma série de coisas.

Enfim, **a questão do meio ambiente, que estava distante dos ativistas da minha geração, passou a fazer todo o sentido quando passamos a olhar de outra forma para as comunidades que estão nos morros, que estão nas encostas, que estão na minha rua em Guaianases, onde enche, onde a gente tem problema de enchente...** A maioria da população tem que cor? Falar do racismo ambiental é fundamental para fazer essas denúncias. E é isso, inclusive, que tem mobilizado e feito com que mulheres negras mais jovens assumam a liderança nesse debate, nessa discussão.

RECADOS PARA REFLETIR

“Eu acredito muito na educação, no poder transformador da educação. Eu sou devoto de Paulo Freire. Então, acho que a educação transforma mesmo e acredito demais que a gente tem, pela educação, condições de superar algumas injustiças. E acho que nós estamos, agora, com uma demanda muito interessante, que é o exercício da escuta exatamente das periferias, das juventudes. Eu acredito muito numa educação feita com e para esses e essas sujeitas. Acredito demais nos processos comunitários, nos coletivos, nas coletividades. É por isso o nosso interesse no Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária - @observatório.eabc - e no Grupo de Estudos de Educação Ambiental Desde El Sur - @gea.sur -, que convido vocês a conhecer.”
- Celso Sanchez

“Acho que a educação tem um papel bastante importante. Acho que há uma urgência em instigar a sociedade brasileira a ter mais cuidado com o meio ambiente. São necessários mais alertas a respeito de todas essas mudanças e dos impactos que isso tem na vida de todos nós, em especial nas vidas negras, nas vidas indígenas, na vida das mulheres. E eu acho que, nesse sentido, a escola e a universidade devem cumprir um papel formativo de letramento ambiental. Um letramento ambiental que dê conta da importância dos aspectos de raça, gênero e classe. Pensar

meio ambiente e mudança climática a partir da interseccionalidade. E, para isso, a gente precisa ouvir a juventude. Tem muita gente jovem e interessada que está qualificando a discussão sobre meio ambiente.” - Gabrielle Abreu

“São os povos que pagam. Nós estamos vendo, agora com os Yanomami que pagam com a própria vida, o que significa o desrespeito que o capital tem pelo meio ambiente. Nos movimentos sociais, a gente precisa se sensibilizar, cada vez mais, com o tema da justiça ambiental, articulando as mais variadas pautas, da moradia, da saúde... Maior consciência ambiental passa pelo campo da formação, da reflexão dialógica, para lembrar Paulo Freire. Hoje, há uma abertura muito maior para o tema e tem uma discussão de fundo sobre ecossocialismo. Por fim, para demonstrar toda a minha devoção às novas gerações, vou com o Gonzaguinha: “Eu acredito na rapaziada.” - Renato Almeida



3. Diversidade e inclusão: trajetórias entre passado e presente

Barbara Barboza, André Lázaro, Marcone Ribeiro e Sabrina Santos.

Barbara Barboza - Desta vez, o tema de nossa conversa é diversidade e inclusão, trajetórias entre o passado e o presente. A gente está aqui para discutir a justiça racial e de gênero na universidade a partir da lei de cotas e por que é importante ter nas universidades pessoas negras, pessoas que vêm da periferia, indígenas. São esses corpos não hegemônicos que estão enriquecendo a universidade.

Diversidade e inclusão importam para a transformação, não só da universidade, mas da nossa sociedade, daí a importância de fazer uma roda de conversa intergeracional, com pessoas que vêm de diferentes lugares, de diferentes regiões do país, com trajetórias muito diversas e que viveram a Lei de Cotas e os movimentos sociais no Brasil de formas igualmente muito distintas. A geração mais nova vivenciou todas as conquistas que vieram por conta dos mais velhos, que estavam em luta antes. Reconhecemos o pioneirismo dos movimentos sociais que fizeram com que nós estejamos aqui e reafirmamos a necessidade de políticas públicas para que a gente tenha maior equidade neste país.

A trajetória de cada estudante negro, periférico, indígena que chega à Universidade está associada aos movimentos sociais, coletivos, movimentos de bairro, movimentos religiosos de diferentes tipos. Essas juventudes chegam à Universidade carregadas de muitos saberes e a universidade deve ser o lugar para esses saberes se conectarem e se expandirem. Nesta roda, contamos com André Lázaro, Marcone Ribeiro e Sabrina Oliveira Santos.

PRIMEIRA RODADA: Vocês podem se apresentar e contar sobre como se aproximaram do tema da diversidade e inclusão?

André Lázaro – Eu sou um homem branco, cis, de setenta anos, tenho formação universitária em Letras como graduação e pós-graduação em Comunicação. Tive uma sorte por ter participado de maneira bastante próxima e ativa dos debates das políticas afirmativas para acesso à educação superior da população afrodescendente, indígena, da escola pública.

Eu era pró-reitor de extensão e cultura da UERJ em 2000, quando a reitora era a querida Nilcea Freire, que foi a reitora pioneira nessa agenda. A UERJ, junto com a UNB e a UNEB, foram as primeiras instituições a criarem uma política com esse perfil, a partir de diferentes dimensões. Foi muito tenso esse debate.

Depois, tive a honra de estar no Ministério da Educação, a partir de 2004 até 2010, na equipe do presidente Lula, trabalhando de perto com o Tarso Genro e, posteriormente, com o Fernando Haddad, no momento em que era um debate insurgente. Então, eu acompanhei o Prouni e tive alegria de participar da argumentação que, enquanto MEC, levamos ao Supremo Tribunal Federal, em defesa das políticas afirmativas. Essa experiência me abriu os olhos.

Eu, como homem branco, de classe média, tive muita dificuldade de compreender a política de cotas e quero aqui fazer uma homenagem ao movimento social, como diz a professora Nilma Lino Gomes, “o movimento negro educador”, que me educou para entender o que significa a política afirmativa e o que significa as universidades serem um espaço prioritário dessa luta.

A primeira questão mais importante para pensar o passado e o presente dessa luta da política de ação afirmativa na educação é **reconhecer que essas políticas tiveram o mérito extraordinário de colocar o racismo em cima da mesa**. Então, você é contra ou a favor por quê? A argumentação que se mobilizava obrigou o racismo a vir para cima da mesa para ser nomeado, para ser dito, para ser falado. Isso nos ajudou muito a enfrentar uma questão que estava submersa, que estava escondida para parte expressiva da sociedade.

E que parte? A parte dominante, a parte que não sofria o racismo e se achava distante da questão

do racismo. Achava que o racismo era a questão dos negros. Mas, **como diz a professora Cida Bento, não há racismo sem o envolvimento da população branca.** As cotas, as políticas afirmativas obrigaram essa elite branca – que frequentava as universidades, que detinha poder, detinha saber, detinha modos de ser, também de branqueamento (mirando exemplares e exemplos da América do Norte e da Europa) – a se repensar como elite e repensar seu lugar e o que é uma universidade e para que ela serve.

Eu creio que, do passado para o presente, o que nós ganhamos foi colocar esse debate em cima da mesa e obrigar que as pessoas se colocassem claramente a respeito do que nós estávamos tratando, para que serve a universidade e quem deve ter direito a ela.

Em segundo lugar, com as cotas, enfrentamos o debate do direito versus o privilégio. Reparem, durante séculos, o acesso da população branca de classe média, classe média alta, à universidade, era como que um direito natural. O que era um privilégio de classe era tratado como direito natural. Quando se conquista pela lei o direito às políticas afirmativas, elas ainda são tratadas por essa elite como um privilégio e não como um direito.

Então, é uma inversão muito interessante que a gente foi obrigado a enfrentar, debater, trabalhar. Eu acho que isso, de alguma maneira, amadureceu a sociedade brasileira. E aqui vai minha homenagem ao Frei David e ao movimento popular dos pré-vestibulares para negros e carentes do Rio de Janeiro. Hoje, quando se faz uma revisão e avaliação da lei de cotas, muitos que assinaram aquele manifesto contra as cotas, publicado lá em 2008, vêm a público dizer “eu subscrevi o manifesto anticotas, mas hoje eu sou a favor das cotas, porque eu fui educado pelo movimento negro”.

Ou seja, há uma dimensão educativa da sociedade brasileira, que o tema de cotas trouxe, que é espetacular, é transformadora, porque ela mobiliza não apenas a nossa inteligência, mas também o nosso corpo, o nosso saber, os lugares de poder, tudo isso fica em questão quando a gente começa a perceber os grandes impactos que as políticas afirmativas trouxeram para sociedade brasileira.

Para terminar essa primeira rodada, eu acho que ainda há alguns **desafios a enfrentar. Primeiro: nós conseguimos superar a visão meritocrática que isola a condição cognitiva das demais condições de vida e avalia que o mérito é ter resultado na prova do vestibular ou no Enem?** Nós conseguimos superar essa concepção meritocrática da educação para uma visão de uma educação integral que envolve as diferentes dimensões humanas?

Segundo: as instituições se transformaram? Eu sei que as vidas das pessoas se transformaram, eu leio autores negros e autoras negras que dizem “eu fui cotista”. Você vive encontrando pessoas que trazem essa história: “Eu fui cotista e hoje eu sou um sujeito no debate intelectual do meu campo de saber”. Isso é maravilhoso, mas **conseguimos que essa universidade se transformasse e reconhecesse que esta juventude que chega na no ensino superior, hoje, não tem apenas carências, mas também tem potências?** Será que a gente reconhece o que esses jovens sabem? Com o déficit do ensino médio, sabemos que há muitas coisas que eles não sabem. Talvez biologia, parte da física, um pouco da matemática. Há vazios de saberes, mas a plenitude de outros saberes, eles são considerados nas instituições?

Talvez um desafio seja conectar a experiência e a vivência das juventudes – que estão hoje usufruindo do direito conquistado – com aquela luta lá dos anos trinta, quarenta, cinquenta, do Teatro Negro do Abdias Nascimento, da luta de tantas gerações anteriores que tornaram possível esse caminho e eles nos ensinam. **Se a gente perder essa ancestralidade da luta, a gente vai perder o sentido da luta, que pode virar só uma luta por um diploma.** E não é luta por diploma, é uma luta por transformação da sociedade brasileira.

Marcane Ribeiro – Eu me chamo Marcane Ribeiro, tenho 26 anos de idade, sou um jovem alto, de cabelo crespo, estou de barba; sou um jovem negro LGBTQIA+. André tem razão, essas trajetórias são muito importantes para que a gente consiga, de fato, aprender a partir dessas experiências. A gente está tendo uma rica oportunidade de poder consolidar políticas inclusivas,

políticas afirmativas, como, por exemplo, as políticas de cotas nas universidades, juntamente com essa juventude que está vivendo esse processo.

Se antes a gente não tinha ideia de como é que iríamos poder mensurar os impactos, agora a gente já tem anos de experiência e uma diversidade gigantesca na universidade. É tudo isso que a gente precisa trazer para o debate. Vou, então, trazer minha experiência. Eu estou atualmente como secretário executivo de juventude aqui na cidade do Recife. Recebi o convite para assumir ainda com vinte e quatro anos de idade, o que é uma coisa muito doida de se pensar, não na perspectiva da idade, mas especificamente do lugar de onde eu venho.

Eu sou do movimento social, venho do movimento social, me considero acima de qualquer coisa, um líder comunitário, um agente comunitário. Eu sou de uma comunidade aqui de Recife chamada Ilha Joana Bezerra, um bairro chamado Ilha Joana Bezerra, que é comumente conhecido como comunidade do COC e que, por muito tempo, encabeçou a lista dos bairros mais vulneráveis e com menor desenvolvimento humano da capital. Eu costumo até fazer uma conexão entre o meu território e o contexto socioeconômico da cidade. De um lado, a gente está bem próximo do Porto Digital, de que eu acho que muitas pessoas já devem ter ouvido falar, que é um dos maiores ecossistemas de tecnologia que a gente tem no Brasil hoje. De outro lado, a gente tem o setor hospitalar, com grandes hospitais. Então, são duas áreas que estão bem próximas da minha comunidade, que são bem ricas, mas, entre elas, existe um bairro extremamente vulnerável.

E a violência foi parte da minha vida por longos anos, por muitos tempos, na verdade. Embora eu tenha só vinte e seis anos, por um longo tempo vivenciei a violência e a vulnerabilidade. Perdi meu pai, ele foi assassinado na esquina da minha rua, quando eu tinha sete anos de idade, devido a questões de violência armada e conflitos armados na comunidade. Já quando eu tinha nove anos, a minha mãe descobriu uma doença que quase tirou a vida dela. Eu sou o filho mais velho de três e, devido a isso, precisei assumir responsabilidade dentro de casa e comecei a trabalhar com nove anos, para sustentar minha família. Essa é uma condição de vida de muitos adolescentes, de muitas crianças em contextos periféricos, que têm que se dividir e assumir várias responsabilidades muito cedo.

Eu tinha várias atribuições que me foram dadas... Na verdade, me foram impostas, ainda na minha infância. Com nove anos, eu comecei a trabalhar como ambulante, vendendo coxinha, cachorro-quente, pastel. O que você imaginar que desse para vender, eu estava vendendo. Estava, sempre que dava, em portas de eventos e festivais para vender guaraná, refrigerante, me virava para poder ajudar minha família. Em meio a isso, conciliar essas responsabilidades, atribuições, ter que trabalhar, cuidar dos meus irmãos, mais novos, dar atenção e cuidar da minha mãe. Além de ter que estudar, porque estudar, independente de qualquer desafio que eu tivesse na minha casa, era prioridade.

Minha mãe não conseguiu terminar seus estudos, mas ela sempre disse: “vocês vão estudar, independente de qualquer coisa”. E a educação sempre foi esse caminho que eu encontrei, de fato, para mudar minha trajetória, para mudar minha jornada. Nossas mães sempre falam isso: “estude, meu filho, que a educação vai mudar nossa vida, vai mudar sua vida” e, de fato, era o único viés e o único caminho que eu encontrava para poder mudar minha trajetória frente às possibilidades que eram impostas na minha comunidade, de acesso ao crime, de acesso ao tráfico, de exposição a ainda mais vulnerabilidade.

Eu encontrei na educação esse caminho, sempre me dediquei muito na escola e sou muito grato aos meus professores. Por isso, fico feliz que o convite para estar nessa conversa tenha vindo de duas professoras e especialistas, que eu admiro muito. **Os meus professores tiveram o papel fundamental no meu processo de construção.** Eu lembro ainda do ensino fundamental, tendo minha professora de inglês, tirando os quinze minutinhos que ela tinha de intervalo, para me ensinar um conteúdo extra, porque ela sabia que eu queria muito aprender inglês.

Eu sou muito fã da Rihanna. Ela é arretada. Ela é linda e eu sempre vi aquela menina de dezesseis anos saindo de Barbados para ganhar o mundo, ganhar outras possibilidades de vida. E

então, eu pensava: “eu quero ser igual a ela, quero ganhar o mundo que nem ela, mas eu não sei cantar. Qual caminho que eu posso trilhar para ter outras oportunidades de vida?”. Então, com dezesseis anos, eu consigo uma oportunidade em uma política pública chamada “ganhe o mundo”, para poder estudar inglês fora do país. Essa oportunidade foi um divisor de águas na minha vida. **Quando volto para o Brasil, consigo fazer uma formação técnica pelo PRONATEC, um programa superimportante, que foi, inclusive, o caminho que eu tive de entendimento de que era possível, para mim, acessar a Universidade.** Logo em seguida, eu tenho a oportunidade de poder estudar o curso de Relações Internacionais, através do Programa Universidade Para Todos. Essas políticas foram muito importantes para mim.

Mas a gente também tem que falar um pouco dos desafios, o desafio de estar na universidade. Por exemplo, enquanto eu chegava na universidade pegando dois ônibus para ir e para voltar, meus amigos tinham acabado de ganhar um carro novo, porque tinham passado no vestibular e estavam fazendo, enfim, o curso do sonho da vida deles. **Então, acho que, nesse momento de tomada de decisão e de retomada (inclusive dessas políticas de cotas), é importante envolver jovens que estão inseridos na universidade, para ouvi-los, para entender quais são as suas demandas, quais são os seus desafios.**

Eu acho que, no diálogo e na escuta, está o principal caminho para consolidar uma política que faça, de fato, a diferença e que consiga contemplar essa diversidade que está hoje na universidade.

Sabrina Santos – O meu nome é Sabrina, tenho vinte e dois anos e me autodeclaro uma mulher cis e parda. Tenho o cabelo cacheado, volume médio e um piercing na sobrancelha. Vou falar da minha trajetória e sobre todos os desafios que enfrentei para ingressar, para cursar e para concluir o ensino superior.

De início, acho importante contextualizar o local de onde falo. Eu falo da Favela de Heliópolis, uma área com um milhão e duzentos mil metros quadrados, onde moram cerca de duzentas mil pessoas, o que a torna a maior favela do estado de São Paulo e a segunda maior da América Latina. **Desde quando ela surgiu, os moradores, as lideranças locais, todas as organizações sociais buscaram caminhos para reduzir as desigualdades e para fortalecer Heliópolis como um território de potências e de direitos.** Isso é feito até hoje por nós, que somos das associações de moradores, dos movimentos sociais, reivindicando, de forma conjunta, o direito à terra e o direito à moradia, junto com o direito a equipamentos de saúde, de educação, de esporte, de cultura, que são tão importantes para a recuperação da nossa qualidade de vida.

O mais interessante é que Heliópolis é uma favela essencialmente jovem. São muitas pesquisas e, aqui, eu me recordo de uma que fala especificamente sobre isso e que me chamou muito a atenção, realizada pelo Instituto Favela Diz, que é da G10 Favelas e foi feita em junho do ano passado. Esse estudo afirmou que 45% da população aqui da quebrada tem entre 18 e 30 anos. São pessoas jovens. Desse universo, cerca de 34%, um pouquinho mais, têm ensino médio completo ou superior incompleto e apenas 1% conseguiu concluir o ensino superior... e eu estou inclusa nesse 1% que conseguiu concluir o ensino superior.

Lembro que, enquanto vestibulanda que chegou na porta da universidade, carreguei comigo marcas de muitas desigualdades que estavam ligadas à escolaridade, à minha situação econômica. Estavam ligadas à minha capacidade de me mobilizar dentro do meu território, porque Heliópolis está isolada dentro da cidade, mas tem pontos de ônibus e de metrô muito próximos. Mas, mesmo assim, eu demoro quase três horas para chegar aonde estudo hoje.

Sou bacharelanda em políticas públicas e em ciências econômicas pela Universidade Federal do ABC. **A minha escolha por essa universidade, justamente pelo curso em políticas públicas, foi motivada pelas diversas situações que eu via no meu território e pela proximidade territorial.** Outras universidades aqui de São Paulo ficam muito longe, a gente gasta vinte reais, trinta reais por dia para chegar nesses espaços. Então, a locomoção seria muito difícil.

Eu também faço parte de um **observatório, que se chama “De Olho na Quebrada”,** ideal

zado em 2018 e composto só por jovens. Eu sou a pessoa mais velha do grupo e eu estou com 22 anos, sou muito jovem também. Então, são pessoas de 15, 16 anos que têm vivências muito diferentes, reflexões muito diferentes e que leem os dados que nós levantamos de formas muito distintas. A gente trabalha, sobretudo, com propostas e exigências por políticas públicas que atendam, principalmente, às necessidades da nossa população. Porque são necessidades muito distintas, são fatores muito distintos que nos levam ou não à impossibilidade de permanecer nos espaços acadêmicos.

Então, eu trabalho com democratização das informações dentro de Heliópolis e com o resgate das memórias dos moradores. Eu acho que isso tem tudo a ver com a possibilidade de eu conseguir entrar nesse lugar e conseguir ocupar o espaço acadêmico. Acho que é uma das minhas maiores conquistas.

SEGUNDA RODADA: Do ponto de vista de vocês - como estudantes, ativistas, professores e gestores públicos -, quais são os principais desafios para a construção de uma política de permanência, de acolhimento integral, para esses jovens que estudam e trabalham, que são arrimo de família?

André Lázaro - É muito emocionante ouvir a Sabrina e o Marcone, porque é para isso que a gente trabalhou. É claro que é fundamental ter um diploma, é claro que em uma sociedade estratificada como a nossa, o diploma transforma trajetórias e realidades sociais, pessoais e familiares. Eu não estou fazendo pouco caso do diploma, ao contrário. O meu também eu alcancei trabalhando e estudando.

Mas é importante a gente aprender e entender que essa abertura de portas não significa ainda abertura de corações e mentes. Então, eu acho que tem um enfrentamento muito grande ainda, em termos das mentalidades. Outro dia, amigos do movimento negro ficaram brincando “é bom ter um branquelo nessa linha, mas saiba sempre do protagonismo do movimento negro”. **Eu aprendi com o movimento negro e com os intelectuais negros – como Nilma Lino Gomes, Valter Silvério, Petrolina Beatriz, Sueli Carneiro – que a luta é por mudança de mentalidade. Ou seja, é preciso transformar modo de ser, modos de poder, modo de saber, para que a sociedade seja diferente.**

A luta é por transformação de um ambiente, o que vai acabar nos levando ao debate da decolonialidade. Eu acho que parte das resistências que a gente enfrenta hoje decorrem de privilégios e de estruturas muito rígidas da universidade brasileira. Convivi muito com elas, que sempre tiveram como horizonte universidades europeias ou americanas e não universidades negras americanas. Os saberes que não se coadunavam com essas agendas, eram desprezados. Eu acho que está havendo uma transformação, a duras penas, mas está havendo uma transformação.

Eu costumo brincar que o Brasil terá um prêmio Nobel de um estudante ou de uma estudante cotista. Porque são as pessoas que estão trazendo mudanças para a agenda universidade, da pesquisa... **São pessoas que trazem para a agenda da universidade temas que não estavam no horizonte e esse horizonte, hoje, é o horizonte da transformação.** Nesse sentido, eu queria fazer um comentário sobre um trabalho que eu fiz pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), nos anos 2012, 2013 e 2014, com o apoio da Fundação Ford. Tinha acabado de sair a lei no 12.711/2012, Lei de Cotas nas universidades federais e a nossa proposta era levar o debate dessa lei às instituições. Nós realizamos fóruns de ações afirmativas em dez estados da federação, para conversar com as universidades e os institutos federais de educação, os movimentos sociais, os pesquisadores negros. Foi uma experiência muito rica.

Eu faço aqui uma súmula muito pequena do que eu registrei desses diálogos com esses dez espaços, coletivos populares, acadêmicos, políticos sobre a adoção das políticas de ações afirmativas. **Em primeiro lugar, falta articulação entre as universidades e o ensino médio público para que os jovens tenham informação sobre os direitos que a luta social lhes garante hoje, seja sobre as políticas de cotas nas universidades públicas, sobre as políticas**

do PROUNI, as políticas do FIES.

Por isso, esse trabalho da Sabrina em Heliópolis, de levar ao conhecimento da população, democratizar informações de acesso às políticas públicas é tão importante. É um trabalho que precisa ser feito não apenas pelas pessoas nas suas comunidades, mas também deveria ser feito pelo sistema de ensino, a institucionalidade precisa se envolver com isso. **A Secretaria de Educação não leva à sua rede enorme de escolas, professores, diretores e estudantes as informações necessárias sobre essas políticas. Essa seria a primeira ruptura, no sentido da garantia do direito.**

Em segundo lugar, como eu já indiquei antes, o diálogo revelou que **os jovens chegam e não são vistos pelo que eles sabem, são vistos pelo que não sabem. Então, se pensa em dar nivelamento. Mas não se cria espaço para que ele tenha expressão cultural, expressão política, participação.** Eu me lembro que, inspirados numa iniciativa aqui da favela da Maré, liderada pelo querido Jailson de Souza, criamos, no MEC, um programa chamado Conexões de Saberes, que recebia na universidade os alunos de origem popular e com eles desenvolvia um conjunto de atividades, inclusive reconectando as comunidades de origem. A ideia era fortalecer o poder local das comunidades de origem para que a universidade não olhasse para essas comunidades, favelas, vilas e outros tipos de organização popular como se fossem destituídas de tudo.

É claro que, nesses espaços de origem, tem muita violência como Marcone falou. Mas tem muita organização política, como destacado pela Sabrina. É preciso que a universidade saiba com quem ter a interlocução para se articular com mais propriedade. **Essa ignorância sobre as condições de origem prejudica muito o modo como a universidade recebe os estudantes.**

Na maioria das universidades com as quais eu conversei, não havia política interna de dizer “olha, as cotas são uma política legal e legítima”. Não é apenas ser legal, porque há coisas legais que não são legítimas. **As políticas de ações afirmativas são legais porque estão na lei e legítimas porque são eticamente necessárias para a sociedade que nós queremos.** Os estudantes enfrentam dificuldades e não há com quem conversar. Não há um canal formal e reconhecido para lhes dar essa acolhida. **Deviam criar ouvidorias para acolher os estudantes, entre outras iniciativas.**

Os estudantes não demandam apenas a dimensão material. Não basta dizer: “está aqui o ticket alimentação, está aqui o ticket do transporte, está aqui o lugar. Agora, se vira, irmão”. Em um período gravíssimo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, eu me reuni com três coletivos negros nela existentes. Não tinha salário, não tinha bandeirão, não tinha bolsa de estudo para os estudantes. Nós ficamos três, quatro meses sem salário, não tinha elevador no prédio de 12 andares. Na reunião, perguntei: “como é viver a universidade para vocês?” Sumariamente, responderam: **“Olha, racismo a gente está acostumado a enfrentar, não é novidade para nós. Agora, o que a gente não imaginava é encontrar professores que não incluem um autor negro na biografia, não conhecem nada das nossas realidades, não conseguem nos ajudar, nos orientar nos trabalhos que fazemos”.** Ou seja, o estudante de cotas não pode ser visto só pela ótica das demandas materiais. Precisa ser visto como um potente ator político, social e intelectual. Então, eu acho que essa mudança ainda está em curso.

E por fim, **em terceiro lugar, falta acompanhamento da trajetória do estudante. E depois que ele formou?** Para onde vão esses estudantes? A universidade é menos racista do que o mercado de trabalho? A lei nº 12.990, de 2014, relativa à reserva de 20% das vagas em concurso público, com cota para pessoas negras, está valendo em todo o país? Ela vale para os estados? Eles aderiram a esse formato? As Universidades e os Institutos Federais adotam a regra nos concursos públicos para técnicos e docentes?

Em resumo, sobre a questão da permanência, tem uma dimensão simbólica que não pode ser subestimada, a dimensão da agregação, da familiaridade, do acolhimento.

Eu concluo falando da UERJ, a riqueza do cotidiano da UERJ, a estética dos corredores da UERJ, tudo isso mudou profundamente. A fotografia dos cursos dos formandos em medicina, anos atrás, parecia juntar pessoas da Noruega. Hoje, já tem cara de Brasil, tem cara da mistura

brasileira, da diferença brasileira. E eu tenho certeza, também, de que a agenda universitária está se enriquecendo enormemente com essa presença.

Marcone Ribeiro – André Lázaro resumiu bem o panorama geral. Vou poder falar um pouco mais da atuação em Recife. No campo da gestão pública, da atuação do promotor da política, de quem faz a política acontecer, falta muito, ainda, intersetorialidade. **Não é somente garantir essa educação. A gente precisa garantir o acesso à alimentação, o acesso à mobilidade dessa juventude, a gente precisa garantir e entender a individualidade de cada um desses jovens, a partir das suas condições de vida, dos seus territórios. Não é somente colocar o jovem na universidade e achar que a gente fez nosso trabalho.** Não. Tem uma série de outras políticas que precisam estar acompanhadas junto a esse processo.

A gente – Sabrina também estava – teve muita oportunidade de conversar sobre isso no Grupo Juventude no Governo de Transição (dezembro de 2022). Entre os “pontos de alerta”, destacamos a necessidade de estruturar melhor o sistema único de assistência estudantil. Como é que a gente possibilita que uma jovem trans consiga, de fato, fazer o seu processo de estudo na universidade, se a gente não consegue garantir estruturas mínimas para que ela consiga acessar a universidade? Como é que a gente garante que uma mulher negra consiga? Como fazer com que uma jovem grávida consiga acompanhar o processo educacional e seguir o seu fluxo de gestação? A gente não pensa essas condições, a gente não pensa essas realidades.

Então, para um acolhimento integral, a gente precisa pensar a política a partir de uma ótica intersetorial. A intersetorialidade é muito importante para que essas políticas, de fato, sejam efetivas. Como o André Lázaro destacou, não é só questão de dar o alimento, não é só questão de dar o transporte, não é só questão de ele conseguir acessar a estrutura física da universidade... É importante garantir realmente um olhar individual e que, de fato, se preocupe, com a continuidade e a manutenção desse jovem na universidade. Mas falta também um preparo dos profissionais que estão na universidade para acolher essa juventude.

Chegar na Universidade não basta. É como se alguém dissesse: **“me deste uma carta de alforria, mas tu não me emancipaste, tu não me permitiste que eu pudesse viver minha vida com plenitude. Tu não garantes que eu consiga ter direito e ser vista enquanto sujeito de direito. Me colocas na universidade e continuas me escravizando. Porque o que eu aprendo é uma leitura e uma visão de autores brancos”.** Pode-se chegar à Universidade e não se encontrar referenciais.

Quando eu falei que sou fã da Rihanna é porque era o que eu conseguia acessar. Porque, na minha adolescência, assistindo TV, as únicas referências que eu tinha na minha comunidade eram programas de TV tipo “bronca pesada”. Veja o nome, “bronca pesada”, entendeu? Cardinot, que era um cara que falava sobre as questões de violência da comunidade. Se eu quisesse saber uma coisa da minha comunidade, era ali que eu conseguiria ter alguma referência. Quando eu vou assistir TV, quem é o protagonista? É o carinha branco dos olhos verdes. Ele é o galã. Pessoas como eu são o flanelinha ou o menino que está na universidade, mas que acabou se envolvendo com o tráfico. Sempre mostram a nossa vida, a nossa condição, a partir de um olhar de vulnerabilidade.

A gente tem que estar na universidade achando que vai conseguir fazer com que a roda gire e que movimentos de mudança aconteçam. **Mas a nossa condição, ela continua sendo precarizada. E isso, muitas vezes, se dá, inclusive, pelos professores, que não buscam se preparar, não buscam entender a realidade de quem está em sala de aula.** Acho que precisa haver uma ampliação das narrativas que se constroem na universidade, também na perspectiva de identidade, porque a maioria dos profissionais é branca, são professores brancos.

Há um desafio muito grande para nós, pessoas negras, acessarmos a universidade, porque a gente já vem num processo muito desafiador de acessar a educação, de relação com a educação. A gente não tem, por exemplo, a possibilidade de fazer um preparatório para o vestibular logo quando a gente entra no primeiro ano do ensino médio. Muitos jovens brancos têm a possibili

dade de fazer um cursinho ali, em paralelo, já vão se preparando com os melhores especialistas, pagando os melhores cursos. Então, muitas das vezes, a gente não consegue ter as melhores notas. E a gente acaba se encaixando na universidade com o que dá, no que a nossa nota dá. Foi o que a nossa nota deu para gente poder fazer.

Eu me sinto muito privilegiado de ter conseguido entrar numa universidade privada, passei em primeiro lugar no PROUNI, mas com a minha nota eu não consegui entrar em Direito na federal. É quase um “eu tenho que me adequar”. Inclusive, eu entrei no curso de Relações Internacionais sem ter nenhuma ideia do que era. Eu só achei o nome bonito. Eu disse: “vai ser esse daqui”. Porque veja, foi a condição que eu tinha, a oportunidade que surgiu e entrei ali para vivenciar, experienciar isso. Então, às vezes, o jovem negro, indígena, periférico, LGBTQIA+, por sofrer uma série de violências e de violações, acaba se encaixando, “vou entrar aqui nesse curso”.

Não estou fazendo aqui nenhuma questão de mérito com relação a qual curso é melhor ou qual curso é pior. Mas é preciso perguntar: por que não tem preto fazendo medicina, será que ele não quer ser médico? Por que não tem preto estudando direito, será que ele não quer ser advogado? Será que ele não quer ser um juiz? Aí, a gente vai e diz: “não, eu vou fazer história”. E é um curso incrível e superimportante, mas aí eu não consigo me tornar professor, porque não existe oportunidade. Então, quais são as condições, de fato, que a gente está construindo? Quais são os caminhos que a gente está construindo? Quais são as políticas que a gente está construindo para que, de fato, a gente consiga inserir essa juventude com qualidade, fazendo com que esse jovem consiga sonhar?

Porque, **vou ser sincero para vocês, meu sonho não era o de entrar na universidade porque eu queria ser universitário... Meu sonho era entrar na universidade porque eu queria ter a carteira assinada. A relação que eu tenho com a educação é muito no sentido de que a educação é o único caminho que pode me garantir ter um emprego.** Então, eu acho que também tem que ter esse olhar, essa compreensão sobre o lugar que a gente está ocupando aqui. Será que é o diploma mesmo que a gente quer? Qual o papel do diploma para a construção e a condição das nossas vidas e que a gente tenha, de fato, uma vida adulta de qualidade?

O que eu quero destacar é a falta de incentivo para o acesso desses estudantes, para que eles possam construir caminhos. Não tem programas de bolsa de pesquisa, de incentivo, não existe uma política de cotas dentro desses programas de pesquisa. **Tem que se pensar formas de poder fazer com que esse jovem também pense que ele possa ser um pesquisador, que ele pode fazer um doutorado, um mestrado. Então, eu já tenho que entrar na universidade pensando no trampo que eu vou ter para conseguir conciliar a minha vida de trabalho com a minha vida de estudo.**

Isso é muito desafiador e, às vezes, a gente acaba assumindo funções e atribuições profissionais que nem se conectam com a nossa trajetória educacional, porque a gente precisa se manter. Acho que isso é um elemento importante a se pensar também, como é que a gente cria mecanismos para fazer com que esse indivíduo se mantenha na universidade de fato, para que a universidade seja, de fato, um caminho para ele construir uma trajetória também dentro da academia. **É preciso pensar políticas olhando também para o que o mercado de trabalho está oferecendo enquanto perspectiva de empregabilidade.** Quais são as profissões de futuro? Quais são as profissões que, de fato, vão garantir emprego e renda para incluir essa diversidade da juventude? Por exemplo: Recife tem um programa municipal chamado PROUNI Recife (que é o Programa Universidade para Todos de Recife), no qual o município investe recurso para garantir bolsas para que estudantes da rede pública de ensino possam acessar a universidade. Existe uma lei municipal que garante a passagem do estudante para a universidade, que ele pode pleitear... Assim, a gente consegue garantir que ele acesse a universidade, mas a gente não consegue garantir a manutenção dele.

Antes, eu pensava que o problema era só a passagem, o transporte. Veja a cabeça do gestor público que nunca vivenciou isso na pele. E aí, com todo o perdão aos meus amigos brancos,

veja a visão do homem branco sobre a importância da educação: “eu vou dar a passagem e ele vai estudar”. Olha, “resolveu meu problema!?” “Não resolveu, meu amigo”. Tem uma série de outros desafios. Tem que olhar o mercado de trabalho, como o André Lázaro falou, e fazer com esse mercado seja menos racista. Fazer com que o mercado de trabalho também busque a diversidade.

Mas não adianta as empresas de tecnologia dizerem: “eu quero contratar pessoas pretas”. Não vai conseguir contratar porque não tem profissional qualificado. E por que não tem profissão qualificado? Porque você está me empurrando para fazer um curso de serviço social porque minha nota não consegue me fazer com que eu acesse outro curso. Então eu acho que a gente também tem que pensar meios de poder fazer com que esse jovem se perceba em outros movimentos do mercado de trabalho.

Aqui em Recife, inicialmente, o PROUNI Recife se estruturou com uma política de isenção fiscal para universidades e eles, em troca, dariam um quantitativo de bolsas para estudantes entrarem. E a gente viu que isso é um desafio, porque as universidades privadas estão querendo, na verdade, encher as salas de aula com os cursos em que eles não têm muita adesão. Assim, acabam ofertando bolsas para benefício da universidade, mas não olham o benefício do aluno. Então, a gente mudou a proposta da lei, estamos prestes a aprovar esse projeto de lei, pelo qual, agora, a gente vai contratar os cursos-chave que a gente identifica que são importantes, como tecnologia da informação, área de medicina...

Tem vários outros cursos que a gente está olhando como cursos estratégicos para que o jovem possa acessar. As universidades apresentam uma proposta financeira para contratar essas bolsas, é quase como se fosse um processo de leilão, gera uma competitividade que é muito boa para a gente, pois, às vezes, instituições muito qualificadas, com notas altíssimas nos processos avaliativos, colocam o concurso num valor muito alto, podem baixar um pouco mais o valor do curso e a gente vai poder garantir que o jovem consiga acessar universidades com qualidade, segundo os critérios que a gente está estabelecendo. Assim, queremos garantir também que esse jovem possa ter acesso a cursos estratégicos, para que se insira no mercado de trabalho. Então, acho que é importante a gente pensar nesses elementos, que são fundamentais para que o jovem acesse a universidade, mas com qualidade.

Sabrina Santos – Eu gostaria de destacar algumas dimensões em relação a esse desafio de ingressar na universidade e de permanecer ali. Quando o professor André fala sobre a falta de diálogo entre as universidades e as escolas do ensino médio, eu reconheço isso. A falta já começa antes mesmo de entrar na universidade. E aí, a primeira questão – talvez a mais impactante – é a questão da desigualdade econômica, mesmo.

Eu trabalho em um Observatório que é formado por jovens. Na troca de relatos, de vivências, de experiências com jovens, eu consigo perceber (e esse foi o meu caso) que ir para o ensino superior, muitas vezes significa adiar uma entrada plena no mercado de trabalho e aguardar os ganhos desse investimento educacional. Ganhos esses que são mais ou menos incertos, pois –, como o Marcone disse –, dependem do curso frequentado. Há cursos em tempo integral, dedicação integral e dependem da capacidade da família de apoiar financeiramente os filhos, até que esses filhos consigam um estágio, um trainee, um freela, uma carteira assinada, que é o sonho de todos nós. É o meu sonho, eu, pelo menos, tenho perspectiva de me aposentar. O meu sonho é ser CLT, no momento.

E, pensando no que foi relatado até agora, **é importante dizer que a questão econômica não é apenas objetiva, mas também tem a ver com a percepção que as pessoas têm, de fato, do que é uma universidade e de como ela pode possibilitar que se entre e se permaneça lá.** Não foram poucas as vezes, no meu trabalho, que eu entrevistei jovens que não conheciam o Enem, que não conheciam o Sisu, que não conheciam o PROUNI, que não conheciam a Lei de Cotas, que não sabiam dos processos seletivos para bolsas e instituições particulares e que não sabiam que a universidade pública é de graça e que eles podem receber assistência estudantil.

Para ilustrar, eu uso uma experiência minha: quando eu vi o meu nome nas listas de aprovação dos vestibulares, aqui em São Paulo, eu saí gritando pela minha casa, eu comecei a ligar para os meus pais, pois eles não estavam em casa naquele momento, comecei a ligar para a família toda chorando, eu estava muito emocionada. Mas, quando a euforia passou, veio aquele primeiro pensamento: “pô, meus pais estão desempregados, eu estou desempregada, o meu curso dura quatro anos. Como é que eu vou me manter, sabe? Não é melhor eu fazer o ensino técnico, que são só dois anos e é mais rápido e eu consigo trabalhar de uma forma mais rápida?”. Então, naquele momento, eu não sabia que existia possibilidade de monitoria acadêmica, bolsa de pesquisa, de auxílio estudantil. Eu estava a um passo de desistir da minha vaga. Sorte que, quando eu fui fazer a matrícula, a moça que fez toda a minha documentação me falou dessas possibilidades e meus olhos brilharam.

Pensando nisso, o meu terceiro ponto - que tem muito a ver com o que o Marcone falou - diz respeito à trajetória escolar dos jovens. No Brasil, essa situação é muito cruel. As pessoas têm oportunidades educacionais muito distintas, radicalmente desiguais, mas elas fazem provas padronizadas, em condições muito diferentes. Elas podem até passar nessas provas, mas chegam às portas da universidade em condições muito diferentes para escolherem o ensino superior. Por sua trajetória escolar, certos cursos são interditados e devem escolher entre “os possíveis” que há para cursar.

Um termo de que os economistas gostam muito e que eu acho completamente abominável é “adequação das preferências”. Mas, pensando bem, é isso que acontece. As pessoas acabam sendo levadas a escolher o que é possível fazer naquele momento. Muitas não chegam a competir pelas vagas porque sabem que sua trajetória e seu perfil escolar vão restringir suas chances nessa competição. Assim, acabam escolhendo cursos que não são propriamente o que elas queriam e que as realizariam enquanto estudantes. E essa é uma lógica muito infeliz.

Ou então, os estudantes olham a plataforma do SisU, a nota de corte de um curso específico mais baixo, por exemplo, “vou fazer matemática”. Mas, quando entram, têm que enfrentar a disciplina de cálculo, que não tiveram o suficiente no ensino médio. E, aí, é aquele choque de realidade, simplesmente. Então, dificilmente esses alunos vão permanecer ali. As dificuldades de permanência acabam ajudando na evasão. Tem também as doenças, a necessidade de ajuda financeira, a gravidez, que, em grande parte, não é planejada, o compromisso matrimonial e a necessidade mesmo de trabalhar.

Tem a incerteza quanto ao curso, porque um jovem é muito jovem para escolher definitivamente a sua área de formação. Mas, além disso, também tem a desilusão com o curso, os problemas relacionados como currículo, que – como o professor André Lazaro disse – é extremamente eurocentrado, muito rígido, inadequado ao aluno trabalhador. O relacionamento com os professores, com os colegas, com os funcionários acaba sendo muito tenso também. É uma dificuldade de acesso à instituição em si.

Reconheço e gosto de falar sobre todos os mecanismos de acesso e de permanência ao ensino superior que são positivos (como o SisU, a lei de cotas) enquanto políticas que acabam transformando o perfil das universidades. Partem do princípio, de uma ideia democrática, de que a educação superior é para todos e não somente para grupos privilegiados que estão muito próximos dessas instituições. Muitos colegas meus conseguiram acesso pelo Fies, pelo ProUni, pelo PNAS, que é o fundo de financiamento estudantil, pelo Programa Universidade para Todos e pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Mas a gente precisa fazer também uma crítica. Essas medidas não deram conta de diminuir por completo o abismo, que existe há muito tempo. Grupos, segmentos sociais ainda não estão, de fato, nesses espaços, sobretudo nos cursos de alta demanda que foram citados aqui, que exigem dedicação em tempo integral. A universidade não é pensada para estudante trabalhador ou para trabalhador estudante, é pensada para aquele que tem todo o tempo de se dedicar. Então, aí entra a pergunta: como construir uma política de acolhimento integral? Eu não tenho a resposta para isso ainda, mas estou estudando muito para conseguir entender mais essa questão.

A gente tem que assumir o compromisso com a formação integral do estudante. Isso significa olhar para além do processo de ensino e aprendizagem. **Os estudantes de escola pública, as pessoas pretas, as pessoas pardas, as pessoas indígenas, as pessoas transsexuais, as pessoas com deficiência já são vítimas de grandes vulnerabilidades e essas vulnerabilidades vão chegar com eles na universidade.** Essas pessoas não têm computadores, não se alimentam direito, não têm acesso a equipamentos de cultura, não têm apoio pedagógico. E sobre esses estudantes coloca-se uma responsabilidade gigantesca, no momento de deixar a universidade para ser um profissional com compromissos, com responsabilidades perante a sociedade.

Enfim, construir uma política de acolhimento é uma tarefa muito árdua. Acrescento ainda um ponto mencionado pelo professor André Lazaro: na perspectiva de uma educação acolhedora, é importante visar o desenvolvimento de programas que tenham uma abordagem preventiva e de promoção da saúde mental. Eu falo isso enquanto uma jovem estudante que sempre viu nos estudos uma chance de ajudar o local onde mora e de ter mobilidade social, mas que passou por alguns perrengues e que nunca teve atendimento psicológico, nunca teve um atendimento psicopedagógico.

Durante esse tempo, eu perdi familiares muito importantes no sustento de minha família. Durante esse tempo, eu fiquei um período da pandemia sem estudar, porque as operadoras de internet simplesmente não entravam no meu bairro. Ele é um bolsão vazio de conectividade. Essas operadoras só entraram quando o Observatório, do qual eu faço parte, fez a denúncia para a mídia e fez uma pesquisa sobre isso. E eu só consegui me matricular novamente na Universidade quando, junto ao auxílio de permanência estudantil, surgiu o auxílio digital, que me disponibilizou um computador (que é esse que eu estou usando agora, é o meu bebezinho de dois anos) e um chip de internet.

Enfim, os fatores que impossibilitam a permanência são de natureza muito diversa e ultrapassam as necessidades socioeconômicas. Eu acredito muito na construção de um programa dentro das universidades que consiga trabalhar com as motivações do aluno para a profissão escolhida, um programa que reflita sobre a natureza da profissão real e da profissão que ele idealizou. Um Programa que promova a melhoria do contexto interpessoal bem no começo do curso, que favoreça discussões sobre a vida acadêmica (que pode ser uma vida muito solitária), que ofereça suporte, que favoreça o desenvolvimento do estudante. Seria algo extraordinário junto a essas medidas de manutenção dentro da universidade, de permanência mesmo.

Um ponto muito importante (e que foi debatido com as professoras Eliane Andrade – Lili – e Regina Novaes e com todo o Grupo de Transição Juventudes) diz respeito à necessidade de uma lei que trate de uma política nacional de assistência estudantil. Isso seria importante, principalmente depois de um governo que foi marcado pelo corte de bolsas, pela defasagem tecnológica, pelo enxugamento, dos gastos e pelo ódio à universidade, na qual, certamente, a permanência dos estudantes foi duramente afetada. É preciso ampliar o que já existe para que a gente também possa pensar em uma política que mitigue as consequências desses cortes, porque dezenas de colegas meus - durante o período pandêmico e durante esses contingenciamentos frequentes - largaram o curso. Não é que eles tenham trancado, eles simplesmente largaram a universidade. Eles não querem voltar para universidade.

Ficam, portanto, vários desafios. Como fazer com que o jovem tenha motivação para sonhar, para acreditar num país em que ele consiga estudar, trabalhar, desenvolver novas tecnologias e trazer o desenvolvimento para a nação? De que forma as universidades podem valorizar a vida estudantil, acolhendo as necessidades dos estudantes e incentivando a ciência, a arte, a cultura, a cidadania? Como os estudantes podem conseguir trazer a própria cultura, os próprios pensamentos, as próprias narrativas, as próprias vivências para a Universidade? Como os jovens podem ser agentes, frente às questões humanas, tecnológicas, socioeconômicas, ambientais que tanto desafiam o Brasil, que tanto desafiam a minha quebrada, em específico?

Então, é isso e não tenho respostas. Mas eu acredito muito. Ouvindo o professor André e o Marcone, acho que a gente está no caminho certo na busca de ampliar as oportunidades de

acesso e de apoios que garantam a permanência. Sem isso, vamos reforçar a permanência das desigualdades. Essa é a minha luta, na verdade.

TERCEIRA RODADA: Cada um/a de vocês, a partir do lugar em que vocês atuam, tem suas metas a serem cumpridas para a gente chegar cada vez mais perto de uma Universidade mais democrática. Como tem sido a sua atuação cotidiana para a gente alcançar mais justiça racial e de gênero na Universidade, no Brasil?

André Lázaro – É tão bom ouvir a Sabrina, é tão bom ouvir o Marcone... Politicamente, é reconfortante e, emocionalmente, é um prêmio estar com vocês. É como se a gente olhasse e dissesse: “puxa valeu, todo o empenho valeu”! As políticas – que Sabrina citou – são as sementes de frutos enormes que podem nos trazer muita força para a transformação que o país precisa fazer.

Agora, eu queria tocar no papel da sociedade civil e, nesse ponto, quero parabenizar o trabalho da Oxfam Brasil. Eu acho que, sem a ação da sociedade civil, o Brasil não alcançaria esses padrões um pouquinho melhores do que ele tinha há dez, vinte anos atrás. A constituição de 1988 reconhece os direitos indígenas, reconhece os direitos do quilombola, os direitos da mulher, direitos muito distintos daqueles que havia até então. É uma constituição cidadã, que projeta uma mudança civilizatória que ainda não vencemos. E os últimos anos (2016-2022) trouxeram retrocessos civilizatórios muito grandes. Hoje, a gente está passando por uma transição forte e eu não sei se será bem-sucedida.

A educação, nos últimos seis anos, fracassou. Estatisticamente, a educação sempre foi uma herança de classe. Ela ainda precisa se tornar um direito de todos. É essa luta que a gente está vivendo. O que fizeram nos últimos seis anos do Governo Federal? Justamente quando entram os pobres na universidade, quando entra a população negra, uma população rejeitada historicamente, a universidade pública recebe um desinvestimento brutal. É como se dissessem: “já que vocês estão aí, se virem” e se retira o recurso. A extrema-direita odeia educação e, pior, odeia educação democrática. Não podemos esquecer dos ataques que as Universidades Públicas sofreram, em especial a violência que, em 2017, causou a morte do Reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, a quem presto homenagem.

Anteriormente, nos primeiros movimentos de democratização da educação superior, se conseguiu ampliar o acesso, mas, daí para a frente, há muito o que fazer. A gente tem que ter clareza da transição histórica que nós estamos vivendo. Nada nos garante que será uma transição bem-sucedida. Ela pode ser uma transição interrompida por acordos, por exemplo. Se a gente não responsabilizar os responsáveis por oito de janeiro, daqui a pouco vamos ter o dezoito de fevereiro. Em 1964, mataram e torturaram e não aconteceu nada. Ficaram impunes e foram promovidos ao generalato. Então, a atual transição precisa se fazer com o movimento popular, com a sociedade civil, porque, senão, ela não se fará. O Lula (a quem eu admiro muito, respeito, com quem trabalhei por sete anos) dizia: “cobrem do Estado”. Porque **se não se cobrar do estado, o estado não vai andar, o Estado não vai avançar, porque a máquina é uma máquina criada para atender certos privilégios e não garantir direitos a todos. Essa é a nossa luta.**

Não sei se vocês conhecem o Observatório da Vida Estudantil da Universidade Federal da Bahia, que reúne análises, relatos dessa ordem do que estamos conversando aqui, agora. Entre os autores inspiradores do Observatório está Alain Coulon, da Universidade de Paris. Ele foi o gestor de universidades francesas no final dos anos noventa, exatamente quando elas viviam essa transição de serem instituições de educação superior muito elitista para começar a acolher filhos de imigrantes, refugiados, outros perfis sociais. Na ocasião, ele se deu conta de que “ser estudante” é um ofício que tem regras. Mas, como a educação é sempre uma herança de classe, essa regra não transita da mesma forma no interior das classes.

Quando uma classe nova chega à Universidade, ela não se apropria imediatamente dessa regra.

Coulon conta uma história muito interessante: ele estava dando aula e, no final da segunda semana, ele observou que ninguém anotou nada. Aí, ele falou: “mas vocês não anotam nada, não?” Então, uma aluna respondeu:” eu não sei o que é para notar”. **Repara, existe uma cultura do ser estudante. Se a universidade não se preocupa em te ajudar a adquirir essa cultura, ela não vai entrar pelos poros...**

Essa Universidade eurocêntrica, autocentrada em uma classe branca que sempre teve esse privilégio, não se volta para compreender as novas trajetórias. Um outro detalhe importante – que volta ao que a Sabrina e o Marcone já falaram – as universidades, particularmente as públicas, foram capturadas pelas profissões¹. Então, você entra para uma profissão, você não entra para aprender, estudar, pesquisar, se formar e, aí, escolher uma profissão.

Isso me inquieta. Talvez porque eu tenha sido gestor universitário, gestor de política pública, gosto de reafirmar que as instituições foram criadas para nos defender e não para nos oprimir. **As instituições foram criadas para dar apoio às nossas condições e não aumentar o nosso sofrimento mental.** Como foi lembrado por Marcone e pela Sabrina, quando a gente falava de acolhimento, tem que haver acolhimento também dessa dimensão mental e espiritual das pessoas.

Como lembra Sueli Carneiro, a intersecção “mulheres/negras” gera e perpetua exclusões. Eu fui editor de uma publicação que estudou o perfil das mulheres na educação superior brasileira. Chama-se “A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade”, da pesquisadora Andreia Barreto². Ela confirma a maioria feminina nas matrículas universitárias, mas mostra como é extraordinária a desigualdade quanto aos rumos. As engenharias são majoritariamente masculinas, as áreas de atendimento, cuidados e zelo são majoritariamente femininas e há pouco trânsito entre elas. Nós estamos avançando, mas as desigualdades prosseguem, persistem e moldam esse desenvolvimento.

A questão é saber como a gente rompe essa modulação que tem raízes históricas tão profundas e tão estruturais do racismo e da violência patriarcal. Esse é o desafio que está em curso. Se a universidade não se dispuser a se transformar como instituição, vão ser duas lutas, uma dentro dela e uma para fora dela.

Nessa perspectiva, eu – como ex-gestor de universidade e ex-formulador de política pública no Ministério da Educação – me preocupo profundamente em saber como as instituições assumem para si tais responsabilidades civilizatórias e não delegando abstratamente ao “Governo Federal”. **A universidade tem autonomia. O que ela está fazendo com a sua autonomia para garantir esses direitos? Acho que essa é uma boa pergunta para fazer para os nossos queridos reitores e reitoras das instituições públicas.** A grande maioria de gestores e gestoras enfrentou com coragem os desmandos recentes do governo que foi derrotado nas eleições de 22. Faltam recursos, mas há decisões políticas a favor das políticas afirmativas que agregam força e vivacidade à vida acadêmica. Elas são fundamentais nesse momento de transição.

Marcone Ribeiro – Na secretaria de Juventude de Recife, para o processo de construção de política pública, eu entendi que um ponto crucial era garantir a diversidade da equipe. Fiz questão de garantir que, pelo menos, 50% do corpo profissional da nossa equipe fossem compostos por mulheres, que pelo menos 50% fossem compostos por pessoas negras e que, pelo menos, 30% da equipe fossem compostos de LGBTQAPN+. Acaba que a gente também tem em nossa equipe pessoas indígenas e de outras condições e vivências. Quero ampliar minha equipe para que a gente também possa ter pessoas com deficiência. Queremos ter o máximo de diversidade

1 *Lembro que a Federal do ABC é das poucas que tem esse bacharelado interdisciplinar inicial, que te permite pelo menos transitar numa grande área de conhecimento, ter uma formação de pesquisa.*

2 *BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. Rio de Janeiro, FLACSO/LPP, Cadernos do GEA, n.6, jul/dez. 2014.*

de e de pluralidade nos olhares. Esse é o principal ponto de partida para que o nosso trabalho seja, de fato, efetivo, trabalho que, em qualquer que seja a ação, busca desenvolver esse olhar interseccional.

Acabamos de lançar, ontem, um programa financiado pelo governo britânico chamado Conexões Periféricas, que é um programa de introdução ao universo da tecnologia da informação para jovens em contextos periféricos. Estabelecemos que, pelo menos, 70% das vagas sejam ocupadas por pessoas LGBTQAPN+, pessoas negras e por mulheres e as outras 30% sejam de livre concorrência. Esses estudantes receberão uma bolsa, para que possam se manter durante o processo do curso. A gente sabe que, qualquer “bico” que surgir, esse jovem pode preferi-lo, por precisar de recursos, e não continuar na formação em um curso de três meses que é feito à noite. A questão é como garantir a manutenção dessa juventude nesses espaços educacionais.

Quando a gente pensa política de acesso ao esporte, nós temos os Jogos do Orgulho aqui em Recife, são uma política focada na participação e garantia de direito de lazer para jovens LGBTQAPN+. Fazemos campeonatos esportivos com esse recorte populacional, não restringindo apenas a eles, mas também incluindo pessoas cisgêneras. Na verdade, a gente quer que haja uma interação e uma compreensão de que esporte, é de fato, para todo mundo. Cada projeto, cada iniciativa que a gente desenvolve se realiza com esse olhar interseccional, para que realmente seja possível fazer com que todos e todas estejam incluídos.

Mas, voltando à Universidade, acho que a Sabrina e o André Lazaro trouxeram outros desafios sobre comunicação e instituições. A gente vai para a periferia e a galera não sabe o que é o Enem. A galera não sabe o que é política de cotas. A galera não tem a compreensão do que são esses mecanismos. É um desafio conseguir, principalmente, chegar às juventudes mais vulneráveis. Mas a gente vai criando caminhos para quebrar e romper essas barreiras e fazer com que essa juventude possa ter acesso.

Como eu falei, me considero uma liderança comunitária, porque eu começo o meu movimento na minha comunidade. Eu fui a primeira pessoa da minha família a acessar a Universidade, na verdade o primeiro homem a terminar o ensino médio. Para o jovem da periferia, o ciclo educacional acaba no ensino médio, porque já fez 18 anos e tem que trabalhar. E, às vezes, o cara já se torna pai na adolescência. “Mas tu vais para faculdade fazer o quê? Tem que tramar”. Então, ninguém da minha família, nenhum homem da minha família terminou o ensino médio. Eu fui sendo essa pessoa que era sempre a exceção da regra: aquele que conseguia fazer o intercâmbio porque foi beneficiado pelo “Quem ganha o mundo”, aquele que fez uma formação técnica, aquele que acessou a universidade. Tudo isso me inquietava muito. Porque, à medida que eu ia acessando esses espaços e que eu era exceção à regra, e que na minha comunidade era sempre visto com muito orgulho, nesses espaços eu fui me sentindo muito solitário. Eu era o único, eu era a única pessoa que vinha daqueles recortes, daquelas condições, daquelas realidades.

Porque me agoniava muito ver as pessoas dizendo: “você, Marcone, da favela, preto, LGBTQIA+, está aqui trabalhando no consulado, fala inglês muito bem. Então, se você quer, você pode. Se você quer, você consegue”. Inquietava-me muito porque, na realidade, não era isso. Tem vários amigos meus que são extremamente talentosos, que também poderiam estar aqui, mas não estão exatamente por causa da falta de uma oportunidade. Muitas vezes, porque não tiveram uma estrutura familiar que pudesse incentivá-los a continuar estudando, como minha mãe fez.

Quando fui aprovado para o “Ganhe o mundo” para fazer intercâmbio, minha mãe – mesmo tendo uma doença, como eu mencionou antes – la disse: “nem que mainha acabe morrendo de trabalhar, você vai fazer esse intercâmbio”. Isso porque quem trabalhava era apenas eu, eu era o sustento da minha família. Ela dizia “eu vou dar um jeito e você vai”, e ela segurou as pontas por seis meses para que eu pudesse fazer esse intercâmbio e voltar.

Para que todos tenham seus direitos garantidos e acessem esses direitos com qualidade, temos que olhar essa perspectiva como um dever. Para isso, tem que envolver a academia

e tem que envolver a sociedade civil organizada. Esses movimentos são movimentos quase que reparatórios. Como André Lázaro destacou, a educação é e sempre foi um lugar elitizado, um lugar para pessoas brancas acessarem. Hoje, vivemos um movimento reparatório, mas que ainda vai demorar muito. E a gente precisa – cada vez mais – trazer essas juventudes para o debate, pois só ouvindo quem passa pelos desafios é que se conseguirá chegar em um caminho para garantir a efetividade dos direitos.

Sabrina Santos – Nos últimos anos, para muitos estudantes, a formação em uma universidade pública deixou de ser um desejo de se desenvolver pessoal e profissionalmente e passou, ainda mais, a ser considerado um privilégio em nosso país. Já era antes. Mas, para essa geração que viveu a pandemia e que viveu uma flexibilização das relações de trabalho, a universidade tornou-se algo ainda mais inalcançável.

A gente precisa mostrar para as pessoas que, quando você chega lá, há oportunidades valiosas em muitas esferas. A universidade é uma chance de mobilidade social. A universidade abre o espaço para que você – nos cursos de extensão, no próprio currículo das matérias que você cursa – mostrar as suas narrativas e disputar um saber diferente. Seu corpo – que antes era objeto de estudo –, agora, pode ser detentor de conhecimento.

No observatório *De Olho Na Quebrada*, a gente trabalha muito com essa perspectiva. É dar voz, é dar a possibilidade de as pessoas falarem sobre as suas vivências, sobre as suas leituras de mundo, sobre as suas formas de pensamento sem, necessariamente, serem os objetos de estudo, o que acontece muito. E não vejam isso como uma crítica... na verdade, vejam como uma crítica feita de uma forma extremamente respeitosa. Foram muitas pessoas que estudaram Heliópolis (bem como estudaram muito outras favelas em São Paulo). Foram chegando no território, coletando todos os dados possíveis e indo embora. Usando aqueles dados para mostrar as vulnerabilidades do território, é verdade. Mas não devolvendo aquela produção científica, aquele conhecimento, para ajudar a potencializar o território.

Eu acho que uma das principais bandeiras a serem levantadas por nós, que conseguimos acessar a universidade, por nós que formamos os coletivos de pesquisas, as associações de moradores, os laboratórios, os observatórios ou qualquer que seja essa entidade que levante dados, é, justamente, agregar a nossa quebrada, mostrar a importância do conhecimento, mostrar nossa história, sem uma visão muito estereotipada.

Por exemplo, algo que é magnífico de ver hoje é que a maioria das cadeiras do meu curso de políticas públicas é ocupada por mulheres negras e indígenas, que se destacam muito nos seus estudos, que conseguiram se inserir rapidamente no mercado de trabalho. São as pessoas que se destacam com “honra ao mérito” dentro da universidade e elas representam o primeiro diploma de ensino superior de suas famílias.

Eu mesma sou esse caso, eu me vejo muito também no discurso do Marcone. A primeira a conseguir terminar o ensino médio, a conseguir entrar nesse espaço acadêmico que, no primeiro momento, me chocou um pouco, porque eu tive que me readaptar nos estudos, nas novas amizades, nas novas formas de colocar aquele conhecimento para fora.

A gente viu todos os avanços dos últimos anos. A Lei de Cotas abriu portas. Mas, dentro do GT de juventudes, a gente falou muito sobre a necessidade de essa Lei ser reafirmada e ampliada. Mas também é fato que o ensino superior brasileiro continua aberto a poucos. É fato que o Brasil ainda continua sendo o experimento de uma sociedade racista, de uma sociedade machista, de uma sociedade LGBTfóbica.

É um desafio muito árduo e é preciso muito sangue no olho para conseguir arranjar alguma solução. Dentro de Heliópolis, eu consigo citar algumas ações que vêm sendo experimentadas. Os cursinhos pré-vestibulares comunitários para os alunos do bairro, que são financiados, inclusive, pela própria Universidade Federal do ABC, pela USP, pela UNIFESP e por organizações como A UNAS Heliópolis. Há oferta de bolsas de estudo específicas para jovens do bairro pelas universidades do entorno do território, que procuram o observatório De Olho Na Quebrada ofe

recendo bolsas de estudos, perguntando se a gente conhece jovens interessados em publicidade e propaganda, se a gente conhece jovens que estão interessados em jornalismo. E a gente vai indicando as pessoas e falando “céus, vocês têm que ocupar esses espaços”, porque eles são nossos “de direito”, representam uma conquista nossa, das organizações sociais como um todo. Esse chamado para ocupar espaços vale, também, para pensar a questão de gênero: vale para mulheres negras, para mulheres indígenas, para mulheres transexuais e travestis. Elas também devem ter o seu espaço de produção reservado, para que a gente tenha acesso ao maior número possível de discussões e saberes para resolução dos problemas.

Acho que é isso, eu acredito muito nessa trajetória de dedicação aos estudos, de luta para conseguir se dedicar e produzir ciência. Esse empoderamento vem com muitas marcas, porque as pessoas são massacradas para conseguir chegar nesses espaços. Mas, quando eu vejo uma mina racializada conseguindo diploma, cai a ficha de que a gente tem coragem de enfrentar a mentalidade na academia, de procurar produzir pensamentos muito potentes. Com certeza, os que antes lutaram para que isso fosse possível ficariam muito felizes de ver esse momento, essa roda de conversa, porque ajudaram a criar essa possibilidade de discussão agora.

RECADOS PARA REFLETIR

“A galera com quem eu trabalho em Heliópolis quer, sobretudo, estar viva para conseguir estar na universidade. Recentemente, tanto as ações de truculência policial quanto a necessidade de arranjar um emprego rápido têm tirado as pessoas das escolas. Essa geração – que viveu a pandemia e que viveu uma flexibilização das relações de trabalho – vê, hoje, a universidade ainda mais inalcançável. A gente precisa mostrar para as pessoas que existem possibilidades de lutar por direitos educacionais. Nós, que conseguimos acessar a universidade, temos que agregar a nossa quebrada.” - Sabrina Santos

“Ano passado foi um ano muito massa, porque eu tive a oportunidade de ser chamado para contribuir no Conselho do GT Transição e recebi o título de Doutor Honoris Causa, também por uma universidade aqui do Rio. Eu acho que a gente – nos diferentes lugares que a gente ocupa – pode ser promotor de um diálogo entre jovens. Podemos dizer: “olha, você também merece esses espaços”. Mas a gente tem que criar esses mecanismos.” - Marccone Ribeiro

“É preciso a gente tentar pensar nas diferentes instâncias em que se reproduz a brutalidade racista e patriarcal. Por isso mesmo, a política pública antirracista envolve um conjunto de ações que visam garantir sustentabilidade a longo prazo. O que se deseja é ter alunos que cheguem na universidade e tenham uma visão diferente do que é o racismo no Brasil, de como é que ele se realiza, se produz e se mantém.” - André Lázaro

HELIPA NA CIÊNCIA

Sabrina Santos

Dentro de Heliópolis, na pandemia, o Observatório **DE OLHO NA QUEBRADA** percebeu a ascensão da desinformação, a ascensão de fake news. Era em um nível tão alarmante que as pessoas acreditavam que a vacina contra o coronavírus ia transformá-las em jacarés. A gente fez todo um trabalho de mobilização e um programa na Rádio Comunitária de Heliópolis, que se chama **“Helipa na Ciência”**. O primeiro programa se chamou **Formação De Cientistas Da Quebrada**. Então, a gente discutia muito como nós, jovens periféricos, enfrentamos as barreiras

ras impostas, principalmente, pelas diferenças de classe, raça, gênero e origem territorial. Nesse mesmo período, a gente entrevistou muitas pessoas fantásticas. A gente entrevistou a Helena Nader, que hoje é presidenta da Academia Brasileira de Ciências, o Renato Janine Ribeiro, que foi ministro do governo Dilma e hoje é presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Eles falavam justamente sobre o papel das instituições de ciência para reduzir o abismo entre os jovens da favela e o ingresso na carreira acadêmica e científica.**

Nós fizemos um programa de duas horas sobre isso e estivemos muito longe de esgotar o assunto. A gente entrevistou a pró-reitora de assuntos comunitários e de políticas afirmativas da UFABC, que é a professora Cláudia, e a gente entrevistou o Centro de Estudos Periféricos da Universidade Federal do Estado de São Paulo, UNIFESP. A gente falou sobre todos os desafios para encontrar soluções que respondam à questão das desigualdades raciais e de gênero no acesso às instituições e na permanência dentro delas.

O Observatório **De Olho na Quebrada** também faz ações para pagar as taxas de inscrição para os vestibulares daqueles que não conseguiram a isenção, seja por perda do prazo ou por alguma falta de documentação e ações também para pagar os materiais da galera já dentro dos custos, as suas passagens de ônibus e por aí vai. E há quem – dentro do próprio bairro – seja contra essas ações. “Eles conseguem sozinhos. Por que a gente tem que fazer isso?”. Mas é desesperador a gente ver esse tipo de comentário pelo nosso trabalho. É uma mentalidade muito meritocrática. É algo que gera muito desgaste, ainda que seja necessário. Mas a gente não para.



4. Justiça racial e de gênero, avanços e obstáculos: o que dizem as pesquisas?

Tauá Pires, Rosana Hering, Adriano Senkevics, Evelyn Lima e Rosilaine Gonçalves da Fonseca.

Tauá Pires - Para a Oxfam Brasil, é muito importante essa parceria com a Unirio. Com essa Roda de Conversa, que tem como nome *“Justiça racial e de gênero, avanços e obstáculos: o que dizem as pesquisas?”*, nosso objetivo é olhar para as pesquisas que foram realizadas e, também, para as vivências dos pesquisadores. Falar sobre acesso e permanência na universidade é falar sobre a desigualdade e, ao mesmo tempo, é projetar, sonhar com um futuro mais justo. Ou seja, não perder de vista a utopia.

O convite é para um compartilhamento de alguns achados de pesquisa e dos desdobramentos de questões e desafios. Compreender mais para que possamos trazer também a discussão para o presente, projetar alguns desafios e questões que precisariam ser vistas para seguirmos nesse debate.

Temos uma primeira geração que está entrando na universidade, inaugurando-a como um espaço possível de corpos de pessoas negras ocuparem. Mas, para uma grande maioria, ainda como um lugar tão distante, que nem entra no seu leque de possibilidades. Às vezes, a gente não tem noção da quantidade de pessoas que nem sabe que existem universidades públicas no Brasil, dada a distância desse espaço. É algo que nem conseguem almejar, devido a tamanha distância. Para iniciarmos nossa conversa, é importante pensar nos efeitos da Lei de Cotas, nesses seus dez anos. O que vai acontecer daqui para a frente? Tem muita disputa. Há projetos de lei que buscam distorcer ou recuar. Mas há também resistências, para que a Lei não deixe de servir a seu propósito de justiça racial.

Temos expectativa com relação ao novo governo. Sabemos que não vai dar para resolver tudo, mas, minimamente, podemos esperar uma reestruturação positiva, pois vamos contar com gestores públicos comprometidos com o direito à educação, com o enfrentamento das desigualdades. Estamos aqui para pensar esse futuro imediato. Para tanto, é muito importante saber o que dizem as pesquisas. Com a palavra, Adriano Senkevics, Evelyn Lima e Rosana Heringer.

PRIMEIRA RODADA: Rosana, Adriano e Evelyn, para início de conversa, o que vocês podem nos contar sobre motivações, dificuldades e achados das pesquisas que vocês desenvolveram?

Rosana Heringer – Muito obrigada pelo convite, aos colegas da Unirio e da Oxfam. Ao longo do segundo semestre do ano passado, quando concluímos a pesquisa, nós (e outros pesquisadores do tema) ficamos frente a uma data significativa: dos dez anos da Lei de Cotas, que foi em 2012.

Estávamos em um contexto político muito delicado e de muita incerteza em relação ao que iria acontecer no Brasil em 2023. Estávamos em um cenário pré-eleitoral, de um grande desmonte das políticas educacionais. O próprio Ministério da Educação, com a questão do teto de gastos, vivia uma precariedade em termos de recursos. Todos os cortes orçamentários que foram feitos afetaram diretamente as universidades. Enfim, nós estávamos pensando, avaliando e refletindo sobre os efeitos da Lei de Cotas em um cenário político de muita incerteza.

Hoje é o primeiro evento público de que eu estou participando em 2023, depois das férias e depois das eleições. Claro que não podemos ser ingênuos e achar que está tudo resolvido, por

que está longe de estar. Mas, podemos olhar para esse cenário, para esses temas que a gente trabalha, dentro de um contexto de possibilidade de retomada de algumas políticas importantes, de fortalecimento de algumas ações que nós consideramos importantes e estão como recomendação ao final de nossa pesquisa. Isso é uma sinalização importante para começarmos a nossa conversa. Temos um cenário muito desafiador, mas, ao mesmo tempo, de alguma esperança, uma expectativa de algumas mudanças importantes.

Dito isso, vamos a alguns dos achados da pesquisa. Foi uma pesquisa bem extensa. Nós analisamos todos os dados secundários disponíveis no Censo da Educação Superior nas sessenta e três universidades federais existentes em 2019. Também fizemos estudos de caso em seis universidades federais, uma de cada região do Brasil, mais a UFRJ. Fizemos também uma pesquisa sobre como as ações afirmativas estão ou não estão presentes nas avaliações institucionais e nos debates sobre autoavaliação institucional e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, dentro dessas universidades que pesquisamos. Considerando o volume dos dados que a gente levantou e analisou, fiz um esforço de destacar três pontos para começar a nossa conversa.

O primeiro ponto a destacar é o aumento numérico significativo de estudantes cotistas nas universidades federais, especialmente estudantes pretos e pardos. Tivemos essa evidência a partir dos dados do Censo de Educação Superior. Isso é importante, porque não ocorreu somente em cursos onde os estudantes negros já estavam presentes, mas também em cursos onde eles estavam menos representados no início da década de 2010. **Se pensarmos estritamente no efeito numérico, o resultado da Lei de Cotas é muito significativo, porque, de fato, contribuiu para essa diversificação do perfil dos estudantes nas universidades federais.**

Um segundo achado que eu destacaria é a questão da insuficiência das políticas de permanência de apoio estudantil, assistência estudantil, apoio pedagógico, enfim, em todas as dimensões envolvidas na permanência. Eu destaco que isso se dá tanto do ponto de vista dos recursos disponíveis, porque houve de fato todo esse cenário de cortes, quanto pela dificuldade adicional nos últimos anos, trazida pela pandemia. Em um cenário de recursos reduzidos e escassos, as universidades tiveram que implementar mais ações de apoio do que elas tinham antes.

A insuficiência de recursos para as políticas de permanência restringe ações que promovam o engajamento acadêmico, tais como apoio pedagógico e ampliação do senso de pertencimento. Mas, de fato, as universidades ainda estão muito pouco preparadas e ainda estão muito limitadas nas suas ações, visando essa ampla definição do que é a permanência do estudante.

E, por fim, em terceiro lugar, destaco o aspecto referente à avaliação institucional. Concluímos que **a implementação da Lei de Cotas não está devidamente abordada na avaliação institucional, como prevista dentro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.** Ela não aparece como uma das dimensões da avaliação. Isso nos aponta para o fato de que as universidades não são avaliadas e não se avaliam, tendo em conta a perspectiva da inclusão, do sucesso acadêmico dessa diversidade de estudantes que ingressa. Assim, a mudança fica muito invisibilizada. Essa, inclusive, é uma recomendação que a gente faz, em termos de avaliação.

Adriano Senkevics – Obrigado pelo convite. Obrigado pela excelente fala da professora de todes, a Rosana Hering. Vamos lá! Na minha pesquisa, eu cubro esse momento histórico, que eu chamo de “segundo ciclo de expansão”: do final dos anos noventa até meados de 2015 / 2016, quando a crise econômica começa a pegar mais forte no Brasil e que também virou uma crise política e, logo depois, virou uma crise sanitária. Fomos engatando uma crise em outra crise e acabamos não tendo uma possibilidade de olhar para trás e fazer um balanço do que se caminhou. Estamos fazendo isso agora, de uma certa maneira, entendendo um pouco o que ficou para trás desse processo todo.

Eu mostro, no meu trabalho, que vivemos um ciclo virtuoso de garantia de direitos e de ex

pansão de oportunidades, tanto no mercado de trabalho quanto nas universidades, no acesso à educação, na educação básica, mas muito marcadamente também no ensino superior. Uma expansão do ensino superior de uma dimensão impressionante. A gente sai de um milhão e meio de matrículas nos anos noventa para oito milhões e meio vinte e poucos anos depois. É um crescimento muito grande, entremeado por políticas de ação afirmativa, que é também numa escala que poucos países têm.

Eu considero a nossa Lei de Cotas muito avançada, pelo desenho que ela tem, pela ousadia de abranger todos os cursos, turnos e todas as instituições vinculadas ao Ministério da Educação - MEC, mas também pelo fato de ela ter critérios socioeconômicos, raciais e, depois, incluindo pessoas com deficiência. Então, ela é uma lei poderosa.

E tudo isso é um ciclo virtuoso que a gente viveu, mas do qual começamos a perceber os sinais de desgaste depois de 2014 / 2015, quando começa a parar a expansão do setor público, que fica inercial, que para de expandir ou tem um aumento muito irrisório de matrículas. E o setor privado presencial também para e passa a cair. Diante disso, **o que sustentou a educação superior no Brasil pós 2015 foi a Educação a Distância - EAD no setor privado. Então, não só se interrompeu um ciclo de crescimento, mas se reconfigurou essa expansão, indo do setor presencial para o setor a distância, que hoje tem maioria dos ingressantes no ensino superior brasileiro.** Já faz alguns anos que tem ingressado mais pessoas na EAD do que no presencial. No Brasil, ainda não entendemos muito bem o que está acontecendo. Não entendemos muito bem nem as consequências possíveis disso para a formação de professores, que é a ponta de lança da EAD privada.

Ao mesmo tempo, fomos vendo um declínio de certos programas: o Sistema de Seleção Unificada – SISU, claramente decaindo pós 2015; o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, também começando a perder tração; mais recentemente o Programa Universidade Para Todos - PROUNI; o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES foi muito enxugado. Hoje, o FIES está em um patamar inferior ao patamar para a expansão. É um programa que não tem mais escala para o Brasil de hoje, ele não atende mais às necessidades do Brasil. Com todas as críticas que se tem ao FIES, eu não estou nem entrando no mérito do programa.

A política de expansão não está mais na escala das necessidades que o país tem.

O que temos percebido é encolhimento de políticas e aumento das dificuldades da vida das pessoas, mercado de trabalho, queda de rendimentos, as famílias mais pobres, mais desemprego. O custo, tanto financeiro quanto de oportunidade de ter um jovem dedicando-se ao estudo, ficou muito maior. Quando achamos que se poderia tapar um pouco desse buraco, veio a pandemia (e a gestão muito complicada na pandemia). Os efeitos da pandemia na educação são muitos e a gente não equacionou isso muito bem, ainda. Não conseguimos nem entender direito o que aconteceu com a evasão efetivamente nem avaliamos bem as quedas de aprendizado que tivemos. Alguns países já resolveram, caiu o aprendizado e já se recuperou. A gente nem conseguiu medir direito essa queda, ainda. Então, estamos muito atrasados nesse debate.

Hoje, quando olhamos as últimas edições do ENEM vemos que ele está apontando para uma elitização do ensino superior. **O perfil de jovens que faz o ENEM em 2021, com relação a 2020, é mais branco, mais jovem, de famílias mais escolarizadas.** Então, estamos percebendo, talvez, uma (re)elitização do ensino superior. **Reverteu-se o movimento anterior, a ponto de observar uma (re)elitização? É uma pergunta que eu estou fazendo. Eu acho que o desafio, daqui para a frente, é olhar isso. Estamos (re)elitizando? Essa questão que eu vou deixar, por enquanto.**

Evelyn Lima – Eu queria dizer que falo tanto como pesquisadora quanto como pessoa que vivenciou essas políticas públicas dos últimos anos. Eu começo falando sobre a minha trajetória. Fui entender um pouco mais sobre a universidade no ensino médio técnico, realizado no Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET. Para quem não sabe, o CEFET é uma escola técnica, que se iniciou no Maracanã. O CEFET em que eu estudei, na cidade de Nova Iguaçu, foi

oriundo de políticas públicas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Ou seja, o meu início de trajetória já se dá mediante essa política.

Eu não conhecia nada sobre universidade, não tinha noção sobre o ensino superior, eu fui aprender isso quando eu entrei nessa escola. Quem faz esse tipo de pesquisa de transição, do ensino médio para o ensino superior, sabe que as famílias veem no ensino técnico, principalmente, uma forma de o filho não ficar desempregado, uma forma de expandir os horizontes. No “campo de possibilidades” das famílias está o ensino técnico. Eu fui nessa estratégia de ver o ensino profissionalizante como uma forma de emprego mais rápida. Assim, eu estudei para fazer a prova do CEFET.

Mas, já nessa primeira tentativa de concurso público para um instituto federal, eu percebo certas dificuldades. Tanto eu quanto a minha irmã (eu tenho uma irmã gêmea) demoramos muito para conseguir entrar no CEFET, porque o nosso ensino anterior, em uma escola estadual, deixou muitas defasagens. Então, nós atrasamos um ano, pois não fizemos o primeiro ano para tentar, mais uma vez, a escola técnica. E, quando a gente entra no CEFET, vemos que muitas outras pessoas faziam isso: repetiam o primeiro ano propositalmente, para começar o ensino técnico, porque não conseguiam entrar. Quando estavam no nono ano, iam para o primeiro ano e tentavam, de novo, essa prova. Com isso, criava-se uma defasagem idade/série como uma estratégia para se situar em um ensino público de melhor qualidade.

Como dito inicialmente, foi dentro do CEFET – a partir dos próprios professores – que eu comeci a compreender mais sobre universidade, sobre o que era mestrado e doutorado. A gente não tinha essa noção dentro de casa. Isso não é uma questão só de uma família, obviamente. Rosana e Adriano, como pesquisadores, sabem que isso é uma questão geral no Brasil. Muitas pessoas foram as primeiras das famílias a entrar na universidade, graças a essas políticas públicas. Tendo pai e mãe pouco escolarizados, consegui aumentar a escolaridade da família levada por políticas públicas. Fui compreendendo melhor o que são essas políticas e o que é a universidade já dentro desses espaços.

No meu caso, cheguei na Universidade e participei de pesquisas sobre a própria Universidade, mais especificamente sobre políticas de ação afirmativa. Para me manter na universidade, consegui uma renda por meio de bolsa de pesquisa. Como a professora Rosana fez referência, tenho muitos outros amigos que entraram na universidade, mas não iriam conseguir se manter se não tivessem algum tipo de renda.

Eu morava muito longe do campus, morava em Nova Iguaçu e estudava na Urca. Para arcar com os custos de distância, as políticas de assistência estudantil foram essenciais para a minha permanência. Ou seja, dentro da própria universidade, vivenciando a política de cotas, sendo parte dessa população beneficiada – população de baixa renda, pretos e pardos – eu comeci a me dedicar, também, a pesquisas sobre mudanças no perfil universitário.

O meu Grupo de Pesquisa inicial tinha como objeto “as ações afirmativas”. Visitamos um colégio estadual e vimos uma grande dificuldade de informação sobre a universidade entre alunos. Parece que o ENEM é acessível para todo mundo, porque tem comercial na televisão. Mas não é. Prevalece a falta de informação, mesmo entre alunos que poderiam estar fazendo as provas. Na mesma pesquisa, nós vimos o quanto as políticas de permanência na universidade são de pouquíssimo conhecimento para quem está fora desse ambiente. Durante a pesquisa, buscamos conversar sobre isso com os alunos. No começo, eles diziam: “ah, eu não tenho tanto interesse assim em universidade”. Mas, quanto mais a gente conversava sobre essas políticas, mais os alunos começavam a ter interesse. **Na verdade, não é que aqueles alunos do ensino médio não tivessem interesse em universidade, eles não entendiam muito como se dava esse processo.**

SEGUNDA RODADA: Considerando esse marco dos dez anos da Lei de Cotas, quais deveriam ser as pautas prioritárias, hoje, para preservar e aperfeiçoar o que foi legislado?

Considerando as experiências passadas, quais os temas que a gente não poderia deixar de olhar agora?

Adriano Senkevics – Eu acho que as cotas voltaram à cena .

A revisão não aconteceu no ano passado, nesse tempo do marco dos dez anos, muito por uma decisão política de setores progressistas do Congresso Nacional, de não abrir a discussão sobre uma legislação de tamanha importância no contexto político tão complicado. De certa maneira, é inevitável que se discuta as cotas agora. Mas o caminho que vai levar a esse debate vai depender do quanto o Governo Federal, o Executivo, vai comprar as brigas, o quanto ele vai ser protagonista na proposição de uma revisão, de um Projeto de Lei - PL, de uma medida provisória. Isso é o que está sendo debatido agora, no âmbito do Governo Federal.

Eu queria falar um pouco sobre as cotas. Eu acredito que temos alguns trunfos na política de cotas que devem ser mantidas. Independentemente de qualquer revisão que seja feita ou que não seja feita, mas essa abrangência dela em Instituto de Ensino Superior – IES (curso e turno) é fundamental. E esse caráter multidimensional de olhar para questões socioeconômicas e questões raciais é fundamental também. Nós avançamos muito na legislação, ao permitir uma política de ação afirmativa que tivesse um olhar para o enfrentamento de desigualdades raciais. O Brasil é um país que é, historicamente, muito complicado para se fazer qualquer tipo de política de reparação racial. **A Lei das Cotas é um marco. Ela é polêmica porque está trabalhando com redistribuição de recurso, porque toca em um conflito distributivo histórico que está colocado para a sociedade brasileira. É natural que ela gere incômodos e vai gerar mesmo, tem que gerar. Se não gerar incômodo, é porque não está gerando mudança.**

Ela é positiva, mas eu acho que tem alguns pontos em que a gente pode pensar, para a sua melhoria. Tem coisinhas muito pontuais, por exemplo, a proporção de negros e indígenas que vão entrar na universidade não pode estar ancorada no nosso censo demográfico de 2010. Eu sempre defendo que ela tenha como referência uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mais recente, porque a população brasileira mudou ao longo do tempo, com a maior assunção identitária em prol de pretos e pardos.

Eu finalizei, na semana passada, um estudo, que assinei com o Inácio Bó, que inclui uma proposta de alteração nas regras de ocupação das vagas de cotista do SISU. Ali, a gente constata um problema antigo sobre essa questão de que os cotistas só competem entre si. Quem declara um interesse em competir por uma modalidade de concorrência, por exemplo, escola pública, baixa renda, PPI¹, só vai competir com pessoas de escola pública, baixa renda e PPI na chamada regular do SISU. E isso é um problema, porque a pessoa que tem nota suficiente, que não precisaria ocupar uma vaga de cota, acaba ocupando uma vaga de cota e tira a vaga de alguém que precisaria daquela vaga. A gente conseguiu, pela primeira vez, quantificar essa distorção no SISU e chegamos a um número. Apenas com dados do SISU de 2019, primeiro semestre, dez mil pessoas deixaram de ingressar por causa dessa forma de ocupação da vaga. E, quando a gente corrige esse problema, quando simula uma correção e aplica essa correção nos dados, a gente constata que são dez mil pessoas que deixam de entrar.

Então, se essas dez mil pessoas entrarem, é óbvio que elas estarão substituindo outras pessoas, e o que acontece com o perfil da universidade? Praticamente, não muda. Na verdade, aumenta mais ou menos mil PPIs, aumenta umas três mil pessoas de baixa renda e não tem queda na nota. Na verdade, a nota até cresce um pouco, a nota média de ingressantes cresce um pouquinho, mas aumenta também o percentual de pessoas que ingressam nas suas primeiras opções de curso. O que é muito positivo, porque é mais vocacional. Ou seja, é uma mudança que corrige uma distorção, acaba com as reprovações injustas, não precisa alterar a Lei de Cotas, ela é infralegal, ela poderia ser realizada via portaria do Ministério da Educação e tornaria a Lei de Cotas muito mais equitativa e muito mais eficiente, sem mudar uma linha da legislação. Isso

1 *Política de Ação Afirmativa Pretos, Pardos e Indígenas.*

precisa estar na agenda do Governo, estamos construindo isso para mudar. Está aí uma excelente revisão da política sem mudar a lei.

Rosana Heringer – É excelente a notícia do Adriano sobre esse estudo. Acabei de baixar aqui para ler. Isso é algo a respeito de que nós conversamos no ano passado, a partir do resultado das pesquisas que foram divulgadas. O Adriano já vinha trazendo isso, que apareceu muito fortemente nos debates. **Quando se restringe os estudantes cotistas a concorrerem entre si, você acaba reduzindo as chances deles.** E então, essa é uma proposta excelente. Acho que já fica endossada por nós e acho que a Oxfam Brasil e a Unirio também já podem colocar isso como uma contribuição e uma recomendação desse debate, sem dúvida. É muito interessante o fato de que essa melhoria que não demanda alteração legal. É algo que pode ser feito na operacionalização do SISU, o que é muito importante.

Nós conversamos no ano passado, como resultado da pesquisa que coordenei, sobre o critério de renda, e avaliamos que precisaria haver mais estudos sobre o assunto. É importante observar que o critério de renda, para ser beneficiado pelas cotas como está hoje, de até um salário-mínimo e meio per capita, é muito alto para o padrão brasileiro. Na verdade, focaliza-se pouco estudantes de famílias de menor renda. Esse é um tema para a gente pesquisar mais e desenvolver mais essa questão da revisão do recorte de renda do SISU como um dos critérios.

Uma outra questão, que remete a um dever de casa para as universidades, diz respeito ao acompanhamento dos alunos. Existem algumas iniciativas isoladas, mas ainda são muito desiguais e há pouco registro e pouca análise disso. Em nossa pesquisa, fizemos um esforço para olhar como as universidades fazem o acompanhamento do percurso dos estudantes, não só dos estudantes cotistas. É claro que, quando estamos falando da Lei de Cotas, é importante olhar especificamente para os cotistas. Mas, em geral, **as universidades não têm um bom sistema de acompanhamento de quem entra, como entra, qual o perfil, que tipos de dificuldades de qualquer tipo, de permanência, dificuldades acadêmicas e econômicas que os alunos têm.** Há muita fragilidade, ainda, na maneira como as universidades acompanham esses dados e isso também dificulta pensar as respostas para os cotistas.

Importante também é considerar, como o Adriano destacou, a necessidade de refletir mais sobre os efeitos da pandemia em todo o sistema educacional e no ensino superior, em particular. Por um lado, foi todo esse desastre, esse caos que a gente viu. Mas, no caso das universidades, eu diria até que teve algo que foi positivo, porque as universidades tiveram que olhar muito para os estudantes e ver o que estava acontecendo. Tivemos que nos mexer muito rápido para olhar e entender: “e agora o que precisa? Chip de internet? Emprestar computador? Auxílio inclusão digital?” De fato, **a maneira como a universidade respondeu, em relação às ações para a pandemia, não pode se perder. Precisamos manter essa atenção e esse foco de olhar, de fato, quais são as demandas, inclusive no processo de escuta dos estudantes. Escutar os coletivos estudantis, escutar os centros acadêmicos e ter essa possibilidade de ver quais são as demandas que têm se colocado.**

Voltando agora para a questão da lei, precisamos olhar especificamente para a situação dos indígenas e dos estudantes com deficiência. Temos observado que, ao usar esse critério numérico, pretos/ pardos/ indígenas como um percentual que inclui os três grupos, a gente acaba não conseguindo incluir estudantes indígenas como seria desejável. Muitas vezes, o percentual do chamado PPI (pretos/pardos/indígenas), que está previsto na lei, fica mais ocupado por estudantes pretos e pardos e por poucos estudantes indígenas. **Teria que se pensar, talvez, outros mecanismos, como algumas universidades já têm feito, vestibulares com processos seletivos próprios para indígenas, formação complementar, bilíngue e outras ações para poder, de fato, trazer mais esses estudantes para a universidade. Deficiência também é algo que precisa ser melhor olhado. Nós não tivemos esse olhar específico na nossa pesquisa, mas sabemos das grandes dificuldades que as universidades têm tido para atender às demandas específicas de vários tipos de pessoas com deficiência dentro de cada curso, de cada**

área.

Evelyn Lima – Muitas questões interessantes para comentar. Eu quero voltar um pouquinho na questão do ENEM, que o Adriano tinha abordado, que é, hoje, o instrumento principal para a entrada na universidade. Para minha tese de doutorado, estou retomando essas políticas e os últimos dados mostram o quanto **o ENEM decaiu, de nove milhões em 2016, para dois milhões de inscritos, três milhões de inscritos, nos últimos dois anos, 2020 e 2021. Seria só por causa da pandemia?**

Enquanto pesquisadora, pergunto se esse menor número de inscritos no ENEM também não estaria relacionado a uma possível perda de esperança, vinda dos últimos anos, marcados pelo alto desemprego juvenil e pela falta de políticas a favor do trabalho decente. Com tantos trabalhos informais, o famoso “empreendedorismo”, pergunta-se: “o que eu vou fazer na universidade?” “Para que a universidade vai servir?” Sei que é algo difícil de se afirmar, isso de que houve uma perda de esperança. Mas a gente precisa começar a se indagar e pesquisar sobre essa falta de interesse pela universidade. Por que não se enxerga nela uma ponte para um futuro melhor? Eu acho que não é só por causa da pandemia, mas que há uma desesperança em relação ao ensino superior, por causa do nível de desemprego que a gente tem vivenciado.

A questão do ENEM remete, também, ao que Adriano e Rosana falaram sobre o SISU. O SISU tem direcionado os estudantes para os cursos em que eles vão passar e não, necessariamente, para os cursos que eles querem. **Certamente, a mudança no ensino superior, nesses últimos anos, foi uma mudança muito grande, nós conseguimos ver alunos diversos, muito mais do que anos anteriores. Mas a pergunta que fica é: em quais cursos e onde estão esses alunos diversos?** Por exemplo, na minha turma de ciências sociais, tinha muita diversidade, tinham muitas mulheres, muitos alunos pretos e pardos, mas na turma da minha irmã, que fez engenharia, ela era a única pessoa pertencente ao grupo de pretos e pardos, a única, entre cinquenta alunos. Mesmo o curso sendo no CEFET no Maracanã – muito procurado por, justamente, ter uma proximidade maior com outras cidades do entorno, da Baixada Fluminense, da região metropolitana – e, mesmo assim, por ser um curso de engenharia, era majoritariamente branco. E tudo isso também faz a gente refletir sobre a questão da evasão. **Para onde os alunos evadem? Eles realmente saem da universidade ou eles estão indo, no meio do ano, para o curso que eles realmente queriam?**

Voltando a falar sobre **os efeitos da pandemia**, como Rosana comentou, tomara que um deles seja o aprendizado da universidade, no sentido de estar próxima aos alunos. **Enquanto aluna de uma mesma instituição – onde eu fiz graduação, mestrado e doutorado –, eu tive essa impressão de que, durante a pandemia, a universidade ficou muito mais próxima dos alunos.** A gente começou a receber muitos e-mails sobre saúde mental. Tendo rodas de conversas sobre saúde mental. Preocupando-se sobre como estava sendo o processo de aprendizado durante as aulas on-line, sobre a questão com os professores.

Durante a Covid-19, na pandemia, o distanciamento social fez com que a universidade começasse a refletir mais sobre a relação entre universidade e alunos. Eu senti que os alunos conseguiram se informar melhor, até alguns, que tinham matéria trancada, reabriram. **Inclusive, para conseguir ter as aulas on-line, foi preciso um diálogo com os alunos cotistas pois o momento exigiu uma reflexão sobre como esses alunos iam ter acesso às aulas on-line.**

É verdade que muitas pessoas não tinham uma qualidade de internet suficiente para assistir a aula on-line. No início da pandemia, a minha internet, por exemplo, era horrível. Eu tive que mudar e, depois de seis meses de pandemia, era muito difícil acompanhar as aulas, sempre caindo e voltando a internet. Mas, ao mesmo tempo, para alguns alunos que moravam muito distante, esse período foi importante para conseguir fazer o máximo de matérias possíveis sem pesar muito no bolso, por conta da passagem. Temos que aprender com isso.

TERCEIRA RODADA: Na primeira rodada, vocês olharam para trás, contaram um pou

co de suas pesquisas iniciais. Depois, foram atualizando as problemáticas. Agora, convidamos vocês a uma mirada para a frente: quais mudanças, quais programas, quais políticas, quais ações são importantes para pensarmos em um futuro imediato?

Adriano Senkevics – Eu adorei a fala da Evelyn, estou totalmente de acordo com a leitura que ela fez. Essa questão da queda pela procura do ensino superior tem muito a ver com um reajuste de expectativas para baixo, da escolarização e da inserção profissional dessas pessoas. Não só porque estamos falando de um momento em que o desemprego está maior, mas porque ele afeta, sobretudo, a juventude. Tradicionalmente, a juventude tem uma inserção mais precária no mercado de trabalho, mas também porque, mesmo quem está empregado, está mal-empregado, pessoas com nível superior estão subocupadas.

Então, é toda uma situação mais delicada do mercado de trabalho que, obviamente, as pessoas sentem. Percebe-se esse clima geral de recessão no tocante às oportunidades. Quando o país está em um ciclo de crescimento, um aumento de mais esperanças, parece que as pessoas ficam mais abertas para o novo, o clima muda. O clima meio de ódio, de ressentimento que o Brasil tem vivido diz muito, também.

Já sobre essa ressalva que a Evelyn fez sobre a pouca inclusão de pessoas nos Cursos de maior prestígio, é verdade. Mas nós temos visto que, depois da Lei de Cotas, houve também uma mudança na cara dos cursos mais elitizados. **É óbvio que tem um debate superdelicado aí, sobre questão das fraudes que parecem ter acontecido com mais força, justamente, nesses cursos mais concorridos, onde a nota vai fazer muita diferença. Espera-se que o Brasil tenha, hoje, uma maturidade muito maior do que tinha há dez anos, para lidar com essa discussão. Não se trata de dizer: “Ah, tem fraude? então não vamos fazer a política!”. Mas, se for pensar assim, tem fraude no Bolsa Família... Então, vai parar de pagar o Bolsa Família? Tem fraude no imposto de renda, você vai parar de pagar imposto de renda? O mal uso da política não pode invalidar a ação do Estado. Então, é saber lidar com o problema e fazer as correções necessárias. A gente aprendeu a lidar com isso.**

Olhando para a Federal de São Paulo, a UNIFESP, que é conhecida como Escola Paulista de Medicina, vemos uma mudança muito grande no perfil dos futuros médicos, cresceu demais a presença de pessoas negras vindas de escolas públicas, mais do que dobrou. Ao se olhar o Curso de Letras, que era um dos cursos mais populares, mesmo com a Lei de Cotas, temos uma queda na presença de pessoas de um perfil mais vulnerável.

Isso significa o quê? Aquela pessoa, que antes ia para aquele curso que era o mais seguro para entrar, agora está falando: “Opa, agora, com a ação afirmativa, eu acho que posso tentar aquele outro curso que eu quero mesmo, que é o curso da minha vocação”. Então, acaba migrando do curso possível para uma escolha talvez um pouco mais ousada. Esse movimento a gente fez. Não sei se estamos voltando no sentido contrário. Eu não sei dizer o quanto isso é pendular. É uma questão que precisamos acompanhar.

Já a professora Rosana levanta um ponto que eu considero muito relevante, o da questão dos indígenas. Existe uma proposta, um substitutivo do deputado Bira do Pindaré, que quebra a cota étnico-racial em três subcotas: uma cota para pretos e pardos – vamos chamar de cota para negros, uma cota para indígenas e uma cota para quilombolas. Isso pode ser implementado? Pode. Temos que pensar direito como é que vai se medir a proporção de quilombolas e indígenas por estado, porque sabemos que, amostralmente, eles são muito pequenos e, a cada ano, você tem uma oscilação. Talvez seja difícil ter uma medida precisa para se ter uma referência de inclusão na universidade, mas é possível equacionar isso tecnicamente.

A professora Rosana também falou que existem algumas universidades que fazem o vestibular indígena. As universidades têm liberdade para poder pensar subcotas específicas, também. Em alguns estados, talvez essa questão dos indígenas seja realmente muito importante, em outros estados talvez menos. Então, quem sabe, considerar a heterogeneidade regional module um pouco isso. Mas o fato é que essa mudança – de se especificar uma subcota indígena, uma sub

cota quilombola –, se não fizer essa alteração no SISU, não vai dar certo. Porque quanto mais a cota fica específica, mais as distorções e ocupação de vagas se amplificam.

São coisas que têm que caminhar paralelamente, uma reflexão política sobre o destino da política de ação afirmativa e uma reflexão mais metodológica operacional de como implementar isso, respeitando os princípios do espírito da legislação.

Rosana Heringer – Ficou evidente, no nosso trabalho – cujos resultados estão disponíveis em e-book¹ – e em outras pesquisas realizadas, a mudança de perfil. Comparando as informações, no Censo do Ensino Superior de 2010 só tínhamos 6% dos alunos entrando por algum tipo de reserva de vaga nas universidades federais, enquanto no Censo realizado em 2019 já havia 35% de alunos que tinham ingressado por algum tipo de reserva, combinando os diferentes tipos de cota. Isso já representa uma mudança significativa.

É claro que, na questão racial, como o Adriano apontou, **temos que seguir aperfeiçoando o tema da heteroidentificação, que tem que ser reforçada para evitar os casos de pessoas que não são socialmente percebidas como negras ingressarem em vagas destinadas a alunos negros.** Mas eu concordo plenamente que isso não é motivo para que a política não seja feita.

Em relação à pós-graduação, o que nós temos visto é que, se tem mais estudantes negros concluindo o ensino superior na graduação, vai haver uma expectativa de que esses estudantes ingressem na pós-graduação. Eles vão criar um outro horizonte de expectativas e de oportunidades. Acho que ainda são muito tímidas as políticas voltadas para ação afirmativa na pós-graduação. Não temos uma resolução nacional sobre isso, sabemos que só existe aquela portaria da CAPES de 2016, que é uma recomendação, ela não obriga. Porém, **temos tido decisões de conselhos universitários definindo o percentual de vagas para ação afirmativa em programas de pós-graduação em todo o Brasil.**

Ana Venturini, que está agora no Ministério da Igualdade Racial, fez um belíssimo trabalho sobre isso e vinha acompanhando esses dados. Acho que é importante seguir os dados que ela tem analisado. **Mas tem muitas universidades, a grande maioria, que ainda não têm uma resolução para a pós-graduação.** Então, o que acontece? Fica caso a caso, a critério de cada programa e, aí, é muito pouco o que se consegue avançar. Além disso, geralmente, isso acontece em programas da área de ciências humanas. Em outras áreas como de ciências exatas e saúde, os programas de pós-graduação são minoritários na adoção dessas políticas. Então, ainda temos um longuíssimo caminho.

Evelyn Lima – Eu ainda estou muito no início dessa vida de pesquisadora. Mas, considerando minha pesquisa de doutorado sobre as projeções para o futuro de jovens no final do ensino médio, eu percebo que há falta de acesso à informação sobre o que é a universidade. Os estudantes deveriam poder fazer a escolha depois de saber como a universidade funciona, depois de entenderem sobre os cursos e, aí, sim, escolher entrar ou não entrar. Falta uma educação anterior que possibilite isso. **Para os jovens que estão no terceiro ano do ensino médio dos colégios públicos, principalmente os estaduais, falta a informação e falta incentivo.**

Relembro aqui, mais uma vez, a minha primeira incursão em pesquisa no Grupo de Pesquisa PET Diagnóstico e Análises de Políticas de Ação Afirmativa, quando tivemos a experiência de estar em um colégio na zona oeste do Rio de Janeiro (para quem não conhece, é um lugar bastante marginalizado), a forma com que conseguimos que os alunos prestassem atenção no que estávamos falando foi, justamente, destacar as possibilidades de acesso e permanência na universidade.

Quando nós começamos a conversa com os estudantes, eles ficavam rindo. Normal, juventude,

1 *HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (Org.). 10 anos da Lei de Cotas. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação UFRJ; Ação Educativa, 2022. PDF. Disponível em: <https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf>.*

jovens alegres, rindo bastante, aproveitando que não tinham aula. Eles não estavam dando muita confiança para a gente. O nosso start foi falar que, na universidade, havia várias possibilidades de renda. O que fez com que o auditório começasse a prestar atenção foi falar: “olha, mas a gente está aqui, estamos fazendo uma pesquisa pela qual a gente recebe um auxílio”. Assim, as pessoas começaram: “Ah, então vocês conseguem pagar passagem com esse auxílio?” “Mas, a universidade é de graça mesmo?” Foi quando começamos a conversar com os alunos sobre o curso que a gente fazia, sobre as possibilidades da universidade, sobre a localização das universidades que eles começaram a ter interesse. Essa experiência me fez refletir ainda mais sobre a questão da falta de informação.

Em outras entrevistas de pesquisas, quando perguntei: “você sabe o que é o ENEM?” A resposta foi “Sei”. A pessoa sabia, mas, às vezes, não prestou o exame. “Ah, por que não fez o ENEM?” “Porque eu não quis, porque eu não entendia muito o que era”. Em uma dessas entrevistas, que eu fiz para a minha tese de doutorado, a entrevistada falou assim: *“eu não sabia nada de universidade, eu queria fazer medicina e a minha mãe falou que não podia pagar. Só depois que eu comecei a estudar no curso preparatório é que eu entendi que existiam universidades que não eram pagas. Só que ficou a questão de que é um curso muito caro de manter e eu fui desistindo desse sonho. Agora, eu vou seguir carreira militar, porque é um emprego fixo, é um emprego certo”*. Ou seja, além do acesso, tem a questão da permanência, que é essencial para esses jovens das camadas populares que começaram a entrar na universidade, mas, nem sempre, conseguem se manter. Para mim, foram importantes a bolsa de auxílio alimentação e a pesquisa de que eu participei. E, mesmo assim, eu ainda tive que trabalhar nos empregos informais. Trabalhava em festa, em colônia de férias e, dessa forma, eu consegui me manter perto da universidade, caso contrário, eu não conseguiria.

É assim para os jovens que estão nessa correria da vida. São vários e vários colegas que têm essa mesma história. Dizem: “eu estou na universidade de manhã e, de tarde, eu estou em um emprego no restaurante”. “Eu prefiro estudar de noite na universidade, porque, de manhã, eu consigo trabalhar”. Por isso, é grande a demanda de cursos noturnos. Também por isso os cursos mais concorridos, que tendem a ser em período integral, acabam afastando estudantes que precisam trabalhar. Não podem deixar de trabalhar para estar na universidade, porque o trabalho é primordial, por não ter como ser sustentados por pai ou mãe. Esse é um horizonte que a gente tem de pesquisar para pensar efetivas políticas públicas para a permanência da juventude trabalhadora, juventude preta e parda e indígena na universidade pública.

RECADOS PARA REFLETIR

“A expansão do ensino superior coloca o desafio de como lidar com um jovem que não é de um perfil típico do ensino superior. Esse jovem vai precisar de mais auxílio, porque ele não tem o capital social de uma família de classe alta. Temos que entender, também, como essa pessoa cotista está conseguindo concluir ou não o curso, se ela está entrando no mercado de trabalho ou não. Que mercado de trabalho ela está encontrando? A entrada no mercado de trabalho também tem que ser assistida.” - Adriano Senkevics

“É importante pensar na recomposição do orçamento da educação, na recomposição do orçamento das universidades públicas, das universidades federais e na questão específica do orçamento do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que também precisa ser retomado.” - Rosana Heringer

“A gente não pode olhar só para dentro da universidade. Temos que ter programas de extensão,

programas que façam esse “trabalho de base”, que cheguem até o jovem que não está e nem sonha estar na universidade. Temos que conversar sobre acesso com jovens do ensino médio. Abrir horizontes.” - Evelyn Lima

MATERNIDADE E EDUCAÇÃO: NOTA DE PESQUISA

Rosilaine Gonçalves da Fonseca (UNIRIO)

Como venho me debruçando nos estudos sobre a relação entre maternidade e educação há alguns anos, o que tenho percebido é que os “encargos da maternidade” têm se configurado como um problema de grande impacto social, por gerarem sobrecarga de tarefas e, consequentemente, mitigação de direitos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) revelam o quanto, em 2022, ainda se mostra desigual a responsabilidade pelas tarefas domésticas e/ou o cuidado de pessoas entre mulheres e homens trabalhadores. A média da dedicação feminina a este tipo de ocupação é de 6,8 horas a mais que a média masculina, mesmo que elas também estejam inseridas, assim como seus parceiros, em algum trabalho remunerado fora do domicílio.

Quando voltamos o olhar para as jovens mães cotistas da pós-graduação, as dificuldades em conciliar a vida acadêmica com a maternidade se agravam. Ser mãe cotista – durante a graduação, o mestrado e o doutorado – torna-se um ato de coragem. Dado o grau de exigência dos cursos, da pesquisa e da redação de trabalhos, dissertações e teses, muitas mulheres/mães interrompem suas trajetórias educacionais.

É verdade que as dificuldades das mães universitárias remetem à necessidade de mudança de mentalidade que promova transformações dos papéis sociais atribuídos à mulher na sociedade. É verdade também que é preciso se perguntar o quanto diferenças de gênero interferem e dificultam carreiras científicas.

Porém, há ações institucionais que podem ser implementadas imediatamente, para atender demandas das mães que chegaram na pós-graduação por meio de políticas públicas de acesso ao ensino superior. Com essa perspectiva, é preciso valorizar o surgimento de coletivos de mães universitárias, que tecem redes de apoio, incentivam o empoderamento feminino e trazem suas demandas específicas para o espaço público. O que se reivindica é que as políticas de cotas, para além do acesso, implementem ações de acolhimento que ofereçam suporte às mulheres na condição de mães e estudantes.



5. Insubmissas: trajetórias e lutas de mulheres negras na pós-graduação

Aquiles Coelho Silva, Ana Cristina dos Santos Araújo, Rita Maria da Silva Passos e
Sílvia Regina Nunes Batista.

Aquiles Coelho Silva - Queria começar saudando os mais velhos, saudando os meus mais velhos, os nossos mais velhos. Isso vai conferindo sentido de estar aqui, estar entre os nossos. Eu sou Aquiles Coelho Silva, um homem negro, não mais tão jovem, com cabelo comprido e amarrado, barba, de pele clara e vestindo uma linda camisa verde e uma correntinha. Sou da Zona Sul de São Paulo, da Vila Missionária, minha família é de lá, cresci por ali, na região da Cidade Ademar. Me formei economista pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e hoje estou cursando o mestrado em planejamento urbano no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ.

Participei ativamente da luta e da implementação das cotas raciais na UNICAMP, tanto do movimento de cotas para a graduação quanto de alguns movimentos de cotas para a pós-graduação, como os das Faculdades de Educação, Economia e Ciências Humanas de lá. Tenho participado, também, do movimento “Mobilizações por cotas e ações afirmativas e de permanência”, aqui no IPPUR/UFRJ. E eu também componho alguns coletivos, como a Coletiva Gira¹ e o Projeto “História da disputa: disputa da história²”, que vai discutindo a história urbana de São Paulo, a partir dessa perspectiva de baixo.

Para iniciar, eu gostaria de comentar o título de nossa Roda de Conversa: “Insubmissas: trajetórias de mulheres negras na Pós-Graduação”. Esse título veio a partir da inspiração da obra da Conceição Evaristo “Insubmissas lágrimas de mulheres”, onde experiências de rebeldia, de autodeterminação e de potência – que ela vai colhendo – tomam voz e corpo, a partir das experiências que ela narra no livro.

Essas experiências ressoam também nas trajetórias de mulheres negras que chegam aos cursos de pós-graduação e que criam frentes de embate para caminhar no sentido da justiça racial e de gênero. Assim como Conceição Evaristo, apesar de serem permeadas pela violência, elas transbordam para além da violência, por meio de uma experiência antirracista.

Vamos contar aqui como tem sido nossa experiência no IPPUR/UFRJ, para servir como uma base, uma inspiração para outros programas de pós-graduação, sejam da área do planejamento urbano, sejam de outras áreas.

Vamos ouvir três mulheres que – inspiradas em Lelia González e outras/os grandes intelectuais negras e negros, – vêm produzindo, tensionando o campo acadêmico em uma sociedade racista.

A nossa caminhada vem de longe e ela será longa também. A gente precisa saber caminhar juntos, caminhar entre afeto, entre tecnologias de acolhimento.

As trajetórias e experiências que se registram podem ser oportunidades de inspiração, de crescimento, de entendimento. Elas mostram a importância de a gente se acolher, se aquilombar, de trabalhar junto, a partir de uma forma antirracista, antipatriarcal, anticapitalista, que a gente trabalhe junto para transformar a nossa própria realidade.

É importante que as pessoas tenham isso em mente, de que a solidariedade não vem só nesse lugar do cafuné, do colo, mas que a solidariedade se faz lutando junto, colocando o seu corpo na frente, quando necessário. O seu corpo branco inclusive, na frente, quando necessário, porque talvez seja desse tipo de empatia, de solidariedade, de compreensão que a gente está mais precisando, uma solidariedade de luta.

O que eu aprendi de mais importante na minha trajetória de luta, dentro e fora da universidade, é que a gente precisa saber se acolher e saber como trabalhar junto, como colaborar para que

1 <https://www.instagram.com/gira.coletiva/>

2 <https://www.instagram.com/historiadadisputa/>

seja possível caminhar longas distâncias.

Por tudo isso, é importante compreender como foram (e estão sendo) as experiências de mulheres negras na ocupação do espaço universitário, os encontros e desencontros com as epistemologias que circulam na universidade, o corpo docente, os obstáculos, as linhas de pesquisa sedimentadas, as plataformas para poder na universidade, na graduação e pós-graduação...

Acompanhem as movimentações do Coletivo Maria José Justino¹ e o Preparatório Milton Santos. Quem quer vir para essa área do planejamento urbano, chega conosco.

PRIMEIRA RODADA: Ana Cristina dos Santos Araújo, Rita Maria da Silva Passos e Sílvia Regina Nunes Baptista, vocês poderiam contar um pouco de suas trajetórias, dos projetos em que vocês estão envolvidas, de suas lutas por justiça racial e de gênero?

Ana Araújo – Peço licença para ocupar esse espaço importante de visibilidade para nossas lutas, que são cotidianas, que não estão dadas. **A gente não ganha nada, a gente conquista absolutamente tudo. Inclusive, o direito de acordar todos os dias, é uma conquista para nós, povo preto/negro.** A minha trajetória começa quando eu me apaixono pela educação aos dezoito anos, quando eu resolvo ser professora aos dezoito anos, entendendo que a transformação e a revolução, necessariamente, passam pela educação. E, com a militância, eu faço História e Geografia na Universidade Federal Fluminense – UFF, no final da década de oitenta. Eu luto junto com o Partido dos Trabalhadores (PT) contra o Collor e contra o desmonte da universidade pública. Nesse período, não se fala em cotas.

Aliás, hoje também não temos uma lei de cotas raciais. É importante falar isso. A lei de cotas que temos refere-se a cotas ligadas à fragilidade socioeconômica e a cotas para alunos de escola pública. Dentro dessas cotas, possuímos um contingente direcionado à questão racial. Os pensadores de políticas públicas não trabalham com a questão racial, eles trabalham sempre com a questão de classe. As lutas de classe não dão conta das vicissitudes e das características de quem está na classe subalterna. A classe subalterna não é homogênea, muito pelo contrário. As dores são diferentes, de acordo com as questões raciais.

As cotas não são um fim em si mesmo. São um meio, um caminho, um processo de começo de reparação para a população preta (não esquecendo que a reparação atual apaga as violências sofridas cotidianamente pelo povo preto). E o começo dessa reparação se dará pelo fortalecimento da educação pública de qualidade. Com uma educação pública de qualidade, em que mostremos os direitos e os deveres, não nos acharemos devedores do Estado, que é racista e expressa o poder hegemônico de uma elite, elite essa que se estruturou dentro de uma divisão social e racial e que, portanto, é segregadora.

Voltando à minha trajetória, eu destaco a militância no Sindicato de Educação – Sepe, no Sindicato de Professores Filiados e no Sinpro, de escolas particulares. Hoje, na UFRJ como servidora de ensino superior, eu sou Técnica em Assuntos Educacionais, eu milito – como sempre – na oposição ao sindicato.

Nessa trajetória, já na pós-graduação, eu me orgulho de, em 2014/2015, ter feito parte de um grupo que começou a pensar cotas raciais dentro da pós, especificamente, da pós do IPPUR da UFRJ. Nós somos, dentro de nossa área, o primeiro Instituto a aderir à cota racial. Com luta, com disputa, em 2020 tínhamos bolsas para os cotistas raciais e conseguimos colocar a prioridade de bolsa para cotistas raciais e, depois, para estudantes em situação de fragilidade socioeconômica. Foi uma luta constante e a gente saiu na frente, já que, só agora, no final de 2022, a UFRJ lançou uma Instrução Normativa - IN de cotas na pós-graduação.

Mas eu gostaria de dizer que ter bolsa de permanência, ter vagas não garante e não acolhe os negros que chegam na universidade. Nós precisamos que os professores das pós-graduações e das graduações também entendam que eles precisam se adequar a essa nova

1 <https://www.instagram.com/coletivomariajosejustino/>

política e a essa estrutura em que nós estamos. Não adianta botar negros no IPPUR e, na hora da orientação, os docentes falarem assim: “olha, eu posso orientar isso, mas sobre negro eu não sei não, mas você pode buscar um coorientador”, não é disso que se trata.

A questão racial é uma questão de todos nós, perpassa uma questão de humanidade. Precisamos pressionar os docentes a saberem do que se trata. É muito triste quando o docente, para legitimar que não está disposto a aprender sobre a questão racial, diz que não é lugar de fala. **A questão racial é lugar de fala de todo mundo, como diz a Conceição Evaristo. A preponderância da fala é dos pretos, mas o lugar de fala é de todo mundo. Mas o que vemos dentro da universidade, principalmente na pós-graduação, é uma resistência dos docentes à apropriação do tema racismo.**

Rita Passos – Eu sou Rita Maria da Silva Passos, sou uma mulher preta, de axé, suburbana, carioca, que ama Carnaval. Sou economista de graduação, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciência e Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ENCE/IBGE. Estou doutoranda, agora, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR, junto aqui com os meus companheiros queridos de muitas alegrias e de muitas lutas, porque a gente luta, mas também sabe rir. Faço parte também, sou membra, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, onde venho fazendo um debate sobre racismo ambiental e desenvolvimento econômico há alguns anos, que é a minha área de pesquisa. E, agora, também estou Secretária Executiva do Fórum Popular da Natureza no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse ínterim, entre o mestrado na ENCE e o doutorado no IPPUR, eu estive no doutorado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no ano de 2005, e tive muitos traumas com relação a isso, já que estamos falando de lutas e trajetórias. Eu milito desde o final dos anos oitenta. Meu pai era estivador e sindicalista e minha mãe uma empregada doméstica. Na minha família, nós sempre tivemos espaço de discussão e de conversa política. A partir de muito cedo, eu me engajei, a política sempre fez parte. Ao pensar estudo, sempre fez parte pensar militância. No ensino médio, no movimento secundarista, no início dos anos noventa, “fora Collor” e, depois, a luta pela universidade pública gratuita de qualidade. Então, isso sempre fez muito parte e é um pouco do que sou eu.

Na UNICAMP foi a primeira vez que eu enfrentei o racismo. Quando a gente vai galgando espaços, achamos que vamos romper com o racismo, ou que estamos rompendo com o racismo. Mas o que eu entendi na pele foi que eu não estava rompendo com o racismo. Ele ficou muito mais evidente para mim depois que eu cheguei à pós-graduação. Então, ali foi uma primeira experiência, uma experiência muito dolorida e eu não terminei.

Estamos falando de 2005, a gente já tinha, aqui no Rio de Janeiro, a experiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com as cotas raciais. Quando eu me formo na graduação na UFRRJ, vou para a UERJ fazer Ciências Sociais, em 2000, antes ainda do sistema de cotas, mas presencio lá essa chegada e esse processo lindo de aquilombamento. E a UERJ, também, sempre teve um espaço da universidade para se ter aula à noite. Era um espaço possível aos estudantes pretos que trabalhavam durante o dia, como era o meu caso e o caso de muitos outros, de poder fazer faculdade à noite. Eu não terminei a graduação em Ciências Sociais, logo depois eu passei na Pós-Graduação, ainda lá em Sociologia Urbana e, depois, eu fui para o mestrado na ENCE/IBGE.

Viver e conviver com as cotas, a importância das cotas, participar de pré-vestibular, foram experiências muito importantes para mim no início dos anos 2000 e ganharam muito mais fôlego com a questão da participação dos alunos negros nesse processo. Então, as cotas reforçaram isso e foi muito importante a gente poder sonhar, poder pensar que não éramos mais a exceção. Para mim, isso foi muito importante, porque ser uma mulher negra em um curso de Ciências Econômicas, na época, era ser uma exceção. Você está sempre associado, sempre ligado a amigos, a colegas brancos, de referências brancas e que não entendiam muitas das questões que eu

passava.

Hoje em dia, no IPPUR, com as políticas afirmativas, abre-se um espaço de diálogo, para a gente se entender, para poder colocar as nossas especificidades, para termos acesso a literaturas pretas (que era uma coisa que também não era colocada). Imagina isso na Economia, nos anos 1990/2000? Hoje, ter acesso a isso, a essas literaturas, ter gente discutindo com você sobre isso... ainda que tenhamos uma fragilidade muito grande, porque a gente tem um corpo docente ainda muito embranquecido. Então, temos uma dificuldade de acesso ainda, mas temos entre os colegas, entre os grupos de pesquisa, essa troca, que não podia se ter antes. Então, isso já é muita coisa, mas acho que ainda temos muito mais para conquistar.

Precisamos nos abrir para essas novas epistemologias pretas, precisamos pensar nessa construção. A manutenção na pós-graduação não pode se dar só pelo alunado, mas tem que se dar também pelos professores. Por termos um contingente também expressivo, a gente tem muita demanda reprimida para discutir as questões raciais. Então, eu sou essa mulher negra, que retorna a academia e que sempre esteve professora durante esse período, mesmo longe da pós-graduação, mas dando aula na graduação no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, da Universidade Cândido Mendes, e no Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ.

Eu sempre estive na graduação e pude ver esse movimento de chegada de alunos negros nas universidades. Não só a chegada das cotas, mas de todas as políticas públicas que existiram durante os governos Lula e Dilma. Ter o Programa Universidade Para Todos – PROUNI nas universidades particulares foi muito importante para o acesso dos alunos – que têm que trabalhar e que têm que sobreviver – para poderem pagar uma universidade que é cara. Pela primeira vez eu sou bolsista e, então, pela primeira vez, eu me dou o luxo de só estudar. Eu sempre estudei e trabalhei e nunca me passou pela cabeça que pudesse ser diferente. Axé e Aduapé!

Silvia Baptista – Axé, minha irmã, axé, minhas irmãs, meu irmão Aquiles! Licença a quem me precedeu, à minha ancestralidade! E agradeço à Oxfam Basil, na pessoa da Bárbara Barboza, à Unirio, mas, principalmente aos articuladores desse espaço. Eu quero começar a falar que eu sou uma mulher negra, de pele clara, uso óculos, tenho um Black de cachos (eu sei que tem uma classificação para os cachos, mas eu não me lembro agora).

Eu quero começar falando de uma profunda gratidão, porque, **neste mês de fevereiro, eu faço uma culminância de quatro anos de bolsa por cota no doutorado da primeira universidade do Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, no Programa de Planejamento Urbano.** Comecei aos cinquenta e oito anos e terminei com sessenta e dois.

Não sei se quero falar muito do meu currículo. Eu quero pegar a palavra de ordem da Conceição Evaristo e falar um pouquinho da minha existência numa sociedade sem cotas. Com certeza, quando a gente toca nessa história de escrevivências, ela sempre vem enfeitada de emoção. Aos sessenta e dois anos, a gente não precisa mais ter modéstia, porque a idade já é nossa modéstia. Eu fui, ao longo da vida, uma estudante brilhante, porém, bem antes de chegar na pós-graduação, a gente se percebe torpedeado por relações racistas, eventualmente em sala de aula.

Então, essa foi a minha realidade. Eu fui para uma universidade particular, me formei em pedagogia. Na realidade, eu queria fazer matemática. Que bom que eu não fiz, porque eu me descobri realmente uma mulher das humanidades, uma pensadora das humanidades e creio que a matemática não me faria bem à minha psique, ao meu ori. Fui para as humanidades e fiz a minha primeira pós-graduação, em 1985. Mas, diante da condição do racismo institucional e das relações de trabalho que se estabelecem em uma sociedade de capitalismo periférico, eu realmente não consegui me manter nessa primeira pós-graduação.

E, pasmem vocês, eu passei mais de duas décadas acreditando piamente que a universidade não era para mim, acreditando que não me interessava... Foi até motivo de muita piada na minha família, porque eu fiquei vinte e cinco anos sem pegar o meu diploma de graduação, tamanho era o horror que eu tinha do espaço acadêmico. **Mas, hoje, sou pesquisadora mili**

tante e, em determinados espaços, eu sou militante investigativa. Ou seja, criei uma trama entre a luta política e a investigação teórica e a reflexão teórica coletiva.

Nesse processo de observação territorial, de vivência nos territórios periféricos de uma cidade como o Rio de Janeiro, as questões teóricas de reflexão brotam no nosso cotidiano e a gente vai em busca de investigar. Por que eu estou dizendo isso? Porque eu senti necessidade de fazer um mestrado e, no mestrado, o racismo institucional impactou. É uma das coisas que não estão na minha área de pesquisa, mas que eu acho muito importante, o racismo epistêmico. O quanto professores que não têm sensibilidade em relação aos processos afrocentrados de construção de conhecimento podem destruir um pós-graduando, podem destruir uma pesquisa, podem impedir a construção de conhecimento.

E lá vou eu de novo: com uma dissertação pronta, eu passei seis anos sem olhar para a minha dissertação de mestrado. Tive que pagar a uma terapeuta e, depois que eu paguei, ela me disse: “Agora, você tem que ler a sua dissertação. Senão, você não precisa voltar”. E quando eu mesma fui refletir sobre o meu trabalho, eu falei: “Uau! Tem certeza de que foi isso que eu escrevi?” E tipo: “está incompleto, eu preciso avançar”. **E, assim, uma turminha maravilhosa tinha feito um processo de lutas e a universidade podia abrigar uma pessoa que já não era jovem, mas que podia ser cotista. Então, na realidade, eu sou uma doutoranda cotista, que precisa completar o seu processo de conhecimento para devolver à sociedade.** Devolver a sociedade para quê? Para resolver questões que perturbam nosso orí.

Eu entrei no doutorado de 2019 e encontrei uma turma com oito pessoas autodeclaradas negras. Sintam isso. Eu, que tinha sido maltratada, na alfabetização, maltratada ano após ano e minha mãe: “Vá para escola!” “Eu não quero ir!” “Vá!...” E chego no doutorado, encontro essa turma que, para mim, foi de total diferença. Minha gratidão ao IPPUR, a quem construiu o processo de cotas, minhas amigas Fernanda, Carolina Regis, Tainá Alvarenga e tantas pessoas mais, Ana Araújo, que está aqui. Aquiles, que está mantendo essa tradição de luta, de pretitude no IPPUR, de quem está chegando para carregar o piano dessa insurgência que é empretecer o conhecimento.

Temos a maioria esmagadora de professores, não só brancos na sua cor da pele, mas com a bibliografia eurocentrada, como dizia o Carlos Porto, eurocentrada que passa, também, pelos Estados Unidos da América. Mas, por outro lado, nesses embates acadêmicos, você vai identificando os intervalos bibliográficos, os formatos de conhecimento que precisam ser preenchidos. Trata-se da construção de um conhecimento para resolver problemas urgentes, derivados do próprio racismo que estrutura a sociedade brasileira.

É um eterno círculo virtuoso. Então, a gente entrega as cotas da juventude para quem quiser, esses cotistas transformam as epistemologias acadêmicas da pós-graduação e devolvem. E vocês sabem que devolvem, porque estão aí os movimentos da Baixada, está aí a Maré, muita gente jovem fazendo diferença nos territórios, na transformação da cidade. Porque o Rio de Janeiro é uma cidade de maioria preta. Então, a existência de um Programa de Planejamento Urbano realmente precisava ter cota.

E, agora, eu, como integrante do *Coletivo de Ações Afirmativas Maria José Justino*, quero dizer que, naturalmente, estamos em luta, porque é assim que as coisas fluem. Quero dizer que, enquanto pesquisadora militante, eu também estou envolvida com a zona oeste do Rio de Janeiro, um lugar de vulnerabilidade, mas também de potência gigante. Juventude, problemas de pesquisa não nos faltam. Então, juventude preta, venha para o IPPUR, ocupe o Coletivo Maria José Justino.

A gente entende que existe, sim, uma epistemologia preta a ser disseminada pelos programas de pós-graduação, para que, realmente, essa contribuição para o Brasil não seja apenas referência, nem nota de rodapé. **Queremos transformar os territórios pretos da cidade, a partir de nossas pesquisas também.** Ser pesquisador precisa ser profissão. Com quatro anos de bolsa, eu pude pensar. Pensar deveria ser um direito inalienável de qualquer ser humano. Para e pensa, desenha, rabisca, escreve, reescreve, estuda, pergunta, isso devia ser direito humano prioritário.

Aí, tem que ter uma luta por cotas, luta por permanência, para que você possa parar dois anos, três anos, quatro anos ao longo de uma vida para construir conhecimento.

Eu faço essas pausas, primeiro para agradecer às nossas ancestrais, a quem veio antes, a toda nossa ancestralidade que resistiu. **Viva Lélia González, viva todas essas mulheres pretas que vieram antes, as que estão aí nas fronteiras, e viva nosso esforço de construir na direção de uma sociedade com justiça social e ambiental e superação do racismo.**

SEGUNDA RODADA: Ana, Rita e Silvia, o que vocês poderiam comentar sobre as características das epistemologias que estão na universidade, o corpo docente, os obstáculos que existem na graduação e pós-graduação? E, por outro lado, sobre as características do preparatório Milton Santos como uma tecnologia para preparação, para acolhimento? E, por fim, como pensar o processo de luta como um processo formativo?

Silvia Baptista – Eu quero chamar atenção para a influência do racismo institucional, mas também para o racismo eventual, entre os próprios estudantes. O impacto do racismo sobre o processo de produção de conhecimento é devastador. Ele impede processos, ele leva à depressão, ele causa não só um impedimento, um empecilho do intelecto, mas do corpo. Um corpo que pode ser empurrado para um contexto de morte através do racismo. Então, eu penso que temos que voltar também um pouco para esses processos de tecnologias leves, de acolhimento. “Estamos aqui, queremos ouvir, queremos escutar, queremos acolher eventuais casos de racismo”. Também no nosso caso de mulheres, de situações de assédio, de machismo... Precisamos pensar em acolhimento, porque, na pós-graduação, o processo de pesquisa é muito exigente (eu acho que o mestrado é mais rigoroso que o doutorado, até porque é curto). A permanência também passa por ter espaço de acolhimento, de tecnologias leves que promovam a saúde mental.

Eu vivi esse privilégio de estar com uma turma de oito pessoas autodeclaradas negras, o que era um aquilombamento. A gente se via, se apoiava, íamos almoçar juntas, beber juntas, rir juntas, chorar juntas, reclamar juntas. Eu acho que só esse paredão de pretitudes já era uma profilaxia contra qualquer tipo de situação mais danosa. Mas pode ser que outras turmas não tenham o mesmo privilégio.

A gente está nesse comprometimento. Eu gostaria que outros programas nos ouvissem. Há que promover alegria, saúde mental, autocuidado. É a revolução na pós-graduação. Sabemos de programas até com casos de suicídio, é um processo muito delicado. Nós somos preciosas, preciosos e precioses, precisamos de cuidado e autocuidado. Ter um Coletivo como o nosso – Coletivo Maria José Justino – é uma forma também de acolhimento. Eu não quis dar esse aspecto mais intelectual do preparatório, mas chamar atenção para a solidariedade, sororidade e dororidade e, também, para a pretitude, que é fundamental.

Rita Passos – Maria José Justino, que dá nome ao nosso Coletivo, é essa Yabá, essa Yalodê, essa mais velha que, no campo simbólico, resgata um pouco do que são as nossas mães pretas. Eu sou muito grata. E Silvia fala desse paredão, dessa turma de oito alunos autodeclarados negros, estamos as três aqui, somos todas da mesma turma. Nós somos as três mais velhas da turma, isso é importante de ser registrado, de que viemos de outro tempo e aprendemos com essa juventude esses outros processos, essas outras literaturas. Coisas que não nos foram passadas na nossa época também.

É muito interessante essa troca. Jovem que está na academia tem acesso, hoje em dia, a uma bibliografia mais negra, que é diferente da nossa. A gente colhe isso do lado de fora, a partir de outros saberes, de outras perspectivas, que acabam se juntando. A gente faz uma grande culminância, um grande axé mesmo, um grande ebó, uma grande ebulição dessa juntada de saberes, que vem disso, dessa ancestralidade jovem, jovem há mais tempo.

E a inspiração de Maria José – que trabalhou servindo café no IPURR – representa muito dessa história, das nossas mães (das nossas avós, para os mais jovens), que são essas mu

lheres de luta e que sempre estiveram no mercado de trabalho, não por uma conquista, mas por uma necessidade. Que batalharam para que a gente pudesse ter a educação e ter a formação que elas não puderam ter.

No ano de 2019, é importante que se diga e que se registre, quando se cria o projeto de pré-vestibular para a pós-graduação no IPPUR, o pontapé é dado pela turma do mestrado, são os jovens do mestrado (Carol, /Stefany, Derê, essa turma é que levanta essa bola). E o Coletivo Maria José Justino se mobiliza a partir dessa demanda que vem dos alunos do mestrado. Cria-se, então, o projeto de pré-vestibular Milton Santos, para a pós-graduação. E, nesse momento, vários alunos já formados, já saídos do IPPUR, mas que estão no nosso Coletivo, voltam, retornam para dar essa aula.

O processo de construção dessa luta vai juntando as pessoas que chegaram depois e vai se reorganizando dentro daquele espaço do IPPUR. Diante de todas as dororidades que a gente teve, mas também de todas as alegrias, esse foi um processo superimportante para que, depois disso, a gente tivesse cada vez mais alunos negros na pós-graduação, no mestrado e no doutorado. O ano passado foi o primeiro ano em que fizemos uma conversa com os alunos negros do doutorado, que vão adentrar o doutorado. Então, é um espaço que vai se abrindo cada vez mais e isso vem por conta desse preparatório. Essa juntada de voltarem os alunos que já foram, dos alunos mais velhos, dos mais jovens, desse processo de aquilombamento, foi importantíssimo para o resultado da luta que tivemos em 2020.

E como é que a gente avança, a partir desses processos de aquilombamento? E estamos remetendo a um momento extremamente delicado, porque estamos falando de pandemia, quando as pessoas mal se viam, tinham muitas dificuldades. **Estamos falando de pessoas pretas, a nossa cor não se expressa só na dificuldade do acesso à universidade, mas no nosso deslocamento das nossas casas, do acesso à internet.** Apesar de tudo isso, a gente consegue fazer um processo de aquilombamento e participação dentro dos conselhos do IPPUR para que votássemos pela priorização das bolsas. E foi expressivo, tivemos algumas abstenções, talvez nem todos os votos tenham sido dados de maneira totalmente convencida, mas eu também entendo que, em um processo de construção de luta, algumas coisas vão pelo afeto e outras coisas também vão pelo constrangimento. Então, nem tudo é lindo, nem tudo são glórias, mas são necessidades.

A gente tinha saído da pandemia que fragilizou muito alunos negros dentro da pós-graduação. Enquanto muitos dos nossos colegas brancos estavam pensando se eles iam ter ou não condições de fazer um mestrado ou doutorado sanduíche, nós estávamos pensando em como acessar a internet para assistir às aulas. Então, tinha uma discrepância muito grande. Além disso, estávamos vivendo um processo de governo ultraconservador, onde, cada vez mais, escasseavam as possibilidades de bolsa, escasseavam as possibilidades de valorização do conhecimento acadêmico e, nessa disputa, a gente se sentia ainda mais fragilizado.

Eu vou trazer aqui uma história de quando eu estava para defender a minha dissertação de mestrado. Eu terminei a minha dissertação e, como eu já tinha passado no doutorado da UNICAMP, precisava defendê-la. Fiz trabalho de campo, revisei e entreguei. Era muito perto do Carnaval e eu lembro de deixar de ir ao Bloco Carmelitas para poder terminar de imprimir-la. Tinha que imprimir, entregar para a banca e ir para o Carnaval. Deixei-a com a minha orientadora, fiquei esperando o dia inteiro, ela não pode me receber e, à noite, eu falei: “Eu quero ir a um bloco de carnaval”. Ela ainda não tinha me recebido e eu fugi, deixei a dissertação lá e fui para o bloco de Carnaval.

E eu lembro de que a minha orientadora ficou enfurecida. Foi quando ela ligou para a minha casa e atendeu a minha mãe, uma mulher negra que foi empregada doméstica e que é a criatura mais fofa. Minha mãe falou assim: “Neide, mas é Carnaval. A nossa família é preta, é de samba e sempre foi de samba. O nosso conhecimento se fez do samba. Carnaval, para a gente, é coisa séria! A gente brinca sério no carnaval! Eu não julgo a minha filha, porque ela fugiu e deixou a dissertação aí e foi sambar. Isso, para a gente, também é importante”. Depois, a minha orien

tadora comentou: “Nossa, nunca vi sua mãe e ela falou assim, de maneira tão assertiva”. E, aí, ela riu. Era uma socióloga querida, já falecida. Também lembro de ela falar: “Nossa, eu não me dava conta de como essa questão racial era importante”. Como a gente diria em Iorubá, a gente luta, mas a gente dança, é importante essa ancestralidade.

Como estabelecer as relações humanizadas, diante dessa sociedade racista? Eu tenho muito medo, quando falamos em empatia, e isso me assusta muito. É como se você sentisse a dor do outro. Na boa, não vai sentir a minha dor! Porque **é uma dor muito específica, é uma dor que está, às vezes, em um olhar atravessado que a pessoa te dá e que você já reconhece, porque você já viu esse olhar quinhentas e não sei quantas vezes. É você saber que tem que escrever tantas laudas e tem que revisar cinquenta milhões de vezes antes de enviar para alguém, porque o seu trabalho vai ser sempre mais julgado do que o do outro. Que você tem muito menos margem para errar e é o tipo da coisa que uma pessoa branca não vai entender. E entender que não vai entender é um processo antirracista dos mais fundamentais, mais do que essa questão da empatia.**

Estamos falando de racismo e ele está muito exposto na academia. Uma frase comum, eu já vi isso em vários programas, em várias comunidades acadêmicas, que diz assim: **“Se vai abrir cotas, vai perder a qualidade”, seja para um congresso, seja para participação, seja para um livro.** E, no IPPUR, não começou diferente, mas a chegada de pessoas negras nas primeiras colocações acabou colocando em xeque esse discurso recorrente. Então, **começam a entender que não está se perdendo qualidade, você está ganhando diferença, você está ganhando diversidade, você está aprendendo outros saberes, você está tendo a oportunidade de se humanizar a partir dessa diferença, de entender que não vai entender tudo sobre o outro.** Acho que é fundamental, também, falar que temos esse processo de construção de lutas e de resistências e, ao mesmo tempo, do lúdico, da brincadeira, das danças e de tudo mais que a gente traz. Mas eu acho que é importante, nesse olhar acolhedor, aprender a racializar o branco. Precisamos falar de racismo e não só falar do negro, falar da branquitude, falar desse privilégio moral, falar desse exercício constante de poder, falar sobre esse privilégio material. Não é só com o negro e que temos que ter um olhar empático. Não, corta a empatia, esquece a empatia. Vamos falar de raça, de preto e de branco. Acho fundamental fazer isso dentro e fora da academia. Precisamos também, nesse processo de construção e análise sobre o racismo, estudar esse outro lado que é tão importante, se queremos nos assumir antirracistas, onde temos um caminho gigante para isso. Porém, é essa forma que temos para conviver dentro da pós-graduação.

Ana Araújo – Como vemos as cotas na pós? A instituição, Universidade Federal do Rio de Janeiro, não está preparada para os negros na pós-graduação. Não posso falar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) nem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), porque eu não conheço, conheço essa realidade da UFRJ. Existe uma Pró-Reitoria de apoio ao estudante da graduação, mas não de apoio à pós.

Temos problemas de doenças emocionais na pós-graduação. Por que temos essas doenças? Porque, simplesmente, o mestrado é pensado para ser feito em dois anos e o doutorado é pensado para ser feito em quatro. “Por que dois anos e quatro anos?” Pelas agências financiadoras de bolsas. Elas estabeleceram desde o governo de Fernando Henrique, com seu ministro da Educação, que impôs o produtivismo. O cara entra, tem que fazer os cursos, ter nota. Quanto mais alta a nota, mais bolsa tem. Tem que pesquisar, estudar e passar nas disciplinas, se quiser continuar com bolsa. Se bolsista, terá um espaço de um ano para escrever a sua dissertação. Mas não há, dentro da universidade, um sistema de apoio aos estudantes da pós-graduação, muito menos o estudante negro. Ele tem que cumprir as metas produtivistas.

Eu vou fazer uma crítica à universidade. A universidade brasileira, ao contrário, das da Europa e dos Estados Unidos, que preparam o acadêmico para produzir conhecimento, as nossas universidades nos preparam para reproduzir esses conhecimentos. Se você ousar falar alguma coisa, já perguntam: “de onde você tirou isso? Quem está defendendo isso?” “Ah! Você precisa

gramar muito para tentar transformar o campo”. É isso que a gente vê na pós-graduação. Isso adocece a gente. Imagina uma pessoa, que é uma pesquisadora militante, que está com os pés, as mãos, a cabeça, o corpo, no território, na militância, trazendo coisas para o orientador, para os docentes? Eles só veem autores que escreveram sobre o assunto, pois eles não conhecem os movimentos sociais. Esses orientadores e esses docentes não têm e não querem ter um volume de conhecimento e de bibliografia nacional escrita por negros. Quando trazem algumas coisas, trazem pretos dos Estados Unidos. Não há comparação, lá o racismo é de origem, aqui o racismo é de marca. Nisto temos o hiato.

Absurdas também são as vagas para docentes negros. Quando há quatro vagas para docentes, por exemplo, uma vaga para cada linha de pesquisa, uma vaga para cada pensamento dentro do Instituto, tudo bem. Mas, quanto é uma vaga, não pode ter vaga para cotista, porque tem que ser 50% da vaga e é uma só. Se o negro não disputou, não passou, a vaga vai para o branco. Não se pensa em uma vaga prioritária para negro. Isso seria pensar fora do racismo estrutural e institucional e não se pensa nisso.

Fala-se em humanizar, mas eu também não acredito em empatia. Como uma boa filha de mulher negra, pobre, empregada doméstica e solteira na década de sessenta, **eu não acredito em empatia. Acredito em Educação.**

Como lidar com essas pessoas? Trazendo para a conversa, trazendo para o ensinamento, produzindo, mostrando ações, só assim a gente consegue converter a Polícia Militar preta que mata preto. Eu não posso abandonar a pessoa e dizer que não quero conversa com essa pessoa. Ela precisa entender que está sendo um braço do estado racista. Como eu faço isso? Excluindo-a da discussão? Não. Temos que trazê-la para a discussão.

Onde fica a minha sanidade e a minha saúde? Nos meus coletivos, são esses coletivos Maria José Justino, Milton Santos, o Negran. Eu não posso esquecer de falar que estou em um grupo de pesquisa, eu e Aquiles, formado majoritariamente por negros, com o único professor negro do instituto, Renato Emerson, que teve que passar em primeiro lugar no concurso para ser professor do Instituto, porque não havia vaga para cota. E estamos em um instituto que a gente brinda porque tem cota, se orgulha de ter tido Milton Santos, que foi professor convidado lá atrás, mas tem cinquenta anos com um professor negro no seu quadro efetivo.

Então, a gente tem que lutar diariamente para essas mudanças, diariamente para subverter essas estruturas. É nessas lutas diárias – que cansam, que desgastam – que estamos pesquisando. Porque temos prazo para defender, temos prazo para qualificar, porque a bolsa está acabando, porque temos que arranjar dinheiro (um trampo, umas corridas, como diz Aquiles) para nos mantermos em uma cidade caríssima como é o Rio de Janeiro.

E, todos os dias, ter que comprar briga, ter que falar... Eu tenho amigos negros que falam assim: “Eu não aguento mais ensinar branco, ele que aprenda”. Mas não se pode desistir disso, sabe por quê? Ele não vai aprender e a gente não vai transformar. E o nosso objetivo final é transformar.

TERCEIRA RODADA: O que mais vocês gostariam de comentar sobre suas próprias trajetórias, sobre a experiência no IPPUR/UFRJ ou sobre as cotas raciais na pós-graduação da Universidade brasileira?

Silvia Baptista – Tudo o que eu posso dizer é a minha enorme gratidão de estar vivendo esse tempo, de ser contemporânea de Rita, de Ana, de Aquiles, da Caroline (que a gente queria que estivesse nessa conversa) e de outras pessoas que, eventualmente, poderiam estar aqui, ocupando esse espaço. Agradecer à Oxfam Brasil, agradecer à Unirio, agradecer ao IPPUR, que – com todas as suas contradições – está buscando, está tentando, está apostando conhecimento nessa cidade e em um processo de empretecimento do pensamento do urbanismo (não sei se brasileiro, mas, pelo menos, do urbanismo carioca). Fico sem palavras, me sinto realmente muito agradecida.

Como eu falei antes, são quatro anos em que a vida me proporcionou a oportunidade de parar

e pensar com toda a qualidade possível. Isso foi feito a partir da existência de uma política de cotas, de pessoas que lutaram por cotas. Eu vou ler um trechinho que poderia sair de um livro de epistemologia. Esse trecho diz assim:

“Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido e quando se escreve o comprometimento ou não comprometimento entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que ao registrar estas histórias continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência (Conceição Evaristo).”

Muito axé, muita gratidão! **Avante, para cima e vamos sonhar alto, transformar a pesquisa de pós-graduação em profissão e não apenas bolsa.** Avante pretinhas, pretinhos, jovens, acreditem, confiem, construam, estamos juntos! Meninas, Aquiles, um beijo e obrigada! Um beijo em todes!

Ana Araújo – Eu quero dizer o seguinte: **não existe espaço na universidade, na cidade, que não seja nosso. É preciso tomar para a gente os nossos espaços. O que aconteceu historicamente é que os espaços negros foram branquificados. Houve branqueamento dos territórios negros. Vemos que há uma política de apagamento e de criminalização dos espaços que são pretos.**

Como temos visto nessa última semana chuvas monstruosas, alagamentos e quedas de barreira, a primeira coisa que o poder público, a mídia de massa e os cidadãos fazem é criminalizar os moradores dessa área dizendo: *“Esses moradores jogam lixo no rio, jogam lixo na calçada.”* E esquecem de criminalizar o poder público que não faz obra de esgoto, que não recolhe lixo, que sabe que todo período de verão, final da tarde, tem pancada de chuva. Por que os garis não passam, então, ao meio-dia, às duas horas para recolher o lixo que está na rua? É importante que a gente entenda em que sociedade nós estamos e quem é que está sendo criminalizado. Temos um hábito de, diante de uma violência, culpabilizar quem é vítima e não o algoz. Para transformar o mundo, temos que transformar também a nossa visão do mundo.

Quando uma mulher é abordada na rua e é estuprada, imediatamente pergunta-se: “Por que ela estava na rua a essa hora? Por que estava com essa roupa?”. Quando a gente entra em um transporte público, pensamos sobre onde iremos nos sentar. Se sentarmos na janela, pode haver uma agressão sexual e não termos como sair. Quando estamos em uma rua à noite, a gente não vai pela calçada, vai pelo meio da rua, para ter chance de fugir. Coisas que são impensáveis para os homens. Nós, mulheres, traçamos estratégias de sobrevivência nessa cidade. Sofremos feminicídio, sofremos agressão sexual, estupro. E, mesmo nas Delegacias de Mulheres, quando as mulheres que vão registrar as queixas, sofrem uma segunda violência, sobretudo quando homens são os delegados.

Precisamos olhar para nós mulheres, mulheres negras, para construir políticas de cobrança para que a cidade seja realmente nossa. Não podemos falar de “direito à cidade”, quando há segregação de parcela da população. Quando parte da população é criminalizada, penalizada, quando não há políticas claras para essa população. Então, essa é uma luta de todes. **Na luta antirracista, espero encontrar todos, todas e todes na luta ombro a ombro com a gente.**

Rita Passos – Quero também fazer as minhas considerações finais, primeiro agradecendo ao Aquiles, que nos abriu essa porta junto à Bárbara, junto à Oxfam Brasil, junto à Unirio, para que a gente pudesse estar aqui falando, se aquilombando. São falas de mulheres negras, atravessadas por dores, alegrias, experiências, lutas. Enfim, são muitas coisas, a gente não se define por uma coisa só. Agradeço à ancestralidade, aos que vieram antes, que nos abriram todas essas possibilidades de estar pensando a academia, de estar podendo pensar mulheres negras na pós-graduação, não a mulher negra, mas mulheres negras. Chegamos de bonde tomando esse

espaço para a gente também.

Ainda temos que colocar aqui uma questão importante. A questão do suporte às mulheres negras, mães. Nesse período de pandemia, quando eu estava dando aula na graduação da UFRJ para fazer os meus créditos de estágio docência, vi essas experiências de não acolhimento às mães. Acho que é uma coisa importante para pensar agora para o futuro.

No meu canal na internet – Cognição Suburbana, no Instagram – a gente está pensando, dialogando, convivendo e conversando sobre muitas questões que trouxemos aqui. Para criar esse canal, fui provocada pela minha terapeuta, em um momento de depressão na pandemia. Acabei fazendo isso como uma forma de interação, de troca. Então, se quiserem, a gente pode conversar e trocar por lá também, se acheguem!

E, enfim, quer dizer também que é preciso pensar a cidade e Rio de Janeiro nesse período de chuvas, como a Ana falou. Estamos levando muito em conta a importância de organizar a cidade na luta por justiça ambiental e climática, na luta contra o racismo ambiental, que é meu tema de pesquisa e de militância também. A gente que é pesquisador militante entende o quanto essas questões são importantes para o nosso povo de favela. Eu estou aqui no subúrbio, colada aos pés do morro do bairro do Encantado. Isso faz parte da nossa vida. A ausência de saneamento, a ausência de qualidade hídrica, a dificuldade de mobilidade faz parte do nosso cotidiano.

O que estamos vendo agora não é a última chuva maior dos últimos tempos, o que a gente está vendo é o que a gente vê historicamente, uma negligência do Estado – Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – em relação a esses corpos pretos pobres, periféricos e favelados. A total desassistência é proposital. Somam-se racismo institucional e negligência para ceifar essas vidas. Isso é um projeto político.

Um axé gigante para todo mundo, saravemos ao carnaval, vamos nos alegrar, vamos dançar, porque a vida também é feita disso. Não só de dores vive a mulher negra. Para terminar, trago uma frase que eu acho importantíssima e que é do nosso querido e saudoso Abdias do Nascimento, que a gente precisa sempre lembrar:

A história do Brasil é uma versão concebida por brancos para os brancos e pelos brancos. Exatamente como toda a sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar e tem sido usurpada da maioria da população para benefício exclusivo de uma elite branca, brancóide, supostamente de origem ario-europeia. É assombroso comprovar que a dinâmica fatal de erradicação que vem ceifando vidas negras ininterruptamente há quatro séculos e que apesar dessa espada sinistra suspensa sobre sua cabeça, o negro jamais desfaleceu. Nunca perdeu a esperança e a energia. E sempre esteve alerta à menor chance de recapturar os fios rompidos de sua própria história, começar e recomeçar o esforço de dignificar o seu ser. Enriquecer sua cultura original elevando a um nível de verdadeira instituição nacional. Nesse contexto, sobressai a plena consciência do negro, de que somente se poderá ter um futuro quando houver uma transformação em toda estrutura desse país, em todos os seus níveis, na economia, na sociedade, na cultura e na política (Abdias do Nascimento).

Adupé, como a gente diz em Iorubá, eu como uma mulher negra de axé. Adupé! Adupé! Adupé!

RECADOS PARA REFLETIR

“Infelizmente, eu não tive essa oportunidade de conhecer mulheres negras evangélicas na pós-graduação. E eu acho que é uma questão sobre a qual temos que pensar e refletir muito nas nossas construções de luta. Pensando aqui em termos de problematização, fico imaginando o quanto determinadas linhas evangélicas, neopentecostais estão distantes desse universo acadêmico, tendo uma discursividade que, às vezes, vai de encontro à ciência. Talvez seja mais uma

barreira para essas pessoas.” - Rita Passos

“Eu acho que é importante atentar realmente para essa diversidade e para essa possibilidade de olhar para a gente mesmo, com olhos não tão eurocêtricos, que encarnam o negro como uma coisa estática, só demarcada pela violência e que precisa de um auxílio, de uma ajuda, de uma salvação. A gente não é isso, nós somos muitas coisas. E nenhuma delas se encontra nesse lugar vitimado.” - Aquiles Coelho Silva

SOBRE O COLETIVO MARIA JOSÉ JUSTINO (IPPUR/UFRJ)

Ana Araújo

Havia uma um acordo tácito, dentro do IPPUR, de que nos processos seletivos, em cada turma de pós-graduação, se colocaria um negro, no mestrado ou no doutorado. Nesse cenário, a antropóloga Cecília Melo falou o seguinte: “Não! Vamos sistematizar isso, precisamos que seja institucional”. Então, ela chama os alunos negros que estavam ativos. Achava importante ter um técnico negro e perguntou se eu queria participar. Nós começamos a pensar como construir os caminhos para se falar de cotas dentro do IPPUR. E o primeiro caminho que ela pensou foi fazer **uma disciplina, para dentro do IPPUR, sobre racismo ambiental**, aberta para fora do IPPUR, para a sociedade. Seria uma extensão falando sobre sociedade e racismo. Tivemos quarenta e cinco pessoas inscritas, majoritariamente professores da rede pública de ensino. **Essa disciplina foi um caminho que nós encontramos para começarmos a ler sobre racismo, sobre pessoas que estavam pensando sobre racismo, para ganharmos conhecimento para a luta por implementação de cotas.** Quando - depois de lutas no colegiado - conseguimos cotas, esse coletivo se expressava como Coletivo de Ações Afirmativas – CAF.

Depois, reparamos que a luta não parava em ter conseguido vagas para cotistas (...) e nos tornamos um coletivo para além das cotas, seguimos para um aquilombamento, para um aconchego, para recepção, através do preparatório Milton Santos, que este coletivo faz, todos os anos, pensando em negros entrando na pós-graduação do IPPUR. Estão no coletivo alunos ativos, mas aqueles que saíram também voltam, porque, uma vez no coletivo, sempre do coletivo. Voltam para preparar os candidatos para entrarem na pós-graduação.

E pensamos, como batizar esse coletivo? Foi aí que se resgatou uma técnica copeira do IPPUR, moradora de Bangu, que saía de casa às três e meia da manhã para deixar a sua filha no Pedro II de São Cristóvão e chegar no IPPUR antes de todo mundo, às sete e meia, quinze para as oito, para preparar um chá, preparar um café, para receber a gente com um sorriso enorme. Uma mulher preta maravilhosa! Uma Yabá, uma acolhedora: Maria José Justino.

E não conseguimos pensar em outra pessoa a ser homenageada com essa potência, de uma mulher que lutou, que é servidora pública concursada com o ensino fundamental para ser copeira, mas que consegue abraçar até a distância, porque se aposentou (...). Então, esta pessoa não poderia ser esquecida na hora de a gente implementar cotas **O Coletivo Maria José Justino representa todo o povo preto que está no IPPUR em funções técnicas, mas que são o esteio e a base para nós existirmos. E como a gente retribui? Colocando mais pretos dentro da universidade.**



6. Experiências e Avaliações de Jovens Ativistas

Entrevistas realizadas pela Oxfam Brasil com participantes do Seminário Justiça Racial e de Gênero. Desafios para a Universidade Brasileira (OXFAM/UNIRIO).

6.1 KELLY ARAÚJO

Kelly é Quilombola da Comunidade Santo Antônio dos Pretos, Grajaú, Maranhão. Geógrafa e Mestre em História pela UFMA. Educadora Popular e Membro do Conselho Editorial da Revista África e Africanidades.

Quais são os desafios para a permanência do aluno cotista na universidade?

KELLY: Eu acho que, primeiramente é importante a gente pensar o perfil desse aluno cotista. Porque, dependendo da sua origem, os desafios são um pouco específicos. Quando a gente pensa, por exemplo, que os **alunos que vieram de escola pública, que acessaram a política de cotas através das cotas sociais, passam por experiências específicas diante da precarização da educação básica, da violência nas suas comunidades, no acesso precarizado a saneamento básico, água e esgoto, energia.** Então, são experiências diferentes que contemplam esse aluno de escola pública que acessou a universidade através da política de cotas, das cotas sociais.

Quando se pensa nas cotas raciais, a partir do viés de pessoas negras e indígenas, que é o recorte mais comum, essa pessoa tem outras experiências que atravessam o racismo na esfera institucional, cotidiana, estrutural. Então, para além de uma educação precarizada e acesso desiguais a direitos, ela também tem o seu corpo marcado pelo racismo e pela discriminação, por ser entendida, por exemplo, como criminosa em potencial, no caso de pessoas negras, e, no caso de pessoas indígenas, os estereótipos que são bem comuns, de que são preguiçosas, que recebem dinheiro do governo, que não querem trabalhar, que não têm qualquer contribuição para a sociedade.

Eu trago, também, a questão de se pensar os **desafios da pessoa com deficiência.** A gente ainda não conseguiu, de fato, ter no Brasil uma educação inclusiva. Esse aluno com deficiência vai encontrar, dentro dos muros da universidade, a dificuldade de locomoção, a falta de sensibilidade de alguns professores quanto às suas deficiências. Então, quando a gente vai permear, a gente percebe que cada grupo que é contemplado pelas políticas de cotas é contemplado justamente pelas suas especificidades.

Coloco, ainda, a questão do **recorte quilombola, que são pessoas de origem ligada à ancestralidade negra nos seus territórios, que podem ser quilombos urbanos e quilombos na zona rural, que passam por questões ligadas à regularização fundiária, a conflitos de terra. A própria autodeclaração quilombola, que, muitas vezes, é apagada dentro da universidade. Então, se a gente for perceber, são vários desafios que esses grupos específicos enfrentam, assim como as pessoas trans e travestis que acessam a universidade, que já trazem todos os estigmas sociais, que ainda não são combatidos na universidade.**

Assim, não é só chegar na universidade. É pensar qual ambiente de acolhimento a universidade tem para essas pessoas tão plurais. Porque, quando eu penso em universidade, penso não no universal, mas na diversidade do nome universidade. Mas, enquanto a gente não conseguir pensar em um acesso universal, que leve em consideração a diversidade, a gente ainda vai

ter uma educação academicista, uma educação elitista, uma educação que continua olhando as práticas e os saberes numa perspectiva colonial e não como uma forma de soberania dos povos, autonomia e solidariedade. Eu acho que o espaço desse evento, desse seminário, nos ajuda a entender melhor como diferentes sujeitos da periferia.

A transformação exige de nós o exercício da escuta e também o exercício da ação, através de diálogo e, principalmente, compreendendo que ou a universidade se pinta de povo, ou o povo vai continuar achando que não merece estar na universidade.

Qual o papel das políticas públicas no acesso e na permanência?

KELLY: Quando a gente fala das políticas públicas, existem as categorias de pensá-las como reparação, ou seja, as **políticas públicas de reparação** teriam por objetivo uma certa dívida histórica que deve ser paga, quando a gente fala no caso, por exemplo, da escravidão indígena e da escravidão negra. E quando a gente fala das **políticas de ações afirmativas**, é também como uma prerrogativa para afirmar a existência de diferentes identidades, com as quais a gente pode contemplar as pessoas trans, pessoas ciganas, pessoas negras, pessoas com deficiência.

As políticas de reparação tentam reconstruir décadas e séculos de opressão contra alguns grupos. E as políticas públicas de afirmação buscam reforçar essa identidade e entender que esses sujeitos merecem uma atenção específica e diferenciada. E por que eu trago esse termo específico e diferenciado? Porque a gente tem que pensar que, por mais que queiramos uma universalização da educação, do acesso a dispositivos educacionais, temos que entender que nem todo mundo é igual, que nem todo mundo vem da mesma condição.

Assim, é importante que as políticas públicas estejam sendo construídas por essas pessoas, para que possam mover a vida de outras pessoas. **Eu posso trazer um exemplo de política pública que fez toda a diferença na minha vida, que foi o Reuni. Eu sou fruto de uma universidade pública no interior do estado do Maranhão, numa cidade chamada Grajaú, sou filha de uma família de sete filhos e pude ser a primeira mestre quilombola da minha comunidade. Isso só foi possível porque, através de uma política pública – que colocou um campus da Universidade Federal do Maranhão na minha cidade –, eu vi a universidade não mais como um desejo distante, mas como uma certeza palpável.**

É importante a gente pensar nisso, que **as políticas públicas são uma prerrogativa de certeza de que os nossos direitos não serão mais utopias; que nossos direitos podem ser alcançados através do acesso** à alimentação saudável, uma agenda de trabalho decente, um trabalho relacionado à saúde mental dos nossos estudantes.

Não tem como a gente pensar na produção acadêmica sem pensar em uma geração de intelectuais e pesquisadores que estão adoecidos pela desvalorização; **não tem como a gente pensar política pública de educação sem pensar na “desreforma” do ensino médio**, que coloca um peso desigual pra estudante de escolas públicas que não tiveram acesso a muitas coisas que os estudantes de escolas particulares tiveram e, hoje, a gente vê matérias decisivas para a formação crítica da população, como história, geografia e sociologia sendo esmiuçadas como se não fossem importantes nessa construção do país que a gente quer.

Para além da discussão de política pública, a gente também tem que discutir como essas pessoas acessam essa política pública. E a desinformação, as *fake news*, a violência que se coloca contra a pesquisa e a ciência são determinantes para que as políticas públicas continuem sendo vistas como a barreira para o acesso a direitos, quando deveria ser o contrário.

Outra coisa que eu destaco é a questão de pensar que é nada sobre nós sem nós, que alguns direitos são inegociáveis. A gente tem que pensar que, no Brasil, que é um dos maiores produtores de arroz, de soja, de feijão, de carne bovina, muita gente está passando fome. A gente tem que pensar no Brasil, que, com a sua diversidade de biomas, ainda se submete a ataques de países estrangeiros na ideia de uma falsa soberania ou controle da Amazônia, enquanto a nossa biodiversidade está sendo destruída e nossos povos das águas e das florestas estão sendo

mortos. Como é que a gente pode pensar também a política pública, quando os grandes empreendimentos é que ditam o que é prioridade no governo e o que é prioridade no mercado? E essa prioridade do mercado não é a vida humana. **Isso incide na universidade, quando cursos ligados às elites, tradicionalmente falando, continuam sendo ocupados por pessoas da elite, enquanto pessoas das camadas populares sofrem com uma série de opções e se sentem excluídas do processo de acesso aos direitos.** Então, pensar em “direito humano”, pensar em dignidade é, também, pensar em tornar as políticas públicas palpáveis e humanizadas, para que as pessoas que têm direito a elas possam acessá-las.

6.2 GABRIEL MEDEIROS DE MIRANDA

Gabriel é Subsecretário de Juventude da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Qual o papel das políticas públicas no acesso e na permanência dos jovens nas universidades?

GABRIEL: A juventude é um sujeito de direitos singulares, que está se construindo nessa etapa da vida e que demanda do Estado uma resposta para a garantia e efetivação dos direitos previstos pela legislação e conquistados com muita luta, muita disposição e muito engajamento de jovens, ao longo dos anos em nosso país. Então, entender que as políticas públicas têm um papel, que o Estado tem um papel e uma responsabilidade é fundamental nessa discussão que estamos fazendo. Isso passa por algumas responsabilidades que nós temos que impor ao Estado. Primeiro, a de garantir **a defesa das universidades públicas e esses espaços de educação e do ensino superior com caráter público e de responsabilização direta do Estado com a sua garantia e manutenção.** Segundo, se o ensino superior deve ser encarado cada vez mais como responsabilidade do Estado, é também responsabilidade dele **garantir o acesso da população e da juventude nas suas mais diversas expressões, em sua grande diversidade.** E aqui, em especial, a juventude negra, as jovens mulheres, as jovens mães, os jovens negros moradores das periferias, enfim, toda essa pluralidade de experiências juvenis que temos no país.

Se é do Estado a responsabilidade de garantir as universidades com esse caráter público frente à sociedade, promovendo, portanto, a ampliação do acesso, é **também responsabilidade do Estado e das políticas públicas garantir a permanência desses jovens dentro da universidade e, aqui, ainda temos muito a avançar. Temos que recompor o Plano Nacional de Assistência Estudantil, reforçar essa discussão nas universidades estaduais e garantir, cada vez mais, que as condições econômicas não sejam essa força centrífuga a expulsar os nossos jovens das universidades brasileiras.**

Mas a responsabilidade não fica por aí, é importante **retomar no país uma discussão de reforma universitária.** Nós temos limites epistemológicos, institucionais, ainda muito presentes na universidade, que fazem com que ela não seja um espaço acolhedor, que dialogue com a realidade da juventude e que gere também motivos de evasão que partam desses aspectos. Mas isso deve ser motivo para defender a universidade cada vez mais e buscar melhorá-la, essa compreensão também é fundamental. Esse olhar crítico sobre as universidades parte da compreensão de que é imprescindível, para nós, a sua defesa, a sua ampliação, a sua consolidação como instrumento de garantia de direito à educação e à expressão juvenil. **As universidades não são somente o espaço dentro da sala de aula, são espaços de sociabilidade, de acesso a diversos outros direitos.** Eu acho que o Estado tem uma responsabilidade fundamental nisso, a de garantir, através das políticas públicas, que esse espaço seja cada vez mais democrático, mais inclusivo, mais acolhedor e que dialogue mais com a realidade da juventude brasileira.

6.3 RAPHAEL SANTOS

Raphael é aluno do curso de graduação em direito, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, e membro fundador do Coletivo Primavera Negra. Tem 24 anos.

O que acontece com o aluno cotista, depois que supera a barreira do acesso ao ensino superior?

RAPHAEL: O ingresso na graduação é um desafio, principalmente para o estudante cotista, que, normalmente, vem de periferia. O maior público da graduação é de estudantes racializados, de baixa renda e vindos de escolas públicas. Na maioria das vezes, existem demandas de infraestrutura para cursar uma graduação. **Em minha opinião, o principal desafio do estudante após o ingresso na universidade pública é se manter, por conta dos desafios materiais, que circunstanciam a vida acadêmica universitária.** Nesse sentido, é importante pensar que o aluno vai **precisar se locomover**, em muitas das vezes, mais de cinquenta quilômetros por dia. Ele vai precisar **fazer uma alimentação** que nem sempre vai ter e, se tiver, não vai ser balanceada, ou seja, será uma alimentação de má qualidade. Ele vai precisar **comprar livros**, pois nem sempre tem como arrumar o PDF dos livros acadêmicos necessários para as leituras das disciplinas.

Então, de maneira geral, os principais desafios que um estudante cotista sofre após o ingresso na universidade pública, aqui no Brasil, são desafios materiais, que afetam a experiência universitária. **Apesar de o ingresso ser gratuito, (com muitas ressalvas, porque é um processo seletivo), de alguma maneira, está sendo garantido ao aluno, assim que ele sai do ensino médio. Normalmente, essa experiência universitária o expulsa da própria universidade, porque não é um espaço institucional pensado para as camadas mais pobres da população, para as camadas mais vulneráveis socialmente.**

Qual é o papel das políticas públicas no acesso e na permanência dos jovens nas universidades?

RAPHAEL: Eu acredito que o **Estado brasileiro, enquanto Estado, que tenta minimamente superar o histórico escravagista e o histórico colonial, precisa se colocar nesse local e nesse papel de operante da justiça racial brasileira.** Nós afastamos uma grande parcela da sociedade dos espaços universitários, porque as políticas públicas de instrução relacionadas à educação de ensino superior não eram direcionadas para esse público. Agora, o Brasil, enquanto Estado, precisa fazer o reverso, precisa abrir as portas da universidade e proporcionar o acesso de maneira livre. Pensar que o Exame Nacional do Ensino Médio, que é o maior exame de admissão em universidades do mundo, não consegue colocar todas as pessoas na universidade, porque não existem vagas suficientes ou não existem espaços suficientes nessas universidades, é pensar, ainda, que nós estamos reservando um ensino superior de qualidade.

A pesquisa, a extensão e as salas de aula dessas graduações estão direcionadas apenas para uma parcela, mesmo que essa parcela ainda enfrente dificuldades para estar dentro do espaço universitário. **E, uma vez estando no espaço universitário, esse grupo precisa enfrentar diversos desafios relacionados à sua permanência, porque a graduação, apesar de pública, não é gratuita e demanda uma série de esforços, como, por exemplo, conciliar trabalho e estudos apenas para manter o estudo.** Nós também precisamos pensar que devem existir políticas públicas de permanência, no sentido desses alunos, que trabalham e estudam, também contribuem dentro de casa, exercem funções fora do ambiente universitário e, às vezes, têm uma jornada dupla e até tripla.

Então, o Estado precisa identificar essas debilidades, principalmente nas comunidades em volta das universidades, e pensar quais são as propostas e políticas públicas a serem implementadas para esse público, a fim de que ele acesse a universidade pública. Um exemplo aqui no Rio de

Janeiro é que, por mais próximos que os campos universitários públicos estejam, os moradores dessas comunidades que os circundam não participam da experiência universitária, nem às vezes, com cursos de extensão, com atividades extracurriculares. Então, é muito importante o Estado pensar a universidade, de fato, como universal e comunitária. **Não faz sentido um centro de conhecimento, de pesquisa e inovação, que constrói saberes e epistemologias, não se propor a construir epistemologias com a comunidade, não se propor a resolver os problemas com a capacidade técnica que tem para a comunidade que o circunda.**

6.4 AMANDA MENDES DE LIMA

Amanda é arquiteta e urbanista, formada pelo ProUni, Mestranda em Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ), diretora de mulheres da Associação Nacional de Pós-graduandos e Pós-graduandas. Militante e dirigente do Movimento Kizomba, da Marcha Mundial das Mulheres e do Coletivo Nacional de Juventude Negra Enegrecer.

Qual é o papel das políticas públicas no acesso e permanência dos jovens nas universidades?

AMANDA: Nós sabemos que o nosso país é fruto de muitas desigualdades sociais, por isso as cotas étnico-raciais e agora as cotas para as pessoas transsexuais e travestis são essenciais para que se garanta a representatividade, a pluralidade e a diversidade nos espaços acadêmicos dentro da universidade. Mas acessar não é o suficiente, é necessário garantir que essas pessoas permaneçam na universidade. Negros e negras saem de uma disputa e de uma caminhada muito desigual, desde muito tempo, e, quando acessam o espaço da universidade, nós precisamos pensar em políticas públicas que garantam a sua permanência nesse espaço, como bolsas e demais assistências.

6.5 MIGUEL HAUER

Miguel Hauer é estudante de direito da Unirio, diretor de assistência estudantil da UNE, faz parte da coordenação nacional do Movimento Correnteza.

Qual que é a importância de discutir sobre a permanência da juventude negra e cotista na universidade?

MIGUEL: O debate sobre a permanência estudantil dos estudantes cotistas, principalmente dos estudantes cotistas raciais, é fundamental hoje. Porque o que a gente vive hoje é uma universidade que viveu – a mais antiga do país que é a UFRJ – cem anos sem ter essa política. Cem anos em que a maior parte da nossa população, que foi escravizada, que foi torturada, durante a maior parte da existência do nosso país, ficou excluída desse espaço, num verdadeiro genocídio epistemológico. Permanecer com esses estudantes significa que a gente está pensando numa nova forma da universidade, uma forma em que a universidade possa ter a cara do Brasil e a cara do Brasil é a cara negra, é a cara pobre, e essa, hoje, é a nossa realidade.

E quais são os desafios para a permanência desse aluno?

MIGUEL: Hoje tem alguns desafios, eu vou traçar, primeiro, em âmbito nacional e, depois, em local. O primeiro, âmbito nacional, é que a gente viveu, nos últimos seis anos, tanto do governo Michel Temer quanto do governo Bolsonaro, um estrangulamento orçamentário em que, por exemplo, a gente chega no ano de 2022 com as verbas universitárias para investimento, ou seja, aquelas verbas que a gente pode pensar em expansão, construção de bandejeões, de ônibus pra levar os estudantes, de moradia, em corte de 95%, o que significa que a gente trabalha com cinco por cento da verba que a gente tinha em 2012. Hoje, a gente conseguiu, com o governo

Lula, o reajuste dessa verba, dobrou. Mesmo assim, a gente saiu de 95% pra 90%. **O principal desafio, hoje, para a gente conseguir debater as políticas permanentes, é o dinheiro, é o financiamento dessas políticas.**

O outro desafio é que a gente consiga, nas instituições, que essas políticas de permanência sejam pensadas com os estudantes. Nada melhor do que os estudantes que vão poder usufruir dessas políticas poderem pensá-las. Então, hoje, a gente tem nas estruturas universitárias um espaço de pouco debate e diálogo na inscrição dos editais, na consulta de recurso dos indeferimentos, em pensar nas políticas de permanência, tanto de moradia quanto de alimentação. Então, esse é o outro desafio, um desafio mais local, que a gente também tem que estar debatendo.

O que você pode dizer sobre o papel das políticas públicas no acesso e na permanência desses jovens?

MIGUEL: A primeira política pública que eu vou traçar aqui é a lei de cotas de 2012, que foi uma política pública que – se a gente for analisar num todo da sociedade –, ainda foi o mínimo para que a gente conseguisse ter alguma política de reparação. Porque, quando a gente observa, infelizmente, no nosso país, a gente tem a realidade de ter mais jovens de 18 a 24 anos dentro da cadeia do que dentro das universidades. Mas, ainda assim, dentre esses jovens que estavam dentro da universidade, era uma maioria de classe média, uma maioria embranquecida, que, através da política de cotas, a gente conseguiu alterar. Hoje, felizmente, a gente já tem uma universidade pública com mais a cara do povo, com mais de 50% de negros, com mais de 50% de pessoas de baixa renda que podem alterar o acesso dessa população à universidade pública. **No caso da permanência, acho que a principal política de permanência que deve se tornar lei é o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que é o que garante as nossas bolsas de permanência, garante pagamento do nosso bandejão, dos ônibus intercampi. A gente precisa, primeiro, de um alargamento do PNAE, de uma alteração para contemplar os estudantes da EAD, de um alargamento mesmo de financiamento, mas também de sua efetivação enquanto lei, para que a gente possa garantir que esse estudante permaneça e consiga usufruir da universidade, de tudo aquilo que ela tem a oferecer e não apenas o quadro e o giz, que, muitas vezes, é no que se resume a nossa experiência acadêmica, mas não é o que resume a universidade.**

Realização



Apoio

